

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**RELAÇÕES ENTRE PARES:
A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristiane Rosa dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**RELAÇÕES ENTRE PARES:
A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI**

Cristiane Rosa dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cristina Garcia Dias
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Cristiane Rosa dos

Relações entre pares: a perspectiva de um grupo de adolescentes em conflito com a lei / Cristiane Rosa dos Santos.-2013.

106 p.; 30cm

Orientadora: Ana Cristina Garcia Dias

Coorientadora: Samara Silva dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2013

1. Relações de amizade 2. Pares. Grupos 3. Adolescente 4. Conflito com a lei 5. Atividade externa
I. Dias, Ana Cristina Garcia II. Santos, Samara Silva dos III. Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Cristiane Rosa dos Santos. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: cristianerosapsi@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**RELAÇÕES ENTRE PARES:
A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI**

elaborada por
Cristiane Rosa dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ana Cristina Garcia Dias, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Samara Silva dos Santos, Dr^a. (UFSM)
(Co-orientadora)

Simone dos Santos Paludo, Dr^a. (FURG)

Silvio José Lemos Vasconcellos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 26 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter iluminado o meu caminho no percurso desse trabalho;

Aos meus pais Gilberto e Giselda pelas incansáveis horas de amor incondicional, suporte, cuidado e preocupação dedicadas à mim, desde sempre;

Ao meu namorado Luis Eduardo e sua família por todo o amor, companheirismo e paciência proporcionados em períodos de adversidades;

À Jana Zappe, pela amizade que está entre os presentes mais ricos que o contexto socioeducativo me proporcionou. Pessoa que serve de inspiração de profissionalismo no que diz respeito ao trabalho com os adolescentes em conflito com a lei;

À Prof^a Dr^a Ana Cristina orientadora desse trabalho, pelas horas de aprendizado que proporcionaram a construção dessa dissertação;

À Prof^a Dr^a Samara Silva dos Santos pela co-orientação, presença, aprendizado e apoio;

Aos professores que compõem a Comissão Examinadora que cordialmente se disponibilizaram a contribuir com o aperfeiçoamento desse trabalho;

Às colegas do grupo de pesquisa Juventude Brasileira Andressa, Iara, Jordana, Kátia, Lizinara, Marina, Martina e Sabine pelo companheirismo e pela colaboração nas transcrições das entrevistas;

Às pessoas que contribuíram com doações das máquinas fotográficas analógicas que serviram de ferramenta para a coleta de informações;

Aos socioeducadores do CASE por contribuírem com a realização da minha pesquisa;

Aos profissionais das instituições, CASE, CASEMI e CEDEDICA pela cooperação e parceria de trabalho;

Aos adolescentes do CASE-SM, de modo especial os que eu entrevistei, pela confiança em meu trabalho e por dividir comigo um pouco de suas histórias de vida, imprescindíveis para a edificação desse estudo;

A todos o meu carinho e agradecimento.

“Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha talvez 100 vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes”.

Jacob Riis

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES ENTRE PARES: A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

AUTORA: CRISTIANE ROSA DOS SANTOS

ORIENTADORA: ANA CRISTINA GARCIA DIAS

CO-ORIENTADORA: SAMARA SILVA DOS SANTOS

Data e Local da Defesa, Santa Maria, julho de 2013.

O presente estudo tem como objetivo conhecer e descrever como são estabelecidas as relações de amizade entre adolescentes que se encontram em cumprimento medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo da cidade de Santa Maria. Serão investigadas suas vivências e percepções a respeito das relações estabelecidas com os pares tanto dentro do contexto institucional como fora da instituição. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo exploratório, que utilizou o recurso autofotográfico aliado à entrevista semiestruturada, com adolescentes que cumprem medida restritiva de liberdade em período de atividade externa. A análise de informações foi realizada através da técnica de análise de conteúdo temática categorial. Os resultados apresentados contribuíram para o entendimento de aspectos relacionados às características das pessoas com quem esses jovens estabelecem relações de amizade, em qual contexto essas interações acontecem e se desenvolvem e como se organizam as estratégias de apoio entre si. Além disso, foi possível observar como são experienciadas as relações com os amigos e como essas recebem influências das relações com os inimigos. O estudo mostrou a importância de pensar sobre relações em grupo e adolescência considerando as inúmeras características culturais, psicológicas, institucionais entre outras, uma vez que se trata de uma relação multifacetada.

Palavras-chave: Relações de amizade. Pares. Grupos. Adolescente. Conflito com a lei. Atividade externa.

ABSTRACT

Master's Thesis
Postgraduate Program in Psychology
Federal University of Santa Maria

RELATIONS AMONG PEERS: THE PERSPECTIVE OF A GROUP OF ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW

AUTHOR: CRISTIANE ROSA DOS SANTOS

ADVISOR: ANA CRISTINA GARCIA DIAS

CO-ADVISOR: SAMARA SILVA DOS SANTOS

Date and place of defense, Santa Maria, July de 2013.

This study aims to discover and describe how are established friendly relations among adolescents imprisoned in Center of social and educational rehabilitation of Santa Maria. Will be investigated their experiences and perceptions about the relationships established with peers both inside and outside the institutional context. For that, was conducted a qualitative exploratory study, that used the resource autofotographic combined with semistructured interviews with teenagers in restrictive measure of freedom in times of external activity. The information analysis was performed using the technique of thematic content analysis. The presented results contribute to the understanding aspects related to the characteristics of the people with whom these young people establish friendly relations, in what context these interactions occur and how to organize and develop strategies to support each other. Moreover, it was possible to observe how are experienced relationships with friends and how these are influenced for relations with the enemies. The study showed the importance of thinking about relations in group and adolescence considering the numerous characteristics cultural, psychological, institutional, among others, since it is a multifaceted relationship.

Keywords: Friendly relations. Peers. Groups. Adolescent. Conflict with the law. External activity.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral.....	11
2.2 Objetivos específicos	11
3 REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1 Características das relações de amizade.....	12
3.2 Relações de amizade na adolescência.....	13
3.3 Adolescente e ato infracional: o que diz a lei?	17
3.4 Uma breve contextualização sobre a internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE)	19
4 PERCURSO METODOLÓGICO	22
4.1 Delineamento.....	22
4.2 Participantes.....	22
4.3 Procedimentos e instrumentos.....	24
4.4 Considerações éticas	28
4.5 Devolução dos resultados do estudo	30
4.6 Análise das informações	31
5. RESULTADOS	32
5.1 Categoria 1 - Características e contextos das relações de amizade	33
5.1.1 As amigadas no contexto institucional	40
5.2 Categoria 2 - Amigos: irmãos eleitos	44
5.2.1 Os amigos e os riscos	47
5.2.2 Familiares como pares que oferecem riscos.....	50
5.2.3 Os riscos do uso de substâncias psicoativas.....	54
5.3 Categoria 3 - Contras: os adolescentes e seus inimigos	60
5.3.1 Os contras no contexto institucional	70
CONCLUSÕES	74
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	98
Anexo A – Termo de Autorização Institucional.....	99
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	100
Anexo C – Termo de Confidencialidade	102
Anexo E – Roteiro da entrevista semiestruturada.....	105

1 APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar o contexto dos adolescentes em conflito com a lei surgiu em 2006, a partir das experiências vivenciadas em estágios específicos de clínica I e II, realizados no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria, durante o curso de graduação em Psicologia. Dentre as inúmeras situações vivenciadas nessa experiência de estágio, uma, em especial, contribuiu para a formulação da presente pesquisa. Certa noite, grande parte dos adolescentes chutou por horas as portas de ferro de seus dormitórios, provocando um barulho estridente. Diante do ocorrido, pude acompanhar os esforços dos técnicos do local nas tentativas de entender o que havia provocado tal movimentação na instituição. O mais impressionante foi o fato de que todos os adolescentes da instituição alegaram estarem dormindo no momento em que supostamente teria ocorrido esse movimento, apesar do fato de que dormir com aquele barulho estrondoso era simplesmente impossível. Segundo o relato de alguns socioeducadores, o barulho provocado pelas portas de ferro podia ser claramente escutado de uma distância de aproximadamente 300 metros da instituição. Levei algum tempo para entender a força que o grupo de pares pode ter dentro de uma instituição, a partir de seus laços de cumplicidade. O fato é que se alguém revelasse algo que prejudicasse o grupo, sofreria retaliações dos demais membros do grupo. Então, surgiam os questionamentos: Até que ponto era válido arriscar-se pelo grupo? Que garantias esse grupo poderia oferecer aos seus integrantes? O que poderia desfazer esses laços? Enfim, esses foram alguns dos questionamentos que me convocaram a investigar sobre o universo relacionado ao contexto socioeducativo. Essa experiência mostrou-se fundamental para despertar o interesse em desenvolver estudos e pesquisas voltados para as questões que envolvem adolescentes em conflito com a lei e sua relação com os pares.

Em busca de respostas para algumas questões a presente investigação aborda a importância das relações de amizade entre os pares, principalmente para os adolescentes. A literatura (DAVIS et al., 2004; KIMONIS et al., 2004; LOTZ; LEE, 1999; MONAHAN et al., 2009; WINDLE; MASON, 2004) tem mostrado que é provável que os vínculos com os pares exerçam influências significativas na prática de atos infracionais, uma vez que muitos delitos são praticados em duplas ou grupos de adolescentes, que possuem vinculações.

Considera-se que é possível que, cada vez mais, os adolescentes se lancem em busca de experimentações excitantes junto a outros adolescentes com interesses afins, o que, por sua vez, propicia uma identificação recíproca. De fato, diversos autores destacam a correlação entre a autoria de atos infracionais e as relações entre os pares (DAVIS et al., 2004;

KIMONIS et al., 2004; LOTZ; LEE, 1999; MONAHAN et al., 2009; WINDLE; MASON, 2004). Regnerus (2002), por exemplo, indica que a intensidade dos vínculos estabelecidos com os pares se configura como mais importante do que a quantidade de amigos relatada pelos jovens que se encontram em situação conflitiva com a lei. Nesse sentido, é pertinente investigar esse contexto e relações. Essas relações participam dos processos de construção de identidade e de socialização desses jovens. Além disso, vale lembrar que o próprio convívio institucional (em casos de privação de liberdade) é permeado por relações em grupo. Assim, só é possível promover ações efetivas para o enfrentamento dessa questão quando compreendermos melhor os vários fatores que perpassam a relação entre adolescência e o grupo de pares.

A revisão de literatura desse trabalho foi conduzida da seguinte forma: inicialmente buscou-se compreender as características das relações de amizade de um modo mais abrangente, avançando para a importância dessas relações no período da adolescência, de forma específica. Abordou-se o valor atribuído às vivências entre pares e aos processos de construção de identidade nesse período do desenvolvimento. A seguir, a revisão de literatura segue indicando que a amizade pode se constituir tanto como um fator de proteção ou de risco para o jovem em determinadas situações. Busca-se ainda contextualizar o período da adolescência e o contexto de cumprimento da medida socioeducativa sob o ponto de vista legal, descrevendo em que situações se aplicam as medidas socioeducativas e uma série de normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referentes a mesma. Estas preveem que o adolescente arca com as consequências da prática do ato infracional, apresentando uma natureza coercitiva e pedagógica, que busca assegurar os direitos básicos dos jovens. São descritos ainda alguns fatores referentes à internação dos adolescentes com possibilidade de atividade externa (ICPAE), a partir do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas (PEMSEIS) para a gestão das atividades externas em cada unidade. Considera-se essa explanação fundamental para o entendimento do contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar as vivências e percepções dos adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM), sobre suas relações de amizades.

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer quais as características e o contexto das relações de amizades descritas pelos participantes;
- Compreender a dinâmica das relações de amizades e também das relações de inimizades a partir do relato dos participantes.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Características das relações de amizade

Pesquisadores dedicam-se há décadas a explorar os benefícios dos relacionamentos interpessoais. Estudos epidemiológicos mostram que pessoas socialmente integradas possuem melhor qualidade de vida (FEHR, 1996). Isso por que os relacionamentos interpessoais como aqueles estabelecidos com familiares, amigos e parceiros românticos amenizam os sentimentos de solidão e oferecem um sentimento de bem-estar subjetivo. Esses fatores são fundamentais à promoção de saúde (ARGYLE, 2001; BERSCHEID; REGAN, 2005).

Dentre os relacionamentos interpessoais, a amizade é o modo de relacionamento que praticamente todos os indivíduos experienciam no decorrer das diversas fases de suas vidas. As relações de amizade possuem diferentes definições na literatura, justamente por se constituírem como um fenômeno complexo e multifacetado (BUKOWSKI, NEWCOMB; HARTUP, 1996; BUKOWSKI; MOTZOI; MEYER, 2009; SOUZA; HUTZ, 2007).

A complexidade na definição sobre as relações de amizade está no fato de que a maioria dos estudos sobre relacionamentos interpessoais restringem-se a perspectiva desses relacionamentos a partir do enfoque familiar e/ou romântico. Assim, a temática da amizade entre os membros do grupo de pares acaba sendo menos explorada, o que aponta a necessidade investigar esse campo de forma específica através de pesquisas teóricas e empíricas (GARCIA, 2005; SOUZA; HUTZ, 2008a).

Indubitavelmente, a cultura exerce forte influência sobre as formas de manifestação da amizade, porém existem características que se repetem, independentemente de onde ou em que momento do ciclo vital a amizade se estabelece. Uma dessas características é que a amizade apresenta caráter voluntário, contando com o apreço mútuo e a reciprocidade entre os envolvidos. Outra característica é que os amigos, em geral, possuem afinidades de gostos e interesses. Desse modo, observa-se que há maior comprometimento e cooperação mútua entre amigos do que não amigos (BUKOWSKI et al., 2009; KRAPPMANN, 1996; LISBOA; KOLLER, 2003).

Os principais aspectos para a formação e manutenção da amizade são: (a) disposição para investir tempo livre na amizade, (b) companheirismo, (c) reciprocidade e (d) intimidade (ASHER; PARKER; WALKER, 1996). Além disso, amigos mostram expressões de cuidado, preocupação, admiração, afeição, ajuda, aconselhamento, conforto e apoio emocional. Eles

podem ainda pensar juntos sobre como resolver os problemas quando esses surgem e demonstrar confiança e lealdade (ASHER; PARKER; WALKER, 1996).

Mendelson e Aboud (1999) observam que a amizade pode assumir diferentes funções, entre elas os autores elencaram: (a) o companheirismo estimulante, que se refere ao envolvimento em atividades agradáveis; (b) a ajuda, que compreende as orientações e outras formas de auxílio mútuo; (c) a intimidade, que diz respeito à abertura para expressão de pensamentos, sentimentos e informações pessoais; (d) a aliança confiável, que se refere à disponibilidade e lealdade contínuas; (e) a autovalidação, que envolve a função de tranquilizar e encorajar o outro; e (f) a segurança emocional, que diz respeito ao fornecimento de conforto e segurança em situações ameaçadoras. Assim, os elementos peculiares dos relacionamentos de amizade podem ser classificados em três âmbitos: o âmbito social, que abrange características como comprometimento, companheirismo e lealdade; o âmbito instrumental, que abarca ajuda, aconselhamentos e trocas entre amigos; e o âmbito afetivo, que envolve afeição, apreço mútuo e intimidade (ASHER et al., 1996).

Fehr (1996), por sua vez, destaca que o relacionamento de amizade demanda a articulação entre os fatores ambientais, situacionais, individuais e diádicos. Os fatores ambientais referem-se à proximidade residencial, ao local frequentado na maior parte do dia e às formas de comunicação com a rede social. Os fatores situacionais abrangem a probabilidade de interação, a disponibilidade e a frequência de contato. Os fatores individuais abrangem os critérios de exclusão e inclusão para o círculo de amigos. A escolha inicia por quem não é possível ser amigo, sendo posteriormente avaliados os amigos em potencial. Por fim, os fatores diádicos dizem respeito ao apreço mútuo e a abertura para revelar assuntos particulares (FEHR, 1996).

Cabe observar que, no presente estudo, adotam-se os termos “amigos” e “pares” para fazer referência aos sujeitos pertencentes às relações de amizade dos entrevistados.

3.2 Relações de amizade na adolescência

É pertinente ressaltar que a amizade recebe destaque na adolescência, pois os amigos são os protagonistas da vida social dos adolescentes, uma vez que esse período é caracterizado por uma maior busca de vivências e experiências entre os pares. As relações com os grupos sociais revelam-se imprescindíveis nesse momento do desenvolvimento, pois são essas que definem as normas e valores que contribuem para edificação da identidade pessoal (CARVALHO; GOMIDE, 2005; DELL’AGLIO et al., 2005; FEIJÓ; ASSIS, 2004; PRIULI;

MORAES, 2007; ROSA, 1999; VALDÉS et al., 1997). Desse modo, as relações entre os grupos de amigos são intensificadas nesse período, em função de características uniformes a exemplo do sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, religião, traços de personalidade, atividades e interesses compartilhados (BERNDT, 1992; LAURSEN, 1996).

Lisboa e Koller (2003) destacam que os sentimentos de aceitação, de intimidade e de confiança, presentes nas relações de amizade, desempenham funções distintas daquelas provenientes de outros relacionamentos como os familiares e amorosos. Isso porque os relacionamentos de amizade propiciam apoio social e companhia de pares, que vivenciam situações compartilhadas que frequentemente proporcionam um ambiente de desenvolvimento psicossocial saudável. A amizade entre adolescentes contribui para a obtenção de amparo social diante das transformações físicas e psicossociais que estão presentes nessa fase do desenvolvimento, e também oferecem subsídios para a construção da identidade dos jovens (BROWN, 1990; SAVIN-WILLIAMS; BERNDT, 1990).

Nesse sentido, o indivíduo vai gradualmente construindo relações significativas fora do contexto familiar, o que lhe permite a aproximação e o sentimento de pertencimento em relação ao grupo de pares, de iguais (ROMANELLI; PRIETO, 2002). Esse é um processo de transição que permite e o afastamento da família de origem e a organização de um novo grupo familiar próprio (HEILBORN, 2006).

Desse modo, a valorização das vivências com os pares, em grupo, com os quais os jovens compartilham interesses afins, se configura como uma das mais evidentes características da adolescência. Zimmerman (1997) destaca que há uma disposição natural nos adolescentes para realizarem vivências em grupo, sendo que as vivências experienciadas nesse agrupamento se refletem na própria identidade e valorização pessoal dos indivíduos.

O adolescente é, ao mesmo tempo, um ser singular e social, que deve ser observado a partir do contexto no qual suas relações interpessoais mais significativas se estabelecem (família, amigos, escola, comunidade), pois é através desses contextos que constrói a si e ao seu “mundo” de relações (SAIDÓN, 1995; SLUZKI, 1997). Dessa forma, para compreender a identidade dos adolescentes, devem ser considerados os diversos grupos aos quais pertence, uma vez que as vivências e normas presentes nesses são internalizadas pelo indivíduo e servem de referência para eles (ROUCHY, 2001).

De fato, Dunker e Neto (2004) enfatizam que os adolescentes almejam tanto uma identidade comum ao grupo como uma identidade singular e particular. Cabe lembrar que não são apenas os adolescentes que almejam uma identidade comum ao grupo, visto que esse desejo se refere às expectativas do indivíduo de ser aceito pelos outros. Nesse sentido, uma

turma de adolescentes representa um lugar de passagem e de aceitação e, na perspectiva que interessa a esse estudo, de contestação, de simbolização da Lei e de legitimação das experiências de liberdade (KEHL, 2000). É no agrupamento que o jovem, transitoriamente, experimenta os sentimentos de ser aceito pelos pares e de aceitar outros integrantes. No grupo o jovem ensaia formas de contrapor às regras e descobre seus limites, ao testar o que lhe é ensinado na família e o que aprende no grupo (KEHL, 2000).

No grupo, o adolescente procura um traço que o agregue e o uniformize, ao mesmo tempo em que busca algo que lhe permita ser considerado um ser único e singular. Nesse contexto, o adolescente exerce o desejo de ser igual a todos e ao mesmo tempo diferente. Ciampa (1989, 1998), ressalta que no agrupamento, o indivíduo se identifica com o outro e diferencia deste, sendo essas identificações e diferenciações, processos constitutivos da identidade.

Dessa forma, o grupo representa mais que o compartilhar de experiências, ele implica em atividades de socialização, nas quais os adolescentes se engajam socialmente e manejam conflitos, quando esses surgem (OLIVEIRA; CAMILO; ASSUNÇÃO, 2003). Além disso, a amizade pode ser considerada um recurso protetivo diante das experiências negativas, uma vez que implica em apoio social ao jovem (ADAMS; SANTO; BUKOWSKI, 2011) ou então pode se constituir em um fator de risco, quando o grupo apresenta identificações com a criminalidade e valoriza condutas antissociais como a prática de atos infracionais, por exemplo (GARDNER et al., 2008; SELOSSE, 1997).

Zimmerman (1997) observa que os grupos de adolescentes apropriam-se de insígnias bem características, tais como roupas, acessórios, penteados, tatuagens, piercings, entre outros objetos de consumo. Estas insígnias são ostentadas e compartilhadas entre os pares com o intuito de expressarem quem são. Nos grupos, os jovens expressam alguns comportamentos específicos, que os diferenciam e os unem, tais como modo de falar, andar, frequentar determinados lugares, etc. A prática de atos infracionais pode ser um desses comportamentos específicos.

A prática de atos infracionais também deve ser compreendida através de uma perspectiva relacional (SELOSSE, 1997). Davoglio e Gauer (2011) destacam que a influência das relações de amizade sobre o comportamento transgressivo pode ser percebida tanto a partir de um ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. Nesse sentido, a intensidade dos vínculos parece ser um aspecto mais importante do que a quantidade de amigos dos adolescentes. Cabe lembrar que a escolha dos amigos e dos pares é realizada por afinidades e

semelhanças, sendo que essa aproximação pode contribuir para o engajamento de atividades de risco.

Um breve panorama internacional sobre a temática dos adolescentes e seus pares mostra que os adolescentes, que apresentam condutas conflitivas com a lei passam um tempo expressivo com os pares e esse comportamento pode promover a manutenção do próprio comportamento desviante dos jovens (ELLIOTT; HUIZINGA; AGETON, 1985; KEIJERS; BRANJE; VAN DER VALK; MEEUS, 2010; LOEBER; FARRINGTON; STOUTHAMER-LOEBER; MOFFITT; CASPI, 1998; OSGOOD et al., 1996; PATTERSON; DISHION, 1985; VITARO; BRENDGEN; TREMBLAY, 2000). A manutenção do próprio comportamento desviante ocorre porque quando o agrupamento apresenta identificações com a criminalidade, esse reforça as condutas antissociais de seus integrantes.

Patterson et al. (1989) afirmam que o grupo de pares é um campo de treinamento importante para o desenvolvimento de atos infracionais e uso de substâncias. Os pares, muitas vezes, podem fornecer modelos ao adolescente por meio de suas atitudes, motivações e racionalizações, que apoiam práticas antissociais. Nesse sentido podem tanto estimular como oferecer oportunidades e suporte para o envolvimento em atos delinquentes. De acordo com Kaplan et al. (1987), a associação com pares desviantes proporciona o sentimento de gratificação dos jovens que se afiliam a grupos com identificações antissociais e o reconhecimento adquirido a partir da aceitação do grupo configura-se como uma recompensa interpessoal que favorece o engajamento em atos infracionais.

Adolescentes com amigos desviantes tanto relataram engajar-se em mais comportamentos delinquentes quanto apresentaram níveis mais elevados de depressão que adolescentes sem amigos ou com amigos que não apresentavam comportamentos desviantes (BRENDGEN et al., 2000). A explicação para esses resultados se deve ao fato de que, para os autores do estudo, relacionar-se com pares desviantes implica em um modo de suporte e incentivo para os próprios comportamentos desviantes. Além disso, os níveis mais elevados de depressão entre esses jovens podem estar relacionados às fragilidades emocionais apresentadas pelos adolescentes antissociais (BRENDGEN et al., 2000).

Observa-se também que a associação entre autoria de atos infracionais na adolescência e o envolvimento com pares desviantes, é intermediada pela supervisão parental. Van Lier et al. (2012) encontraram que a proibição de amizades por pais e mães pode levar a associações mais frequentes com mais pares desviantes, o que, por sua vez, pode resultar em níveis mais elevados de desvio de conduta entre os adolescentes. Isso porque, foram aplicados 497 questionários anuais (283 adolescentes holandeses, seus melhores amigos e seus pais) os

quais apresentaram resultados que revelaram que pais que afirmaram ter proibido que seus filhos se relacionassem com pares desviantes observaram que essa proibição parece ter incentivado ainda mais o desejo dos pares de relacionarem-se entre si. Inclusive os autores fazem uma comparação entre o amigo proibido e o fruto proibido, observando que a proibição parece ter aumentado o desejo pelo que é interdito.

Outros trabalhos apontam a importância de outras variáveis nessa associação. Wills e Dishion (2004), por exemplo, supõem que o temperamento difícil contribui para o baixo autocontrole, o que por sua vez resulta em uma menor qualidade das relações pai-filho, maior presença de eventos negativos na vida, menor desempenho escolar e maior associação a pares desviantes. Cabe destacar que esses adolescentes não só são mais propensos às afiliações com pares desviantes, como também apresentam dificuldades em projetar o futuro (GARDNER et al., 2008). Assim sendo, os adolescentes que apresentam condutas antissociais são mais suscetíveis à influência de pares com quem identificam-se, isto é, influenciam-se por outros jovens impulsivos e sensíveis à recompensas e à vantagens imediatas (GARDNER et al., 2008).

Enfim, tanto no panorama nacional quanto no internacional, a história de um adolescente em conflito com a lei não se resume apenas a uma trajetória individual, visto que variáveis familiares, contextuais e sociais também influenciam nessa trajetória. O adolescente denuncia a partir de seus atos o desamparo vivido no contexto familiar e comunitário (OLIVEIRA, 2001).

3.3 Adolescente e ato infracional: o que diz a lei?

O Programa de Execução de Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS) aponta que o cumprimento de medida socioeducativa é a ação legal para o adolescente enfrentar as consequências da prática de um ato infracional. Esse processo deve se desenvolver a partir das garantias de direitos básicos assegurados ao indivíduo, sendo observado o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A lei determina que o adolescente autor de ato infracional seja considerado inimputável, por isso, são aplicadas as seguintes medidas socioeducativas (MSE's): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das previstas no artigo 101, I a IV (BRASIL, 1990, ECA, art. 112).

Cabe enfatizar que o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas (PEMSEIS) norteia todo o atendimento prestado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e em seus Centros. Esse programa tem como eixo principal o Plano Individual de Atendimento (PIA), que consiste em um plano de atendimento montado a partir de uma avaliação do adolescente realizada pelos executores da medida para identificar particularidades, potencialidades, interesses e necessidades de cada jovem.

O PIA estabelece ações a serem realizadas no sentido de garantir os direitos e deveres do adolescente. O plano abrange ações nos setores como o do direito, psicologia, enfermagem, pedagogia, serviço social que podem ser exemplificadas de um modo geral por esclarecimentos jurídicos, atendimentos psicológicos, exames e tratamentos de saúde, matrículas, transferências de escola, encaminhamento para cursos e oficinas, etc. Esse plano define algumas metas a serem alcançadas pelo adolescente e pelo programa ao longo do curso da medida socioeducativa; o que, por sua vez, possibilita a avaliação objetiva sobre o cumprimento da medida, evitando a observação apenas de aspectos subjetivos na avaliação e reavaliação da intervenção realizada.

O ECA apresenta a compreensão de que o adolescente é um sujeito que se encontra em uma condição peculiar de desenvolvimento, e assim, torna-se passível de uma medida que apresenta aspectos restritivos e pedagógicos. De fato, a medida socioeducativa comporta aspectos de natureza coercitiva e aspectos de natureza protetiva e educativa (VOLPI, 1997). Assim, a responsabilidade estatutária prioriza a educação do adolescente, de modo que sua responsabilização é estabelecida conforme suas necessidades pedagógicas. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através do processo de ressocialização, também é preconizado no ECA, art. 100 (BRASIL, 1990).

Brito (2003) destaca que, atualmente, a medida socioeducativa ainda é considerada como uma ação paliativa, o que, com grande frequência, configura-se apenas pelo viés da punição. Apesar desse modelo de atendimento ser bastante criticado, ainda são poucos os avanços nesse contexto, uma vez que a aplicação de medidas socioeducativas no Brasil não tem viabilizado o desenvolvimento dos jovens (BRASIL, 2002).

As intervenções com adolescentes em conflito com a lei ainda apresentam um enfoque com fortes marcas repressivas, de cunho correcional e assistencialista em comparação ao almejado enfoque educativo (BAZON, 2002; BRITO, 2003). A dificuldade decorre da perspectiva patologizante adotada, uma vez que erroneamente objetiva-se “curar” individualmente o sintoma da infração juvenil (BAZON, 2002).

Entretanto, Costa e Assis (2006) defendem que existem características positivas do contexto socioeducativo, essas são definidas a partir de uma perspectiva centrada na promoção de saúde e no fortalecimento dos fatores protetores. Os autores defendem que relações protetivas podem ser desenvolvidas dentro da instituição (TODIS et al., 2001). Teixeira (2003), por exemplo, descreve que um processo de tutoria de adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto beneficiou tanto a formação como a qualidade dos vínculos destes jovens. Os resultados positivos na formação e na qualidade dos vínculos estabelecidos por esses jovens se devem aos benefícios proporcionados por intervenções que investem no processo de vinculação entre os adolescentes e os socioeducadores, de modo que pelo menos um desses profissionais, represente uma figura de referência e que desempenhe um papel significativo.

No que se refere ao contexto socioeducativo de privação de liberdade, o papel de todos os socioeducadores se sobressai ainda mais, independente de sua função dentro da instituição. Os adultos do contexto institucional servem de modelos de identificação para os jovens, uma vez que passam grande quantidade de tempo juntos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006), justamente em um período no qual a rede de apoio social se mostra reduzida.

Diante disso, Gonçalves e Garcia (2007) enfatizam a relevância da comunidade participar do cumprimento das medidas que podem ser realizadas em meio aberto. Devem-se proporcionar intervenções que viabilizem a reinserção do adolescente em sua comunidade e não propor apenas a expulsão e o isolamento desses jovens do convívio comunitário como únicas possibilidades de intervenção oferecidas, na prática, para os adolescentes autores de atos infracionais.

3.4 Uma breve contextualização sobre a internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE)

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) destaca que a internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) viabiliza que a medida socioeducativa seja cumprida sem a ruptura dos vínculos do adolescente, além de oferecer, gradualmente, a vivência de relações com a própria comunidade a partir do acompanhamento da Unidade (BRASIL, 2006). Esse aspecto contribui para a percepção do adolescente sobre a sua implicação com a medida socioeducativa, uma vez que a realização de atividade externa corresponde a uma progressão, isto é, a um avanço no cumprimento da medida socioeducativa.

O PEMSEIS prevê que a gestão das atividades externas em cada unidade se execute a partir de reuniões quinzenais de ICPAE. Nessas reuniões, que tem a finalidade de avaliar e preparar os adolescentes para as saídas e atividades externas, devem estar presentes os técnicos, agentes e socioeducadores. Assim, o relatório avaliativo a ser encaminhado ao Juiz da Infância e Juventude (JIJ) deve indicar se o adolescente reúne condições para o exercício de atividades externas e avaliar o andamento da atividade externa dos que já se encontram nesse processo. O PEMSEIS determina que tais condições para o exercício da atividade externa são baseadas em critérios que analisam: a história pregressa do adolescente, a situação sócio familiar, o período de permanência no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), a intensidade do risco na comunidade, as questões referentes à saúde, frequência, disciplina, aproveitamento escolar e conduta no âmbito institucional (não cometimento de infração).

Face ao preenchimento adequado em relação a esses critérios, o adolescente participa da construção de seu plano de atividade externa, onde firma compromisso com a instituição. Assim, durante o exercício de atividade externa, o adolescente é acompanhado e avaliado através de reuniões sistemáticas entre técnicos, direção, chefe de equipe, escola, coordenadores dos projetos/atividades e agentes socioeducadores.

Quanto ao caráter das atividades disponibilizadas durante esse período, o PEMSEIS elenca as que assumem natureza pedagógica ou profissionalizante. Dentre essas atividades destacam-se: a) atividades educacionais extracurriculares (oficinas profissionalizantes, cursos de iniciação profissional, estágios profissionalizantes, etc.); b) atividades terapêuticas ou ocupacionais (inclusão nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPs), inclusão no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), participação nos grupos de autoajuda; consultas especializadas; atividades laborais nas dependências internas e externas do CASE), c) atividades de espiritualização (participação em missas, cultos, etc.), d) atividades recreativas, esportivas e culturais (jogo de futebol, cinema, teatro, apresentações artísticas e culturais, participação em eventos esportivos); e e) atividades de socialização e fortalecimento de vínculos (visita familiar, por exemplo).

Dessas atividades, a visita familiar se configura como uma das mais complexas, uma vez que é o período no qual há um maior afastamento da unidade, sem custódia institucional e demanda um maior acolhimento social. O PEMSEIS destaca que os adolescentes que residem na mesma cidade da unidade em que cumprem medida deverão sair e retornar ao CASE, acompanhados pelo responsável legal. Já os que residem em outro município, deverão ser acompanhados até o ônibus e a família deverá recebê-lo na localidade na qual residem (o mesmo se aplica ao retorno à instituição).

Branco e Wagner (2009) apontam a existência de deficiências nas intervenções destinadas aos adolescentes em ICPAE, uma vez que demonstram o quanto é imprescindível um programa direcionado especificamente aos adolescentes que vivenciam esse período de suas medidas socioeducativas. As autoras defendem a importância de que se estabeleçam medidas educativas e laborais que apresentem um impacto mais significativo na vida dos jovens. Também consideram imprescindível que os adolescentes em ICPAE participem efetivamente de atividades na comunidade, pois, somente assim, a compreensão do papel social de cada adolescente e o reflexo desse na vida de outras pessoas se tornaria expressivo (BRANCO; WAGNER, 2009). Dessa forma, é possível verificar que independente do tipo de medida socioeducativa aplicada ao adolescente em conflito com a lei, a execução do que é previsto no SINASE exige melhorias emergentes para que se possa funcionar a partir da lógica da socialização e com ações efetivamente pedagógicas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Delineamento

O delineamento utilizado nesse estudo foi qualitativo, pois se buscou compreender quais são os significados e vivências de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade a respeito de sua relação com os pares. A pesquisa qualitativa apresenta algumas vantagens como: a possibilidade de coletar informações no campo e no local em que os participantes vivenciam o fenômeno que se pretende estudar e o fato do pesquisador ser o principal instrumento na coleta de informações, em vez de algum mecanismo inanimado, que não acessa o universo dos indivíduos (CRESWELL, 2010). Destaca-se que a pesquisa qualitativa considera a subjetividade dos sujeitos, permitindo compreender os resultados de maneira individualizada ou a partir do contexto, multifatorial que envolve o fenômeno (BAUER; GAKELL, 2005).

Para contextualizar a pesquisa, é pertinente destacar que desde o início da década de 1990 com a criação do ECA (Lei 8.069/90) ocorreu um processo de reorganização dos órgãos públicos e entidades sociais relacionadas à Infância e Juventude. Esse processo de reorganização teve o intuito de adequar práticas de atendimento aos novos modelos legais de atenção a esse público e também abarcou a criação da FASE no Rio Grande do Sul a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002, em substituição à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969.

A FASE é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, determinadas pelo poder judiciário aos adolescentes autores de ato infracional. Essa pesquisa foi realizada em um dos CASE masculino da FASE, na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme os dados apresentados no site da FASE, no início da coleta de informações, em Junho de 2012, o CASE masculino apresentava uma média mensal de 46 adolescentes em cumprimento de medida de internação. Dados mais atualizados, disponíveis no site da FASE, mostram que esse número subiu para 57 adolescentes em janeiro de 2013.

4.2 Participantes

Informações obtidas em consulta ao site da FASE apontam que, no período de realização do estudo, 15 adolescentes se encontravam em internação com possibilidade de

atividade externa nesse Centro de atendimento exclusivo ao público masculino. No entanto, após a classificação dos adolescentes dentro dos critérios de inclusão e exclusão e a realização do convite, oito adolescentes aceitaram participar da pesquisa. Um deles ganhou a liberdade antes que as entrevistas fossem realizadas e outro adolescente solicitou que suas entrevistas não fossem gravadas. Assim, o presente estudo contou com seis adolescentes do sexo masculino que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) ser adolescente em cumprimento de medida de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo da cidade na qual a pesquisa foi desenvolvida; b) estar pela primeira vez em período de atividade externa (ICPAE); c) ser natural e procedente da cidade na qual a pesquisa foi desenvolvida; d) ter disponibilidade e interesse em participar do estudo.

A tabela a seguir facilita a visualização de algumas características dos participantes. A idade, o tempo de internação e o período referente ao tempo de exercício da atividade externa são apresentados. Esses dados são relativos ao mês de junho de 2012, quando iniciaram as coletas de informação.

Tabela 1 – Características sociodemográficas, motivo, tempo de institucionalização e de medida em atividade externa

Participantes	Idade	Escolaridade	Tempo de internação no início da coleta de informações	Motivo da internação	Tempo de atividade externa
Participante 1	19 anos ¹	5º série E.F.	1 ano e 9 meses	Tentativa de homicídio	6 meses
Participante 2	16 anos	3º série E.F.	1 ano	Furtos	4 meses e meio
Participante 3	19 anos ²	1º série E.F.	1 ano e 1 mês	Homicídio	3 meses
Participante 4	18 anos	6º série E.F.	11 meses	Homicídio	3 meses e meio
Participante 5	17 anos	6º série E.F.	9 meses	Furtos / Roubo	3 meses
Participante 6	18 anos	5º série E.F.	10 meses	Tentativa de homicídio	6 meses

¹ Conforme o Estatuto da criança e do adolescente, todas as medidas socioeducativas previstas no artigo 112, I a VII, podem ser aplicadas aos jovens adultos entre 18 e 21 anos, desde que a prática do ato infracional tenha sido anterior aos 18 anos. Por isso, os adolescentes mencionados que estão acima de 18 anos ainda estão em cumprimento de medida.

² Idem acima.

4.3 Procedimentos e instrumentos

Para a execução da pesquisa, foi realizado um contato inicial com a instituição para apresentar os objetivos e procedimentos do estudo a seus dirigentes. Após aceitação da proposta da pesquisa, a mesma foi encaminhada para a direção da FASE, instituição localizada em Porto Alegre e responsável por conceder a autorização institucional para o desenvolvimento da investigação. No Termo de Autorização Institucional (Anexo A) está explicitada a técnica utilizada para a realização da pesquisa, enfatizando que essa não tem por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, mas sim conhecer, a partir do ponto de vista dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação como esses percebem as relações que estabelecem com seus pares.

A coleta de informações foi realizada através da utilização do método autofotográfico e de entrevistas semiestruturadas (Anexo E). A escolha pela associação desses recursos de coleta de informação deve-se à crença que o uso de imagens (fotografias) pode propiciar a expressão de elementos inconscientes, que seriam difíceis de acessar de outra forma. O estudo desenvolvido por Zappe (2011) indicou que os adolescentes autores de atos infracionais apresentam dificuldades de expressar sentimentos e representações através da fala, uma vez que possuem uma estrutura psíquica fragilizada, que tende à passagem ao ato. Dessa forma, esses adolescentes podem apresentar uma fala mais descritiva e menos reflexiva e, portanto, o uso do recurso gráfico pode facilitar o acesso às percepções dos entrevistados sobre suas relações de amizade.

Apesar da maioria dos adolescentes institucionalizados ser procedente de regiões periféricas da cidade que não tem acesso à internet diariamente, devido às condições de pobreza e de exclusão social (FEIJÓ; ASSIS, 2004), não se descarta a hipótese que esses jovens também valorizem e demonstrem grande interesse por fotografias. De fato, pode-se pensar que a fotografia representa um recurso de troca ou mesmo de inserção social, que pode apresentar os vínculos entre as pessoas. A fotografia pode viabilizar a comunicação de inúmeros signos que identificam o desejo de afiliação a uma tribo e que significam uma forma de existência social (OLIVEIRA, 2001).

Diante do exposto, a utilização de recursos fotográficos na pesquisa mostrou-se como uma ferramenta rica para o desenvolvimento do estudo, pois permitiu que os participantes revelassem diferentes sentimentos, pensamentos e experiências. O uso desse recurso, durante a coleta de informações, parece ter valorizado a experiência do indivíduo, permitindo que a visão dos adolescentes em relação às vivências com seus pares pudesse emergir, sem a

contaminação da visão do pesquisador, pois quem escolheu as imagens fotografadas foram os próprios jovens. Esse recurso ainda permitiu que os indivíduos realizassem trocas de maneira mais ativa e não se restringissem a ser meros “fornecedores de dados” a serem analisados e interpretados pela pesquisadora. Na medida em que os adolescentes produziam imagens de si, de seus pares e de outras situações significativas, eles puderam ocupar o lugar de protagonistas na construção de conhecimentos e significados tanto individuais como sociais.

O método autofotográfico se mostrou altamente atrativo para os adolescentes, pois fotografar elementos significativos para os mesmos e falar sobre o processo lhes possibilitou trabalhar tanto com a ação como com a linguagem verbal e imagética. O método também se mostrou apropriado tanto pela simplicidade de seu processo, quanto pela riqueza de conteúdo trazida nas fotografias. Esse processo certamente contribuiu para a superação de barreiras sociais e culturais normalmente trazidas pela linguagem verbal (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002). Isso porque a barreira cultural existente entre a pesquisadora e os jovens devido às diferenças sociais, entre vivências e experiências, foi transposta pela aproximação proporcionada pelo uso do recurso autofotográfico, tanto pelos encontros para discutir sobre o manejo das máquinas, quanto pelas entrevistas realizadas a partir de conversas iniciadas pelas fotografias reveladas. Assim, através das imagens, é possível conhecer e ter a percepção de outras culturas distintas de nossa realidade. Nesse sentido, qualquer fotografia é uma leitura cultural, uma vez que um povo lê uma fotografia diferentemente de outros povos, pelas próprias circunstâncias sócio-históricas (TACCA, 2005; BECEYRO, 1980).

Em termos operacionais, inicialmente foi realizado um encontro com os jovens para explicar os objetivos e procedimentos do estudo, visando principalmente esclarecer os aspectos éticos envolvidos na pesquisa. A partir da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética, foi agendado um contato inicial com o grupo de adolescentes que preenchiam os critérios de inclusão no estudo. Esse encontro foi realizado no formato de oficina no qual se realizou um *rapport* que teve como principais objetivos explicar e discutir as questões éticas da participação na pesquisa, além de conversar sobre como seriam manejadas as máquinas fotográficas analógicas.

Essa oficina contou com oito participantes e, inicialmente pretendia-se realizar em dois encontros. Nas oficinas os adolescentes tiveram a oportunidade para expressar o que entenderam sobre a proposta de trabalho e sobre os temas discutidos, a partir da proposta inicial apresentada pelos pesquisadores. Entretanto, durante o processo foi observada a necessidade da realização de mais de dois encontros com os adolescentes para reforçar a ideia da pesquisa, esses encontros eram semanais. Além disso, esses encontros semanais também

foram importantes para manter maior proximidade e viabilização da manutenção do vínculo entre pesquisadora e participantes. Assim, ao longo do período entre contato inicial, distribuição das máquinas fotográficas, revelação das fotografias e as entrevistas com cada adolescente manteve-se essa frequência de contato, que favoreceu a vinculação com os jovens e o sentimento de confiança desses em relação à pesquisadora. Assim sendo, esses encontros enriqueceram o momento das entrevistas por garantirem uma maior vinculação construída anteriormente a essa etapa da coleta.

Após a apresentação da proposta de pesquisa e a realização das oficinas, os adolescentes interessados em colaborar com o estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de assegurar o compromisso com o sigilo e a confidencialidade dos participantes e das informações obtidas, de acordo com os princípios éticos de pesquisas com seres humanos (CNS, 1996). O TCLE foi assinado em duas vias, uma ficou sob responsabilidade da pesquisadora e a outra sob responsabilidade do participante. Os aspectos trabalhados nesse encontro estão melhor detalhados nas seção de procedimentos e considerações éticas.

Os seis adolescentes participantes desse estudo receberam câmeras fotográficas analógicas e foi novamente discutido sobre como poderiam manuseá-las adequadamente. Foi solicitado que fotografassem imagens que expressassem as relações estabelecidas deles com os pares fora da instituição, assim, a instrução fornecida foi: “fotografem cenas entre vocês e seus amigos durante a atividade externa”. Esse período de atividade externa tem duração de um final de semana, isto é, estende-se do final do dia de sexta-feira até a manhã de segunda-feira.

Apesar da instrução fornecida, os adolescentes possuíam total liberdade para registrar qualquer tipo de imagem, pois eram eles quem escolheriam e registrariam as fotos. Como as máquinas eram analógicas (uso do filme fotográfico), a quantidade de fotos foi compatível com a capacidade do filme fornecido. Cada adolescente recebeu um filme com 24 poses. Alguns filmes tiveram que ser substituídos por terem sido queimados em função da abertura do compartimento de armazenamento do mesmo realizado pelos adolescentes. Ao retornarem à instituição após a realização dessa atividade, os adolescentes devolveram as câmeras para revelação das fotografias, todas as fotografias eram reveladas, sendo então agendadas as respectivas entrevistas individuais semiestruturadas com os mesmos. Nessas entrevistas os adolescentes viram todas as suas fotografias reveladas organizadas conforme a ordem de registro em um álbum fornecido pelo estúdio de revelação e falaram sobre as mesmas e sua correspondência com as relações estabelecidas com os pares. Algumas entrevistas foram

realizadas em dois momentos ou mais, conforme questões de horários e de organização institucional ou, ainda, a partir da necessidade de um maior número de encontros para a compreensão de suas narrativas. Os adolescentes, ao término das entrevistas ficaram com as fotografias registradas durante o processo de pesquisa. Ruman (1999) destaca que a possibilidade dos participantes guardarem suas fotografias ao final de uma pesquisa, os permite lembrar de suas identidades. Esse aspecto é pertinente quando se trata de um contexto institucional, como esse no qual foi desenvolvida a pesquisa, que, por natureza, inviabiliza a expressão da individualidade, devido à homogeneização do grupo.

Compreende-se que o uso da técnica de entrevista com adolescentes é adequado, pois permite que os participantes tanto respondam as questões do estudo como manifestem espontaneamente diferentes aspectos e reflexões sobre sua vida (GIL, 1999). Nesse tipo de entrevista há uma organização prévia, que serve de eixo orientador ao desenvolvimento do encontro. A ordem pela qual os temas podem ser abordados é livre, o que possibilita um elevado grau de liberdade na exploração das questões e do universo de significados dos entrevistados (TURATO, 2008).

Embora o recurso autofotográfico tenha auxiliado na realização das entrevistas, ele acarretou em um atraso significativo na coleta de informações, que estava prevista para ocorrer em um período máximo de quatro semanas. A coleta de informações se estendeu por três meses. Esse atraso foi provocado por inúmeras questões institucionais e de ordem logística. Um exemplo das dificuldades encontradas para a coleta de informações foi a incompatibilidade de horários dos adolescentes para participar das entrevistas, apesar da grande disponibilidade de horários da entrevistadora, que inclusive realizou algumas entrevistas no turno da noite. Outra dificuldade foi a inexistência de espaço físico para a realização das entrevistas, já que a chave da sala que foi cedida para a pesquisa foi perdida pelos funcionários e, depois, quando foi encontrada, a sala entrou em reformas. Assim, as entrevistas foram realizadas em diferentes salas emprestadas por outros funcionários, por pequenos períodos de tempo. Algumas entrevistas deveriam ser realizadas em até 20 minutos, que era o tempo em que o técnico não utilizaria a sala. Uma outra dificuldade enfrentada foi o desaparecimento das máquinas, por duas semanas, dentro da própria instituição (sob responsabilidade dos socioeducadores). Até o momento, essa situação não obteve um esclarecimento mais efetivo. Além disso, as medidas disciplinares, aplicadas aos adolescentes, também influenciaram na dilatação do período da coleta de informações, uma vez que sem sair da instituição o jovem não podia realizar as fotografias. Enfim, todos os aspectos citados atrasaram o processo da coleta das informações. Além disso, ao longo desse período, as

medidas dos adolescentes progrediram e alguns foram transferidos para o Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI) ou para outra instituição de execução de medidas em meio aberto (CEDEDICA). Nesse sentido, foi necessário reorganizar os horários para as entrevistas, a partir de peculiaridades de cada uma dessas instituições envolvidas (CASE, CASEMI e CEDEDICA).

As entrevistas com os participantes foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise das informações. Nesse primeiro momento, as fotografias não foram analisadas, somente foram analisadas as falas que emergiram da visualização das fotografias. Assim, essas serviram apenas como ferramenta para suscitar conteúdo - elementos para discussão, nas entrevistas. Dessa forma, quando analisadas, as fotografias poderão ser expostas em trabalhos científicos através da utilização de um software que preservará a identidade dos participantes da pesquisa e das pessoas fotografadas pelo adolescente.

4.4 Considerações éticas

As Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde) preveem que para a realização de uma pesquisa é imprescindível considerar os seguintes aspectos bioéticos em relação aos riscos e benefícios: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.

O princípio da autonomia foi o que exigiu maior atenção na realização desse estudo, uma vez que o adolescente deveria efetivamente poder fazer a sua escolha pela participação ou não na pesquisa sem que essa fosse feita a partir de qualquer tipo de coerção. Situação que se complexifica por se tratar do contexto socioeducativo, no qual diferentes forças permeiam o contexto institucional (GUILHEM; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2005).

Diniz e Correa (2001) ressaltam que já ocorreram inúmeras perversidades em relação a comunidades que se apresentavam em situação de vulnerabilidade, mesmo entre aquelas que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nem sempre a assinatura desse termo foi compreendida como um processo que merecia maior atenção (NEIVA-SILVA, LISBOA; KOLLER, 2005).

Nesse estudo foi utilizado um TCLE (Anexo B), sendo realizado um processo de esclarecimento sobre objetivos e procedimentos do trabalho, além de uma discussão sobre aspectos éticos envolvidos na investigação, em função do contexto de vulnerabilidade no qual se encontravam os adolescentes e sobre o uso de fotografias na pesquisa. Considerou-se que o desejo dos adolescentes de ter acesso à atividade de fotografar e permanecer com as máquinas

e fotografias que registraram poderia gerar um conflito de interesse entre pesquisador e pesquisado. O uso das fotografias poderia ser percebido como um fator extremamente persuasivo para a aceitação e participação na pesquisa. Dessa forma esses aspectos éticos foram motivos de reflexão e aprofundamento nas oficinas.

Glock e Goldim (2003) destacam que conflito de interesse é quando um interesse primário é influenciado inadequadamente por um interesse secundário. Assim, os autores apontam que as situações de conflitos de interesses podem envolver aspectos tais como interesses econômicos, pessoais, científicos, assistenciais, educacionais, religiosos, sociais, institucionais, dentre outros possíveis. O conflito de interesses pode acontecer entre profissional e instituição; profissional e equipe; médico e paciente; professor e aluno. Esses autores lembram que a qualidade da interação pode restringir a probabilidade de surgimento de conflito de interesses, já que quanto mais respeitoso for o vínculo, mais clara é a noção sobre as expectativas e os valores que permeiam a relação. Não há problemas na existência de interesses distintos, mas sim quando estes suscitam deveres e comprometimentos concorrentes, pois é nesse aspecto que podem ocorrer decisões que acarretam situações questionáveis (GLOCK; GOLDIM, 2003).

Além da discussão sobre os princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, justiça, confidencialidade e privacidade) nas oficinas, somente foi divulgado para os jovens que poderiam ficar com as fotografias e máquinas fotográficas, após manifestarem aceitar participar do estudo, para que esse fato não interferisse na decisão de colaboração ou não com o mesmo. Pensou-se também, que a forma mais adequada de manejo das fotografias seria a utilização de um Termo de Consentimento específico para a utilização das fotografias em produções científicas (Anexo D) respeitando, é claro, a confidencialidade das imagens. Essa estratégia viabilizou o atendimento das expectativas dos adolescentes que talvez quisessem participar da pesquisa, mas não gostariam de ter suas fotografias divulgadas em trabalhos científicos. Nesse sentido, os jovens que não permitissem a divulgação de imagens, mas que permitissem a divulgação de suas ideias, representações e sentimentos, poderiam participar do estudo.

Além das preocupações com relação à manifestação do consentimento em participar da pesquisa, outras surgiram e respaldaram o estabelecimento dos critérios de inclusão. Algumas questões discutidas foram: como ficariam os adolescentes institucionalizados que manifestassem interesse, mas que não atendiam aos critérios de inclusão? Isso causaria algum transtorno para a instituição ou prejuízo aos adolescentes? Se sim, como isso seria administrado? A população alvo foi composta por adolescentes em ICPAE (Interação Com

Possibilidade de Atividade Externa), naturais e procedentes da cidade onde a pesquisa foi realizada. Assim, esses critérios foram plausíveis e prontamente serviram de justificativa, uma vez que no funcionamento institucional já existem diferenciações no tratamento dispensado aos adolescentes em ICPAE e aos em ISPAE (Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa). Os adolescentes em ICPAE permanecem em um setor diferenciado dos demais, pois, na maioria das vezes, já estão em uma condição de progressão de medida. Assim, esses jovens realizam algumas atividades diferentes dos que estão em ISPAE, como praticar algumas atividades no pátio externo da Unidade, por exemplo. Desse modo, não foram causados transtornos à instituição, uma vez que essa diferenciação já está integrada à rotina institucional.

Apesar do cuidado, diante das questões bioéticas apresentadas, existiam alguns riscos mínimos para os participantes, como situações de desconforto psicológico devido aos sentimentos que poderiam ser mobilizados pelas perguntas da entrevista. Caso essas situações fossem identificadas, a pesquisadora era responsável por avaliar a situação e, se houvesse necessidade de atendimento psicológico, o participante seria encaminhado ao serviço de psicologia da instituição. Contudo, não houve a necessidade de nenhum encaminhamento para o serviço de psicologia institucional durante a realização desse estudo.

Considera-se que os benefícios para os participantes do estudo podem decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pela pesquisadora e pela reflexão oportunizada no momento da realização das oficinas, entrevistas, devolução das fotografias e da observação. Acredita-se que os adolescentes aproveitaram esse espaço proporcionado para revelar suas histórias de vida e se sentiram amparados na medida em que eram escutados.

4.5 Devolução dos resultados do estudo

As informações desse estudo serão devolvidas para os técnicos através de um convite para um encontro com a equipe de profissionais para assistirem uma apresentação (em *power point*) dos resultados e discutir as informações pertinentes à dinâmica da instituição no que diz respeito à relação dos adolescentes com os pares. Além disso, a devolução para os participantes do estudo será realizada através da organização de uma exposição, na própria instituição, das fotografias autorizadas para divulgação. Pretende-se incluir essa exposição em uma data festiva em que a instituição recebe os familiares dos jovens, como na festa junina, por exemplo, e seguir articulando parcerias para promover essa exposição em outros locais com maior acesso à comunidade, como escolas, por exemplo.

4.6 Análise das informações

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, assim, essas transcrições viabilizaram a análise das informações a partir da técnica de análise de conteúdo temática categorial (BARDIN, 2004). Essa análise possui uma abordagem descritiva, uma vez que busca descrever as falas sem apresentar hipóteses teóricas para relacionar aos fenômenos ou objetos de estudo (BARDIN, 2004). Foram definidas categorias a partir da análise do material obtido, sendo realizada uma leitura flutuante das entrevistas, inicialmente de maneira individual para que fosse possível compreendê-las em seu contexto. Em um segundo momento, buscou-se reunir essas informações, utilizando princípios de similitude e diferenciação, a partir do conteúdo apresentado nas entrevistas. As categorias temáticas se basearam tanto nos objetivos do estudo como no material exposto pelos adolescentes. Assim, serão apresentadas as falas dos jovens que ilustram cada categoria, sendo realizada uma integração dessas com estudos teóricos e empíricos que permitem a ampliação da compreensão do fenômeno. As falas emergiram da entrevista motivada pelas imagens fotográficas.

5. RESULTADOS

As respostas dos participantes foram agrupadas em três categorias. A categoria intitulada - *Características e contextos das relações de amizade* - abrange as respostas dos participantes sobre as pessoas com quem os adolescentes estabelecem suas relações de amizade, em que contexto ocorrem essas interações, como essas relações de amizade se formam e as estratégias que utilizam para oferecer e buscar apoio nessas relações. Na análise dos resultados, observou-se a necessidade de subdividir essa primeira categoria, destacando as amizades no contexto institucional. Embora as falas referentes ao relacionamento com os pares dentro da instituição reproduzam as formas de relacionamento extra-institucionais, procurou-se aprofundar quais são as peculiaridades e influências do universo institucional nas relações de amizades.

A segunda categoria denominada – *Amigos: irmãos eleitos* – envolve respostas dos participantes que descrevem experiências agradáveis e o sentimento de cumplicidade vivido entre os amigos, bem como apresenta vivências de amizade dos jovens que decorrem do envolvimento em situações de risco e do uso de substâncias psicoativas. Além disso, são apresentadas falas nas quais familiares significativos ocuparam o lugar de amigos/pares, também encontrando-se envolvidos em situações de risco.

A terceira categoria, por sua vez, intitulada - *Contras: os adolescentes e seus inimigos* – agrupa as falas dos participantes sobre suas relações de inimizade. Essa categoria destaca o papel fundamental das lutas contra os inimigos na reafirmação das relações de amizade dentro do próprio grupo de amigos. As falas dos participantes relatam como a afirmação da masculinidade e a disputa por poder podem influenciar suas relações em grupo. Essa categoria também se subdividiu, para que fosse possível contemplar as peculiaridades da rivalidade no contexto institucional.

O quadro a seguir auxilia no entendimento das categorias e suas descrições:

Nome da categoria	Definição
<p>Características e contextos das relações de amizade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amizades no contexto institucional 	<p>Essa categoria agrupou respostas dos participantes sobre as pessoas com quem os adolescentes estabelecem suas relações de amizade, em que contexto ocorrem essas interações, como essas relações de amizade se formam e as estratégias que utilizam para oferecer e buscar apoio nessas relações,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os aspectos citados anteriormente são observados dentro da instituição.
<p>Amigos: irmãos eleitos</p>	<p>A presente categoria envolveu narrativas sobre experiências agradáveis e o sentimento de cumplicidade entre os amigos, bem como envolve narrativas sobre vivências a partir do uso de substâncias psicoativas e de situações de risco. Além disso, são apresentadas falas nas quais familiares significativos ocuparam o lugar de amigos/pares que oferecem riscos.</p>
<p>Contras: os adolescentes e seus inimigos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inimizades no contexto institucional 	<p>Essa categoria congregou falas dos participantes sobre o papel fundamental das lutas contra os inimigos na reafirmação das relações de amizade dentro do próprio grupo de amigos. Do mesmo modo, mostram-se falas que abordam como a afirmação da masculinidade e a disputa por poder podem influenciar suas relações em grupo. Essa categoria também aborda o papel dos amigos nessas situações de conflito.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os aspectos citados anteriormente são observados dentro da instituição.

Quadro 1 – Categorias e descrições.

5.1 Categoria 1 - Características e contextos das relações de amizade

A partir dos relatos dos adolescentes verifica-se que a rede de amizades é composta por outros jovens que apresentam a mesma faixa etária, residem na mesma região da cidade e, geralmente, são amizades que se originaram ainda na infância.

Mas os piá que tão aqui³ eu já conheço tudo de lá⁴. Tinha vários que eu conhecia, já, da rua. Que eu andava desde criança em tudo que era lugar, né dona (Participante 4).

³ CASE.

⁴ Da rua.

Eu fico só na baia⁵ do piá, vou reto na casa dele. A gente se conhece mais desde pequeno. Ei, desde piazzinho nós andemo junto, nós nunca brigemo (Participante 6).

Fehr (1996) destaca a importância dos fatores ambientais para os relacionamentos de amizade, uma vez que a proximidade residencial e o local frequentado durante maior parte do dia desempenham papéis importantes para a construção dessas relações. Além disso, a frequência do contato é outro elemento fundamental para o estabelecimento das relações de amizade. Asher, Parker e Walker (1996) também indicam que tanto para a formação como para a manutenção da amizade o companheirismo e a disposição para investir tempo livre na amizade são importantes. Os relatos demonstram que esses adolescentes permanecem grandes períodos do dia juntos, assim eles possuem afinidades de interesses e gostos, que fazem com que se procurem mutuamente, o que gera a vinculação entre eles.

E onde ele vai, ele sempre me convida pra ir nos lugar. Se é pra ir nas Carrera, no rodeio, ele vai na minha casa e pergunta de mim, se eu tô a fim de ir dar uma banda⁶ num rodeio. Teve uma vez que ele foi num torneio lá em Porto Alegre com o colégio dele, o marista, e ele perguntô pro professor dele se não dava pra mim ir junto, daí eu fui junto (Participante 6).

Ah, os meus amigos são os cara que andam dia-a-dia assim na rua (Participante 6).

O contexto em que as amizades se formam e se desenvolvem influencia nas características e na dinâmica dessas relações. Os entrevistados moram próximos entre si, inclusive três dos seis entrevistados residem no mesmo bairro da cidade e possuem grande parte da rede de amigos em comum. Todos os participantes moram na periferia da cidade. Os relatos e as fotografias registradas pelos jovens revelam ruas sem calçamento e sem saneamento básico. Esse cenário associa-se a um quadro de vulnerabilidade social, pois percebe-se a ausência do Estado identificada pela precariedade de políticas públicas voltadas para essa região da cidade e, principalmente, para os direitos fundamentais que asseguram condições dignas de sobrevivência, que pressupõem acesso à saúde, à assistência social, à educação, a profissionalização, à cultura, ao esporte e lazer e a convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, esses jovens são invisíveis para a sociedade em modo geral, por residirem em comunidades e territórios com escassos investimentos do Estado (SOARES, 2005).

A maioria dos amigos dos adolescentes entrevistados possui a mesma realidade de envolvimento em atos infracionais. Contudo, isso não significa necessariamente que o

⁵ Gíria designada para definir a palavra casa.

⁶ Passear.

envolvimento em atos infracionais tenha sido um critério de inclusão para o estabelecimento do círculo de amigos, ou algo que demonstre simplesmente afinidade entre os pares. Os adolescentes não fazem distinção entre os amigos que praticam atos infracionais e os que não praticam, a construção dos relacionamentos de amizade é realizada a partir de outras influências. A escolha pelo grupo de amigos não ocorre aleatoriamente, mas sim são escolhidos amigos parecidos consigo, isto é, a escolha pelos amigos ocorre a partir das afinidades de gostos e interesses. Elementos como penteados, roupas, acessórios e tatuagens podem sinalizar as semelhanças e evidenciar essas afinidades. Entre os adolescentes entrevistados, é possível observar afinidade em relação à imagem atribuída ao jovem louco e inconsequente.

Esse aqui⁷ é um diabinho⁸, dona, a senhora tem que ver (risos) esse pequenininho aqui é terrorista (risos). Ele é locão igual a nós, os piá grande, né dona? Não aceita, no que ele bota o cano⁹ na cintura, ele não aceita né? Bota um moletonzão que nem os nosso e sai por aí (Participante 1).

Como eu sou festeiro e eles¹⁰ são festeiro, nós se demo certo aí. Se eu encontrá meus amigo de fé mesmo, os que eu considero, que fazem festa comigo, não tem pra ninguém. Nós se unimo e ficamo grandão, nós somo tudo igual, tudo locão (Participante 3).

Os relatos mostram que estabelecer relações de amizades com outros jovens envolvidos na criminalidade parece ser natural para a realidade que vivenciam, porém essa atitude é desaprovada pela sociedade de um modo geral (SOARES, 2003). Ao mesmo tempo em que a rede de amigos parece não ser a ideal, é a única referência de grupo oferecida, assim resta adaptar-se ao grupo tal como ele é.

É que meus colega são um baita duns maconheiro, tavam me convidando pra fumá maconha ontem. Os rapaz são foda (Participante 6).

Bah eu não sei, que nem diz a minha avó, a cabeça é muito fraca, né dona? Se eu tô no meio deles assim, e eles tão loco cheirando alguma coisa, fumando maconha, tomando uma cerveja, eu sei que se eu chegá neles assim, se eles tiver fazendo alguma dessas três coisas, eu sou obrigado a fazê (Participante 3).

O grupo de amigos cultiva afinidades como o compartilhamento por gostos e interesses comuns, o modo de vestir, falar e se comportar. Além desses aspectos, os relatos sobre as relações de amizades evidenciaram um senso de proteção entre os amigos. Esse senso

⁷ Mostrando um dos integrantes do grupo de pares na fotografia.

⁸ Referindo-se ao integrante mais novo do grupo, de 10 anos.

⁹ Arma.

¹⁰ Amigos.

de proteção torna-se visível na medida em que alguns relatos mostram que os amigos protegem-se entre si oferecendo suporte mútuo diante dos medos e situações estressantes.

Daí esse loco já se invocô pra cima desse amigo meu, né? Daí tava ele e mais outro e cachorrearam¹¹ esse meu amigo que tava comigo, daí cachorrearam ele e se pegaram¹². Daí deram uma pedrada no piá, queriam se espichar¹³ no piá, daí eu não deixei, né? Tive que entrar na briga, e daí deram uma pedrada nele que quase arrancou a sombrancelha fora, ficou pendurada. Daí eu só puxei o prego¹⁴ e dei duas, e daí caiu estirado no chão, daí nós larguemo¹⁵, né? (Participante 1).

Daí esse piação foi lá¹⁶ e eu disse: “foi piá, me empresta o teu cano¹⁷”. O piá pego o cano e me falô de novo: “bá piá, só pega e dá umas coronhada nesse piá pra ti não se incomodá”¹⁸. O piá me falo ainda, tentô me avisá: “só dá umas coronhada pra gente não se incomoda com esse piá aí”. Os piá ficaram me xingando toda hora, ficavam me dando corrição¹⁹: “bah piá, vai te atrasá²⁰ por causa do cara aí?(Participante 6).

Os participantes também descreveram que o início de uma relação de amizade pode ocorrer por meio de ações ou de abordagens com características efêmeras. A fala abaixo exemplifica essa efemeridade, que parece marcar a qualidade das relações interpessoais na contemporaneidade.

Eu encontrei uns amigos e eu vi que eles não eram daqui e que eles queriam ir no parque²¹, né? Daí eu levei eles no parque e me atrasei²², eles tavam subindo e eu tava descendo, daí eles me chamaram, me perguntaram onde que era o parque. Daí, nós brincamo nos brinquedo, nós brincamo na montanha-russa, no camicase, daí eles desceram comigo, daí eu vim embora. O nome deles? Não sei, acho que eles não são daqui, eles não conhecem nada (Participante 2).

Nessa passagem o adolescente chama os outros jovens, que recém conheceu e não sabia os nomes, de amigos. Essa característica de algumas relações de amizade foi explorada em diversos estudos, porém com nomeações diferentes tais como: fluidez, “perhaps”/talvez, programa vazio (BAUMAN, 2001; DERRIDA, 1997; ORTEGA, 2000). De modo geral, essas nomeações remetem a mesma ideia de incerteza e imprevisibilidade diante de uma suposta relação.

¹¹ Ameaçaram.

¹² Lutaram fisicamente.

¹³ Se provalecer.

¹⁴ Gíria que se refere à faca.

¹⁵ Foram embora.

¹⁶ Na rua onde estavam, próxima às suas casas.

¹⁷ Simulando a própria voz.

¹⁸ Simulando a voz do amigo.

¹⁹ Corrigindo.

²⁰ Se prejudicar.

²¹ Parque de diversões.

²² O jovem atrasou-se para retornar para o CASE depois do final de semana de atividade externa.

Derrida (1997) destacou a amizade como um campo propício para a experimentação do que é novo, sendo a amizade um espaço carregado de possibilidades e incertezas. Para o autor, essa incerteza carrega riscos e indefinições, uma vez que a relação deve ser construída com investimentos dos indivíduos que devem investir mutuamente nessa e correr os riscos de apostar que o outro possa desempenhar o papel de amigo. É curioso o fato de esse adolescente entrevistado ter vivenciado, por aproximadamente duas horas, a experiência de ter ido ao parque com novos amigos que não sabe o nome, nem de onde são ou qualquer outra informação. Eles simplesmente perguntaram ao jovem onde era o parque e isso foi o suficiente para que eles estabelecessem e vivenciassem esses momentos efêmeros juntos, dependerão do acaso para se encontrarem novamente. Isso significa que talvez a experiência vivida seja mais importante do que as pessoas com quem essa é compartilhada. Assim, não é por acaso que o jovem sabia o nome dos brinquedos nos quais se divertiram e não sabia o nome de seus amigos, bastou compartilharem esses momentos para se tornarem amigos conforme o adolescente os chama.

Ortega (2000) nomeou de programa vazio, a imprevisibilidade da amizade. Trata-se de uma relação que está por vir, a emergir, em aberto. Arendt (1993) e Derrida (1997) também abordam a imprevisibilidade nas relações de amizades, destacando a instabilidade e a constante transformação a que essas relações estão sujeitas, como um espaço para o acontecimento e a invenção. Bauman (2001), por sua vez, nomeou como liquidez as cenas efêmeras, como essa relatada pelo Participante 2. O autor utiliza esse termo porque os líquidos não possuem uma forma específica, ou seja, se moldam de acordo com os recipientes nos quais estão contidos. Assim, os fluídos, vazam, transbordam, escorrem, pelos lugares, indo e vindo. Esse parece ser o caso desses adolescentes que chegaram e partiram de forma volátil. Bauman (2001) comparou a vida instantânea a uma viagem sem fim, com inúmeras possibilidades a serem realizadas urgentemente, o que implica viver o momento no tempo do agora.

A volatilidade e fluidez sugeridas na fala do Participante 2 podem estabelecer relação direta com o engajamento em atividades e também com o afastamento ou diminuição dos contatos e aproximações. O Participante 5 expressou essa ideia através das seguintes palavras:

Mas eu não tinha nem vontade de fazê o assalto, eu fui junto e eu não sabia. Aí, quando eu vi, eles²³ já tavam com uma arma na mão né. Aí eu tive que participa (Participante 5).

²³ Os colegas que cometeram o ato infracional junto ao adolescente.

Antigamente, antes de eu cáí preso, eu tinha bastante amigo assim na rua. Mas agora²⁴ tenho poucos amigo na rua. Bem dizê, quando eu cáí aqui²⁵ que eu fui vê quem era meu amigo e quem era meus inimigo (Participante 5).

Os entrevistados relataram que parte do grupo de amigos se afastou quando foram internados para o cumprimento da medida socioeducativo. Eles consideram que os amigos não ofereceram o suporte e o apoio esperados. Demonstram desconforto com o fato de que alguns dos indivíduos que consideravam amigos só se apresentaram como parceiros durante as situações de festas ou de uso de drogas. Porém, eles se afastaram diante dos momentos de dificuldades, especialmente, aqueles associados à privação de liberdade.

Sei lá, dona, até as vez, as pessoa que eu me dava antes, passam por mim assim né dona? Meio que, que desviando, o cara vê, né dona (Participante 4).

Quando a gente sai ai na rua a gente vê que as pessoa tão falando da gente: “bah, ele era um guri tranquilo, agora tá lá preso²⁶”. Tem várias pessoa que me recriminam, né dona? Andava só com os riquinho, aí quando eu fui preso, todo mundo me deixô de canto (Participante 5).

Ceolin (2003) destaca que no período da internação são descritos os sentimentos de decepção em relação aos amigos que não ofereceram o apoio esperado. Souza e Hutz (2008b) observam que, de fato, as relações de amizade estão suscetíveis à mudanças decorrentes de alterações situacionais ou ambientais. Nesse caso, a mudança ocorrida foi a internação em uma instituição de execução de medidas restritivas de liberdade. Assim sendo, pode-se inferir que não é especificamente a internação que, *a priori*, afasta os amigos, o que por sua vez indicaria a reprovação da condição do jovem por seus amigos, mas possivelmente o afastamento desses amigos é consequência da diminuição da frequência dos contatos entre os jovens, provocada pelo processo de internação.

A fala do Participante 5 também ilustra o sentimento de insegurança em relação à própria condição de exclusão social, de modo que o entrevistado se mostra desvalorizado e descartado. Quanto a isso, Bauman (2001) enfatiza que o funcionamento da sociedade capitalista atual se organiza em função do consumo desenfreado, tanto de objetos, quanto de pessoas, uma vez que essas são classificadas, consumidas e descartadas conforme critérios capitalistas. Explorando, ainda, essa compreensão, o ser humano parece cumprir o papel de algo a ser consumido, descartado e logo repostado por outro objeto similar. Assim, usufrui-se do

²⁴ Durante o cumprimento da medida.

²⁵ Quando foi internado no CASE.

²⁶ Simulando a voz de outras pessoas.

outro enquanto for conveniente até dispensá-lo, aparentemente, sem qualquer crise de consciência (BAUMAN, 2001).

Apesar dos relatos de expectativas não correspondidas quanto o papel dos amigos, os participantes também narraram episódios nos quais oferecem apoio entre si. Descrevem experiências de troca nas relações de amizades que lhe auxiliaram diante das adversidades enfrentadas.

Ah, nós demo um jeito, se um tá mal, a gente apoia o outro. Eu já apoiei vários piaçã em briga, em várias coisa (Participante 6).

Ele era de maior e eu era de menor, dai eu já livre a cara dele, porque senão ele ia pra cadeia né. Ele me agradece, nunca me deixava mal (Participante 1).

Daí quando eu levei esse talho na cabeça, me levaram pro P.A.. Um amigo meu numa lancheria lá perto de casa me levou pro P.A.(Participante 1).

Se eu tô sem dinheiro, se eu tô em casa triste assim, sem um puto pila, sem um cigarro no bolso, sempre tem um que chega: ô quanto tu quê emprestado? (Participante 3).

Essas situações ilustram provas das amizades descritas pelos adolescentes, que relataram com orgulho situações de demonstração de lealdade, as quais tanto oferecem quanto recebem apoio. O adolescente que corresponde com o apoio esperado à solicitação de um amigo é valorizado e respeitado dentro do grupo. Ele recebe ajuda prontamente quando precisar, como forma de agradecimento.

Asher, Parker e Walker (1996) apontam que a preocupação, a ajuda e o compartilhar estratégias de resolução de conflitos são elementos fundamentais nas relações de amizade. Mendelson e Aboud (1999), por sua vez, observam que o auxílio ofertado nas relações de amizade compreende tanto orientações como auxílio mútuo, além do estabelecimento de uma aliança confiável, na qual o indivíduo se mostra disponível e leal ao outro. Esses aspectos estão relacionados à sensação de conforto e segurança ofertada pelos amigos face às situações ameaçadoras.

De modo geral, os relatos dos participantes, sobre as características e contextos das relações de amizades indicaram que a rede de amizade é composta por parcerias estabelecidas desde a infância, com amigos da vizinhança e da escola, mas também por amigos novos. Os novos amigos parecem ir se integrando a essa rede de amizade por meio de amigos em comum ou, ainda, a partir de situações ou experiências compartilhadas. As relações de amizade parecem ser colocadas à prova, quando vivenciam situações de conflito, sendo que as estratégias de apoio emitidas tendem a fortalecer os laços de amizades.

Ao traçar um paralelo com o contexto institucional, observa-se que as falas referentes às relações de amizade dentro da instituição reproduzem as formas de relacionamento extra-institucionais, porém essas relações que ocorrem no interior da instituição são marcadas pelas peculiaridades do universo institucional as quais serão discutidas na próxima seção.

5.1.1 As amizades no contexto institucional

As mesmas características das relações de amizade descritas no contexto extra-institucional, como afinidade entre si, apreço pelo grupo e apoio mútuo são utilizadas para o estabelecimento das relações de amizade dentro da instituição. Entretanto, essas características são permeadas por forças institucionais, o que implica em diferentes formas de expressão dessas características. Pode-se dizer que o contexto institucional, de privação de liberdade, se configura como uma sociedade dentro de outra, de modo que a instituição reproduz internamente algumas características presentes na sociedade, em geral. Algumas das forças institucionais estão ligadas à rotina, por exemplo, que influencia diretamente as relações estabelecidas entre os jovens até porque limita o acesso de uns adolescentes aos outros.

Lá²⁷ a gente tinha que tá dependendo de ir no banheiro, prum copo d'água, pra tomá banho também (Participante 6).

Ah é embaçado²⁸, é ruim de ficá preso, de ficá fechado. Tá loco, é uma mental²⁹ no cara, vai ficá preso num quartinho pequenininho, só com uma portiola³⁰ e uma janelinha assim. É uma portinha assim, um visorzinho assim ali e uma janela nos fundos assim. Só com uma parte aberta, aberta só atrás, mas tem as grades assim, daí tem uma parte fechada, uma parte aberta (Participante 1).

Ah, é que eu já tava meio loco na rua³¹, fiquei aqui³² dois mês e pouco e peguei e me acostumei com os piá aí. Bah vô te que dizê, me deu uma saudade de volta pra cá de novo, das rotina. Eu me acostumei com os piá aí, bah, o cara se acostuma conforme o tempo (Participante 6).

O apreço pelo grupo, demonstrado pelo sentimento de saudade, está relacionado aos principais aspectos (companheirismo, reciprocidade, admiração e afeição) presentes na formação e na manutenção dos vínculos de amizade, descritos por Asher, Parker e Walker

²⁷ Refere-se ao CASE, pois quando essa entrevista foi realizada o adolescente encontrava-se em progressão de medida no CASEMI.

²⁸ Complicado.

²⁹ Pressão psicológica.

³⁰ Porta pequena.

³¹ O adolescente se refere ao período que estava em liberdade.

³² CASE.

(1996). Esses sentimentos parecem não diferir daqueles encontrados fora da instituição, o que é diferente aqui é que para reencontrar o grupo de quem o jovem sente saudade pode ser necessário que ele entre novamente nesse universo institucional. Dessa forma, percebe-se que a transição entre contexto externo e institucional, institucional e externo gera um rompimento de vínculos de amizade estabelecidos em cada contexto. Demonstrações de apoio mútuo também são encontradas no contexto institucional, entretanto, devido às limitações de possibilidades de circulação e de interação dentro da instituição, as formas de apoio sofrem alterações.

Sexta passada eu me abalei, eu não saí³³, achei que ia saí. Daí eu me abalei, daí subi pra cima no dormitório e comecei a fazê um tendel, porque o cara se abala e começa a pedalá³⁴, né? E daí começa a ficá todo mundo agitado né, porque daí os outros piá também acabam apoiando o cara na pedalação (Participante 1).

Quando chega um piá aqui, eu dô moral³⁵ pro cara, digo que não é pra pedalá no horário de visita dos cara, que tem que ficá sereno pra ir pra atividade³⁶. Eu aviso o piá porque senão depois toma-lhe pau sem saber, daí eu já aviso ele e dô esse apoio na chegada (Participante 6).

Algumas formas de demonstração de apoio são inviáveis de serem realizadas dentro da instituição, justamente pelas características dos contextos e da existência de determinadas regras institucionais. Obviamente, um amigo não poderá levar o outro até o pronto socorro, emprestar dinheiro ou oferecer cigarro, como indicado nos depoimentos anteriores que expressam experiências de troca que oferecem auxílio diante das adversidades enfrentadas fora do contexto institucional. Porém, um amigo pode ajudar como mediador, no manejo e na resolução de conflitos fora e dentro da instituição. As falas dos participantes 1 e 4 expressam a valorização do apoio recebido por outros adolescentes que também estavam cumprindo medida socioeducativa.

Eu mandei a carta pra ela³⁷, de sexta pra sábado, pro piá entregá. Um piá que tá na rua fazendo atividade³⁸. Dei pro piá entregá pra ela, meia folha pedindo desculpa de tudo³⁹. Daí ele entregô pro colega dela, que é parceiro nosso. Daí o colega dela entrega pra ela, né? (Participante 1).

³³ Não foi autorizado a exercer a atividade externa por indisciplina.

³⁴ Ação de deitar no chão, em frente à porta do dormitório e simular estar pedalando uma bicicleta, provocando barulho.

³⁵ Explicar, orientar.

³⁶ Atividade externa.

³⁷ Namorada e mãe de sua filha.

³⁸ Atividade externa.

³⁹ Traições e por não ter tido boas condutas dentro do CASE, o que acarretou em perda da atividade externa.

Na primeira vez que eu vim pra cá, eu assumi junto com a minha bronca, a bronca de um outro piação, daí eu caí⁴⁰ e ele não. Daí, deu um tempo e ele caiu aqui por causa de outra bronca dele aí, daí toda vez que dava rixa entre os piá ou se alguém me cachorreava, ele tirava por mim⁴¹, tomava as dor (Participante 4).

No contexto institucional, o apoio pode ser demonstrado através de trocas de bens e de produtos que são acessíveis dentro da instituição. Como exemplo dessas trocas, foram citados os trabalhos artesanais produzidos pelos próprios adolescentes nas oficinas, que fazem parte da rotina institucional.

Eu fiz um porta-retrato agora de manhã e agora de tarde eu fiz outro, tem uns que eu vendo, passo, que eu faço pros piá no apoio, outros eu faço pra briqueá⁴² (Participante 1).

Os piá me dão umas folha daí eu corto e dobro tudo e faço pra eles de graça. Às vez um que outro me dá um bagulho, me dá sobremesa e coisarada⁴³, um chocolate deles (Participante1).

Mendelson e Aboud (1999) indicam que os jovens desenvolvem estratégias de auxílio mútuo, que podem ser tanto objetivas como subjetivas. Entre as estratégias que os adolescentes encontraram para proporcionarem apoio entre si dentro do contexto institucional percebe-se: trocas de bens e produtos entre si, como objetos pessoais; fornecimento de lanches ou comidas que não gostam para os jovens que gostam dessas comidas; entrega de cartas ou recados para familiares dos adolescentes sem atividade externa pelos adolescentes que estão em atividade externa; os jovens que estão em regime fechado podem assumir a culpa de alguma briga ou má conduta no lugar dos adolescentes que estão em atividade externa para que esses não percam a saída no final de semana; os jovens não entregam seus amigos quando chamados para explicar algum sinistro, geralmente alegam não terem visto nada. O que foi observado fora da instituição, repete-se dentro da instituição, uma vez que o fornecimento de apoio gera apreço e esse apreço garante o recebimento de mais apoio.

Outra forma de demonstração de apoio valorizada entre os adolescentes restritos de liberdade é a ação de pedalar a porta. Ao praticar essa ação os adolescentes deitam no chão, em frente à porta do seu próprio dormitório e simulam pedalar uma bicicleta. Como as portas são de ferro, essa ação gera um barulho estrondoso, que pode ser utilizado para realizar um alívio de sua tensão ou para demonstrar sua insatisfação face a algo que aconteceu consigo, com um amigo ou na instituição.

⁴⁰ Cair significa ser preso.

⁴¹ Significa que o amigo defendia ele.

⁴² Gíria que significa variação do termo “fazer um bric”, trocar.

⁴³ Gíria para dizer algo como “tudo mais”.

Eu incomodava muito quando eu tava fechado, pedalava direto, é só eu pedi pra eles me ajudarem. Quando um se dá mal, daí o outro já pede apoio, né? Os piá apoiam, não deixam mal o outro, é parceria (Participante 1).

Daí eu já dô um grito prum piá: “daí piá, tem apoio?”,⁴⁴ “tá na mão, sabe o jeito, puxa o carroto que eu termino”⁴⁵ (Participante 1).

É interessante pensar que, mesmo em dormitórios separados, sem ferramentas ou acesso a outros objetos, os adolescentes acabam encontrando estratégias para oferecerem apoio uns aos outros. As relações interpessoais estão sujeitas às diferentes demandas institucionais da sociedade, isto é, as relações sofrem influências do que está relacionado com o universo institucional direta ou indiretamente. Assim, ao tratar-se de um contexto caracterizado pelas relações de grupo, valorizam-se as manifestações em grupo, como o apoio oferecido pelos jovens ao pedalar as portas, por exemplo (BELL, 1981; BELL; COLLEMAN, 1999).

Observa-se no contexto institucional, uma particularidade na forma como as relações de amizade se iniciam, uma vez que se estabelecem a partir do delito praticado. Isto é, antes mesmo de saber o nome do “amigo em potencial”, o adolescente pergunta ao outro sobre o ato infracional que originou a medida. Essa condição é similar à apresentada em outras instituições que priorizam outras informações antes do próprio nome do sujeito. Por exemplo, em um hospital o paciente não é identificado pelo nome, mas sim por sua enfermidade; em uma universidade o indivíduo é inicialmente identificado por seu curso.

É tri, o cara chega e pergunta: “e ai piá por que tu caiu aqui?”, “caí por um homicídio”, “caí por uma tentativa”⁴⁶. Daí começa a puxá conversa, daí começa a dialogá, né? O cara começa a conversá, daí já fica amigo (Participante 1).

O primeiro piá que vem falá com a gente aqui é o piá que fica no dormitório do lado, os piá, né? Porque vem um de cada lado, daí pergunta por que caiu aqui e é assim que começa (Participante 5).

É pertinente observar as diferenças entre os modos de estabelecimento das relações de amizade dentro e fora do contexto institucional. Delineia-se um paralelo lembrando que as relações de amizade que se estabelecem fora do contexto socioeducativo não começam a partir da pergunta sobre o ato infracional, essas geralmente iniciam através da influência dos fatores ambientais (como proximidade residencial e local frequentado durante a maior parte

⁴⁴ Simulando sua própria voz.

⁴⁵ Simulando a voz de outro adolescente que cumpre medida na mesma instituição.

⁴⁶ Simulando um diálogo entre os adolescentes privados de liberdade.

do dia) aliada à frequência do contato. Assim, o grupo de pares é composto por amigos de escola e da vizinhança, além de amigos em comum que gradualmente agregam-se ao grupo.

Daí quando tem os piá que são amigo dos amigo do cara, daí já comecemos a puxá assunto, trocá ideia e daí comecemos a parceria, né? A gente se encontra e tomamo uma cerveja, fumemo uma maconha também (Participante 1).

Enfim, independente de como nomeiam o outro (parceiro, amigo, piá) ou do tipo de amizade estabelecida (se desde a infância ou mais recente), os adolescentes entrevistados expuseram fragmentos de seu universo relacional, apresentando como iniciaram suas relações de amizade, de onde são seus amigos, como se apoiam entre si. Ao mesmo tempo também mostraram que esses elementos podem ser transpostos para dentro do contexto institucional e se configurar de forma similar, porém com suas peculiaridades.

5.2 Categoria 2 - Amigos: irmãos eleitos

Essa categoria descreve narrativas que demonstram experiências agradáveis em grupo e manifestações de cumplicidade nas relações desenvolvidas com os pares. Além disso, são apresentados relatos de situações de risco que os adolescentes vivenciam em grupo, como brigas e uso de substâncias psicoativas. Da mesma forma, são apresentadas narrativas nas quais familiares significativos ocuparam o lugar de amigos/pares. Assim, nos relatos a seguir, os entrevistados narram situações agradáveis vivenciadas com seus amigos, descrevendo o quanto estas ações e experiências de grupo podem ser saudáveis e prazerosas.

Eu sou viciado em videogame. Ele⁴⁷ tem o “play dois”⁴⁸. Ah, nós joguemo só futebol. No vídeo-game e ao vivo, a gente gosta de jogar junto os dois tipo (Participante 2).

Uma vez eu e um piação fomo buscá a Chama Crioula, eu e uns piação lá de perto de casa. Fomo escolhido junto, fizemo um trajeto daqui a São Gabriel e de São Gabriel nós fomo pra Caçapava, foi xarope⁴⁹ (Participante 6).

A Chama Crioula, mencionada pelo jovem, faz parte da Semana Farroupilha que é um dos eventos mais tradicionais do Rio Grande do Sul, que objetiva fortalecer a cultura do estado. Simboliza coragem, pois se remete aos ideais Farroupilhas de justiça e liberdade, que aproximam os povos. Esse relato descreve a experiência de união dos jovens em torno de um ideal social, o que certamente oferece subsídios benéficos para a construção da sua identidade

⁴⁷ Amigo.

⁴⁸ Modelo de vídeo-game.

⁴⁹ Muito bom.

(BROWN, 1990; SAVIN-WILLIAMS; BERNDT, 1990), uma vez que proporciona experiências que se somam a outras experiências que compõem o conjunto de elementos com os quais os adolescentes edificam sua própria história. Romanelli e Prieto (2002) destacaram que a união em torno de um ideal social possibilita que a constituição de laços significativos fora do núcleo familiar viabilize o sentimento de pertencimento em relação ao grupo de iguais.

As vivências, em grupo, dos jovens repercutem na própria valorização individual, uma vez que grupo e indivíduo fortalecem-se reciprocamente. Além disso, as relações de amizade proporcionam saúde, visto que protegem a saúde do adolescente e, assim, a efetividade e qualidade de suas relações (SLUZKI, 1997). No caso da cena relatada pelo Participante 6, ocorreu uma atividade de viagem entre amigos. Além disso, esse grupo de amigos engajou-se socialmente ao carregar a Chama Crioula, assim sendo, a viagem somada à ação em torno de um ideal social propiciou uma sensação agradável, principalmente por promover a união do grupo. Os jovens sentem afinidade ao estar com o grupo de amigos e os comparam com parentesco familiar como pode-se observar nos relatos baixo.

De uma forma que nem se fosse um irmão eles me tratam (Participante 3).

Ah, gosto mais desse piá aqui⁵⁰ do que dos meus irmão (Participante 6).

Ser tratado como irmão ou considerar seus amigos como mais importantes do que seus irmãos consanguíneos nos remete ao conceito de Kehl (2000) sobre as fratrias. Esse conceito afirma que as fratrias são agrupamentos em que os indivíduos são unidos por fatores em comum como objetivos, crenças e gostos que, por sua vez, compõem um ideal que serve de modelo de identificação para os integrantes. Isso acontece porque a fratria proporciona o sentimento de pertença pelo fato dos indivíduos apresentarem afinidades como, pertencerem a uma mesma instituição, por exemplo.

As fratrias representam um novo espaço de significação e expressão no qual o sujeito elabora a perda da identidade de criança e projeta a sua identidade de adulto. Desse modo, os amigos, em quem a confiança encontra-se depositada, constituem o regime de irmãos (os “manos”) e representam um novo lugar de identificação horizontal, em contraponto ao modo de identificação vertical, que implica a presença de um líder (KEHL, 2000).

É pertinente destacar que o reconhecimento pode ser proporcionado pelos pares, os apelidos são uma demonstração disso, uma vez que conceder um apelido pode significar

⁵⁰ Mostrando amigo na fotografia.

“batizar” o sujeito pela segunda vez, agora dentro do grupo. Assim, receber um apelido do grupo de pares apresenta novas possibilidades de identificação entre seus semelhantes. Quanto a esse aspecto, cabe destacar que a proposta inicial da presente pesquisa propunha que os nomes fictícios utilizados para preservar a identidade dos entrevistados fossem escolhidos pelos próprios adolescentes. Entretanto, os jovens acabaram escolhendo seus apelidos como nomes fictícios, o que prejudicaria a ideia de preservar suas identidades, uma vez que frequentemente os jovens são mais facilmente reconhecidos pelos apelidos do que pelos próprios nomes. Assim sendo, optou-se por ocultar seus apelidos e identificá-los como “Participante 1”, “Participante 2” e assim por diante.

Os relatos dos Participantes 3 e 6 sobre como se sentem entre o grupo de amigos são exemplos da descrição de Goldsmid (2010) sobre laços fraternos entre as crianças em um campo de concentração de Terezin (Checoslováquia), uma vez que esses laços ilustram os principais elementos do suporte emocional oferecido pela relação fraterna. O autor relata que o contexto no qual essas relações se estabeleceram foi de trauma pela perda dos pais assassinados por nazistas. Assim, diante dessas condições, essas crianças eram consideradas irmãs por terem crescido juntas desde o nascimento. Além disso, a relação desenvolvida por essas crianças apresentava características horizontais, isto é, sem a presença de um líder, em detrimento da verticalidade característica da relação com os pais.

Kehl (2000) denominou de circulação horizontal o vínculo que se forma a partir da construção de saber entre semelhantes, nesse caso, os irmãos. A horizontalidade proporcionada por esse tipo de relação viabiliza o surgimento de uma contracultura, com peculiaridades e valores próprios, que se opõe a verticalidade representada pela posição de hierarquia ocupada pelos pais. Nesse sentido, “os irmãos” se autorizam a desafiar a autoridade representada pelas figuras que ocupam posições superiores de hierarquia (pais, professores, polícia, etc.) legitimando o poder do grupo (KEHL, 2000). Desse modo, não é por acaso que muitos delitos são praticados em duplas ou grupos de adolescentes que possuem vinculações de amizade (LOTZ; LEE, 1999; DAVIS et al., 2004; WINDLE; MASON, 2004; KIMONIS et al., 2004; MONAHAN et al., 2009). Vale observar que a fraternidade experienciada como vínculo horizontal entre os pares ultrapassa o próprio vínculo de irmãos. Nesse sentido, Kancyper (2004) destaca que a amizade se configura como uma irmandade eleita.

5.2.1 Os amigos e os riscos

A influência dos amigos, considerados irmãos, no comportamento dos adolescentes pode ser observada nas falas abaixo. Os participantes descreveram situações em que as relações de amizade os prejudicaram ou ofereceram risco.

O meu irmão se deu mal e agora tá preso por causa das amizade dele, né? Os cara chinelearam⁵¹ e ele tá lá⁵² agora. Eu sei quem são os piá, são tri falcatrua. Já me cachorrearam também, me deram uns tiro num baile⁵³ (Participante 2).

Não porque, amizade leva o cara, até tem amigo assim que é, que é camarada, né? Mas às vez o cara já se envolve em outros bagulho, né? Por causa dos, dos amigo eu caí lá⁵⁴, por causa disso, né? Fui mais na camaradagem, né?(Participante 4).

Muitas situações vividas em grupo podem se configurar como negativas, pois oferecem riscos e prejuízos aos jovens. Até mesmo a privação de liberdade pode ser decorrente de uma situação dessas. O Participante 4 demonstrou arrependimento pela situação em que se encontrava. Além disso, atribuiu sua privação de liberdade aos amigos, com quem se relacionava e, inclusive, com quem praticou o ato infracional, que originou a medida socioeducativa que estava cumprindo. O adolescente mostrava-se decepcionado pelo fato de que nem todos os jovens que praticaram o ato infracional junto com ele foram punidos com a privação de liberdade, uma vez que o terceiro jovem recebeu uma medida mais branda em meio aberto.

Sei lá, por causa de um erro eu tô aqui, todo mundo erra, né? Meu erro foi não vê que as amizade que eu tinha não eram boa. O piá ainda se livrou as costa, pegô serviço comunitário e deve tá rindo que eu tô aqui preso (Participante 4).

Duarte e Souza (2010) apontam que conflitos também são vivenciados por amigos, estando presentes sentimentos negativos nas relações de amizade, assim como em outros relacionamentos interpessoais.

Não, eu contei⁵⁵ só pro meu colega, esse piação que eu converso. Ah, o piá ficô, ficô naquelas, desconfiado. Mas o piá nem falô nada. Só falei pra ele e ele ficô quieto (Participante 6).

⁵¹ Se provaleceram.

⁵² Presídio.

⁵³ Festa.

⁵⁴ Refere-se ao CASE, pois esse relato foi cedido quando o adolescente já estava no CASEMI.

⁵⁵ Quando o adolescente começou a estudar na escola próxima ao CASEMI, ele conheceu um outro jovem com quem conversava e ficava mais próximo. Esse relato é sobre o dia em que ele contou para o colega que estava cumprindo medida no CASEMI e que já havia cumprido no CASE.

Dai eu contei das rotina lá da FEBEM e o piá disse “ah, então eu vô te que matá um piá pra ir preso”⁵⁶, diz ele. E eu, “ô piá, não fala bobagem”⁵⁷, Porque pra nós, que já puxou⁵⁸ muito tempo é fácil né, mas quando a gente chega não é fácil. Ei tá loco, “não sei o que tu tem na cabeça”, eu disse pra ele (Participante 6).

Bell (1981) destaca que o relacionamento de amizade abrange questionamentos e desaprovações entre os amigos no que se refere às opiniões e atitudes. Da mesma forma, a literatura sobre o tema (ARGYLE; HENDERSON, 1985; BUKOWSKI et al., 1996; COLE; RADAC, 1996; FEHR, 1996; MAEDA; RITCHIE, 2003) vem investigando aspectos como coerção, abuso, violência, ansiedade, ciúmes, rivalidade e sentimentos negativos presentes nessas relações.

Quanto aos sentimentos negativos presentes nas relações de amizade, Duck e Perlman (1985) apontam que esses são inevitáveis e fundamentais para o desenvolvimento dessas relações. Além disso, Berndt (1996) destaca que observar os aspectos positivos da amizade implica em observar os aspectos negativos, uma vez que essas características são interdependentes entre si.

Diante disso, Lisboa (2012) discute sobre a amizade como um relevante fator de proteção, mesmo que essa amizade seja caracterizada por fatores negativos como a agressividade. A autora afirma que ter um amigo agressor (*bully*) pode servir como fator de proteção quando essa agressividade está a serviço de impedir que a pessoa seja vítima de *bullying*⁵⁹, por exemplo. Isso porque ter um amigo agressor diminui os riscos de ser vitimizado pelo grupo, de um modo geral. Assim, aliar-se a um *bully* pode ser protetivo no sentido de que o poder do amigo agressor oferece proteção ao amigo indefeso, ao mesmo tempo em que protege que esse sofra *bullying* de outros agressores que temem o amigo agressor. Assim, diante do questionamento apresentado pela autora: antes só do que mal acompanhado? A mesma responde que “não” a essa questão, salientando que as relações de amizade possuem características positivas, de um modo geral e são importantes fatores de proteção. Além disso, a inexistência de relações de amizade pode significar um fator de risco no desencadeamento de problemas emocionais e comportamentais. Os entrevistados descreveram os riscos oferecidos pelos pares da seguinte forma:

Nós tava tudo de moto e eu tava na carona do meu amigo, aí chega aqui perto dum pardal e a moto do cara apagô e vinha vindo uma carreta. Sorte que não vinha vindo nenhum carro de lá pra cá e a carreta fez a volta. Bei tá loco, era um azarão no cara aquele dia. Fiquemo tudo pensando assim, depois paremo pra refleti, bei

⁵⁶ Simulando a voz do amigo.

⁵⁷ Simulando a própria voz.

⁵⁸ Cumpriu medida.

⁵⁹ O termo abuso pode ser usado como tradução abrangendo agressividade física e verbal.

nós tava tudo azarado aquele dia mesmo, podia ter morrido nós tudo (Participante 6).

Nós tava vindo das Carrera e o piá não tinha carteira⁶⁰ nem nada, daí tamo descendo a descida assim e um caminhão se atravessô na frente da moto numa descida, o cara vinha a 70 por hora, num descidão. Daí eles brincando assim, virando voltinha com a moto assim, dali a pouco me passa, vem uma moto, daí ele se apavorô, acelerô demais e caiu no asfalto. E os outros piá foram leva ele pro P.A. porque o outro ficô tomando pau da polícia (Participante 6).

Souza (2001) considera que os grupos podem assumir riscos pela simples busca por aventuras, prazer ou de sentido para suas vidas. Esses são elementos característicos da adolescência e principalmente da identidade masculina. A vivência de riscos pode proporcionar respeito diante do grupo, porém dimensões significativas de exposições aos riscos suscitam grandes vulnerabilidades para estes jovens.

Cecchetto (2004) ressalta que para entender essas configurações é necessário compreender as atuais formas de demonstração de virilidade e poder em nossa sociedade que, muitas vezes, podem ser expressas pela busca constante por riscos ou pelo uso da violência. As demonstrações de virilidade e poder são representações das atuais formas de afirmação da masculinidade, que por sua vez, é definida por aspectos construídos socialmente. Esses aspectos estabelecem o que é ser homem e qual a forma de exercer a masculinidade regida em determinada cultura. Assim, em algumas comunidades, a masculinidade está diretamente ligada às ações caracterizadas pela coragem como, por exemplo: não demonstrar medo, não chorar, não expor sentimentos, vivenciar situações de riscos, desafiar o perigo etc. Nesse sentido, é pertinente questionar os modos de socialização e a construção da identidade masculina na contemporaneidade, caso contrário, os adolescentes, continuarão lançando-se em direção dos riscos para reafirmarem-se em relação ao grupo e à sociedade (CECCHETTO, 2004).

Connors (1992) destaca que tanto a vivência quanto a percepção do risco devem ser compreendidas a partir de uma rede de relações, uma vez que os comportamentos de risco são produzidos dentro do grupo e através das interações que ocorrem no mesmo. Nesse caso, desafiar riscos em grupo serve como um elo de união entre os pares uma vez que, a busca pelo perigo representa um aspecto de afinidade que aumenta a coesão entre os integrantes. Assim sendo, através dos riscos, os jovens constroem e promovem a manutenção de sua vinculação entre seus pares. Além disso, percebe-se que o grupo de amigos representa um espaço

⁶⁰ Habilitação para dirigir.

alternativo no qual esses jovens almejam ser respeitados. Assim, as experiências vivenciadas em grupo significam a busca por um lugar social, por uma identidade dentro de uma cultura.

As vez eu mando, mandava ele⁶¹ buscá o cano⁶² quando vinha os contra⁶³ assim, eu mandava ele buscá pra deixá com ele, as vez ficava comigo, as vez com esse piá. Quando vinha os homem⁶⁴ eu dizia: “ô piá fica aí, fica aí”⁶⁵. Quando eu já era de maior, daí vinha os homem e eu deixava com eles⁶⁶, mas quando eu era de menor andava só com ela⁶⁷ na cinta pra apoia os piá que eram maior de idade (Participante 1).

Foi bem assim, eu entrei no crime eu tinha 10 ano, aí já comecei vende, primeiro comecei de fogueteiro, só cuidando os homem⁶⁸, só a cuida a polícia pros piá mais velho. Depois comecei a vende droga, depois já andava de oitão na cintura, de colete (Participante 3).

A procura por experiências de risco pode se organizar como uma socialização entre adolescentes que almejam alternativas arriscadas, de respeito e poder.

5.2.2 Familiares como pares que oferecem riscos

Os entrevistados também narraram que alguns familiares significativos podem ocupar ou desempenhar um papel semelhante àquele que os amigos possuem, na medida em que, como parceiros, compartilham o uso de drogas e trocam experiências relacionadas à criminalidade.

Claro, meus primos são tudo loco, eles já tiveram aqui⁶⁹ também, né? Antes disso ainda nós se envolvia em tiroteio e coisarada, chamava na bala e tudo. É daí uma vez tinha um bolinho⁷⁰ na esquina, né? Daí eu só puxei assim e queimei todos eles, né? Queimei todos eles, daí se calçaram⁷¹, buscaram uns oitão deles, daí se vieram né? Ei, nessa hora eu liguei pro meu primo, se veio o meu primo e mais uns 5, tudo com uns oitãozão assim, né? E eu tava com um 22⁷² e uma arma 28 que eu tinha comprado dum piá que tava lá no CASEMI. Tavam tudo na frente da baia deles armado, né? Daí até, inclusive meu irmão, tomô um tiro nesse dia, meu irmão levô um tiro no pulmão (Participante 1).

⁶¹ Amigo menor de idade.

⁶² Arma.

⁶³ Inimigos.

⁶⁴ Polícia

⁶⁵ Geralmente os maiores de idade deixam as armas com os menores de idade como estratégia nas abordagens da polícia. As crianças não são revistadas.

⁶⁶ Meninos da vila onde mora.

⁶⁷ Arma.

⁶⁸ Polícia.

⁶⁹ No CASE.

⁷⁰ Refere-se a um grupo de outros adolescentes.

⁷¹ Se preveniram.

⁷² Arma.

Ah, acabei dando uns tiro no meu irmão mais velho, é que ele me erro uns tiro lá daí eu dei também. A mulher dele que tinha me dado uns tiro, foi tudo por causa do meu primo, porque o meu irmão tava preso bem antes, daí a mulher do meu primo e a mulher do meu irmão brigaram e ele foi se intrometer na briga e acabou dando na minha cunhada, daí ela foi na cadeia e encheu a cabeça do meu irmão de pilha⁷³. Bah, daí ele veio e deu um pau no meu primo e daí eu tava junto com o piá e deu tiro na minha direção também, daí me anojei e dei um tiro nele também. Agora até a mulher dele (irmão) tá presa, daí agora, foi domingo de noite, a polícia bateu lá e tinham prendido a sogra dele, acho que a véia assaltô, agora não sei. E o meu cunhado tá preso porque fez um assalto em Camobi ali uma vez, faz tempinho, fez uma fuga, entrou num colégio ali. Na banda⁷⁴ de Camobi ele tocô tiro na polícia e prenderam. O meu irmão acho que foi pego por tráfico (Participante 6).

Gallo e Williams (2005) destacam que os principais fatores relacionados à prática de atos infracionais entre os adolescentes são: o contexto familiar com baixo nível de afeto, a pouca coesão familiar, a ausência de monitoramento das atividades dos filhos e a indiferença generalizada nas relações interpessoais. A maioria das falas dos entrevistados aponta que características familiares influenciam em suas experiências com atos infracionais.

Minha mãe me perguntô se fui eu que tinha dado os tiro no piá e eu falei que: “foi, foi eu que dei uns tiro no cara”. Isso porque a polícia foi atrás de mim, lá em casa de tardezinha, mas ela nem deu bola (Participante 6).

Ela deixou um dinheiro pra mim no banco, deixô quatro mil pra mim agora. O meu aniversário é dia 12 de novembro⁷⁵, agora não sei se eu compro uma moto pra mim ou faço uma festa. Ela me deu, que era pra ela comprá droga, mas aí ela se prendeu⁷⁶ e me deu pra mim (Participante 3).

Vale destacar que o envolvimento de familiares, inclusive dos próprios pais em atos antissociais dos adolescentes em conflito com a lei, foi descrito por outros estudos (ANG; HUAN, 2008; BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008, ZAPPE, 2011). A literatura, de modo geral, aponta que a organização das famílias de autores de atos infracionais apresenta mecanismos disfuncionais de proteção e de garantia de sobrevivência desses adolescentes (GARCIA-PRETO, 1995; SEGOND, 1992).

Ah, a minha família é um praguedo, o meu irmão não se dá com meus tio, é todo mundo sempre se metendo em confusão e correndo da polícia (Participante 6).

Eu tinha um tio, o marido da minha tia, que é irmã da minha mãe. Ele morreu na mão da polícia, uma vez ele quis tirotear⁷⁷ com a polícia, daí a polícia matô ele,

⁷³ Instigou briga.

⁷⁴ Região.

⁷⁵ Data fictícia.

⁷⁶ Foi presa.

⁷⁷ Trocar tiros.

mas antes ele derrubou⁷⁸ um policial também. Eu puxei mais por ele, meus primo, meu tio e meu primo que saíram pro crime⁷⁹ tudo (Participante 2).

Por que eu matei um loco lá e os cara tomaram a boca onde nós tava. Meu pai matou um lá eu tava junto e eu tive que sai correndo de lá, corrido. O meu pai tá preso, meu padrasto, bem dizê, porque meu pai mesmo é morto. Mataram também. Ele era envolvido no tráfico também, era ele e a minha mãe. Depois a minha mãe conheceu o meu padrasto, agora ele tá preso lá também (Participante 3).

A postura de alguns familiares os quais adotam um comportamento similar aos pares dos adolescentes foi descrito por Kehl (2004). A autora destaca que, na sociedade ocidental, inexistem rituais de passagem entre a infância e adolescência, bem como entre a adolescência e a adultez. Os rituais de passagem são cerimônias importantes que marcam transições de indivíduos ou grupos de um ciclo da vida para outro. Assim, todas as culturas possuem seus ritos de passagem que servem como ritualização de atividades padronizadas e formalizadas a fim de garantir a inserção do sujeito em determinada classe ou comunidade, como as cerimônias de batizado e casamento, por exemplo (LÉVI-STRAUSS, 1997).

Os ritos de passagem especificam algumas regras de conduta relacionadas à comunidade em que o sujeito se insere, ao mesmo tempo em que garantem o sentimento de pertença a uma coletividade. Assim sendo, os ritos estabelecem a ordem simbólica por oferecer coesão ao grupo diante das instabilidades contemporâneas (LÉVI-STRAUSS, 1997).

Quando a sociedade não apresenta um ritual de passagem entre infância e adolescência, e entre adolescência e adultez, o resultado é um contingente de jovens sem referências simbólicas para vivenciar o período de crise psicológica relacionado à transição dessas fases. Essa configuração apresenta jovens despreparados para adaptarem-se à vida adulta (BALANDIER, 1976). Assim, os jovens devem inventar e construir seus próprios ritos de passagem que são expressos através dos modos de comportamento (BALANDIER, 1999).

Diante disso, a juventude é considerada como um sintoma social pelo fato de a maioria dos sujeitos recusarem-se a sair da fase da adolescência e exercer a adultez. Assim, muitos pais agem como adolescentes para não se posicionarem como adultos de forma efetiva, o que por sua vez, faz com que muitas pessoas vivenciem uma adolescência prolongada. Kehl (2004) descreve que essa é uma sociedade de jovens perenes e que a vaga de adulto está desocupada devido ao medo de encarar a responsabilidade de instituir limites. Entretanto essa “adolescentização” não é apenas um sintoma de um ou de outro sujeito, mas sim, da sociedade como um todo.

⁷⁸ Matou.

⁷⁹ São envolvidos com a criminalidade.

Os entrevistados descreveram ter bons vínculos com suas mães, enfatizando a importância do papel afetivo e de cuidado dessa. Eles descrevem que esse pode ser o vínculo mais forte no seu contexto familiar.

Pra mim ela é uma relíquia. Essa⁸⁰ aqui é a razão da minha vida, dona. Sô apaixonado por ela. Até essa trança⁸¹ aqui fui eu que fiz nela. Mas Deus o livre, é meu xodó, né? (Participante 4).

Porém, em algumas famílias, a cena pode se configurar da seguinte forma:

Quando minha mãe mesmo tava em Uruguaiana, quem me dava droga era ela, me adulando, sabe? Bah na hora ali tava tudo no bem bom né, depois quando chegava aqui pensava: “Bah não vem me visitá e tá me adulando agora me dando droga, dando as coisa pra mim, né? Mas a minha mãe vive a vida do crime, as irmã dela tão tudo presa, assaltam pedestre. São tudo da pá virada⁸² também, as minhas tia. Não é, não vou dizê que ela não é minha mãe assim sabe? Ela é minha mãe e tudo, mas eu não gosto do jeito dela, assim sabe? Ela é muito locona (Participante 3).

A mãe descrita por esse participante apresenta comportamentos similares aos dos pares, pois utiliza drogas e sempre está em festas. Talvez esses comportamentos representem a dificuldade encontrada por ela em assumir o papel de mãe de modo que possa ser uma figura na qual o jovem consiga se espelhar. É uma mãe extremamente permissiva em relação ao comportamento transgressor do próprio filho. Inclusive, o relato do jovem indica que ela não é percebida como mãe no sentido de que esse adolescente refere-se à sua avó como “mãe verdadeira” e à sua mãe biológica como mãe ou simplesmente por seu nome.

Eu sempre chamo minha vó de mãe e a outra⁸³ eu chamo de Valéria⁸⁴, mas ela é a minha mãe verdadeira mesmo, só que eu não chamo ela assim (Participante 3).

Na situação descrita, o entrevistado mostra-se confuso quanto à hierarquia e à autoridade na família. Esse aspecto é apontado por Eliacher (2007), ao destacar a associação entre as dificuldades parentais no exercício da autoridade e a prática de atos infracionais pelos seus filhos adolescentes. Como se isso denunciasses as dificuldades encontradas pelos jovens em discernir entre o que é autorizado e o que é proibido.

A confusão em relação à noção de autoridade não se refere apenas a essa família ou às famílias dos entrevistados, mas sim a um contexto social marcado por vulnerabilidades. Nesse sentido, deve-se pensar nessa questão para além do núcleo familiar, de modo que não seja

⁸⁰ Mostrando sua mãe na fotografia.

⁸¹ Da fotografia.

⁸² Inconsequentes.

⁸³ Mãe biológica.

⁸⁴ Nome fictício.

cometido o equívoco de culpabilizar apenas as famílias por não exercerem seus papéis de forma “adequada”.

O relato do entrevistado expressa que sua mãe apresenta dificuldades em desempenhar o papel de mãe, ao mesmo tempo em que parece ser uma tarefa extremamente árdua e complexa orientar e servir como modelo de referência para o próprio filho. O jovem demonstrou insegurança e incerteza sobre o vínculo com sua mãe, uma vez que essa se comporta como os outros integrantes do grupo de pares desse jovem, compartilhando drogas e experiências conflituosas com a lei. Isso nos remete a ideia de Kehl (2004) que destaca que alguns pais adotam posturas similares as dos filhos adolescentes pelo fato da adolescência ser um sintoma social que impede que muitos sujeitos assumam efetivamente o papel de pais e adultos.

Diante dessa ausência de quem assuma o posicionamento de proporcionar limites, pode ocorrer a prática de atos infracionais como forma de busca da disciplina ausente. Assim, os limites viabilizam o estabelecimento de condições saudáveis de desenvolvimento do indivíduo (BULACCIO, 1992; OMER, 2002). Oferecer limites permite que o indivíduo compreenda que existem regras e delimitações que não estão sob seu controle, o que por sua vez é psicologicamente e socialmente estruturante, pois apresenta ao indivíduo as demarcações entre o que é permitido e o que é proibido, entre o desejo e a possibilidade de exercê-lo (WINNICOTT, 1996, 1999).

5.2.3 Os riscos do uso de substâncias psicoativas

Além da dificuldade de alguns pais em assumir o papel de adultos e exercer a autoridade de pais, um histórico de abuso de substâncias psicoativas e a presença de antecedentes criminais no contexto familiar pode exercer forte influência sobre os adolescentes (PEREIRA; SUDBRACK, 2005). Esses fatores podem favorecer o abuso de substâncias ou de práticas infracionais pelos próprios adolescentes.

Isso acontece porque tanto o uso de substâncias psicoativas, como a autoria de atos infracionais estão diretamente ligados a um histórico de exposição a inúmeros fatores de risco que, por sua vez, podem provocar o surgimento de outros eventos estressores. Esses eventos estressores interferem negativamente sobre os vínculos sociais e familiares, acarretando em maior propensão às comportamentos antissociais (DE ANTONI; KOLLER, 2000; ARPINI, 2003).

No relato anterior (Participante 3), o adolescente diz não gostar muito do jeito de sua mãe porque ela é, segundo suas palavras, “muito locona”. Isso demonstra o desconforto do jovem em relação à sua mãe, que lhe criou em um contexto de criminalidade e abuso de substâncias psicoativas, uma vez que desde criança, ele trabalhava com seus pais no tráfico de drogas. A Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal (SEAS/DF) aponta que os jovens que trabalham no tráfico de drogas recebem armas e proteção da chefia do tráfico, o que por sua vez estimula e sustenta a ideia que esse universo é cada vez mais atrativo para os mesmos (BRASIL, 2002). Esse problema se intensifica quando os chefes do tráfico são os próprios pais ou esses trabalham também nesse contexto.

Em relação ao uso de substâncias psicoativas os adolescentes descrevem que esse é feito tanto com os amigos, como com familiares ou mesmo com pessoas desconhecidas. A literatura aponta que, de modo geral, a primeira experiência de uso de substâncias psicoativas ocorre quando o jovem tem um grupo de amigos os quais fazem o uso dessas substâncias, o que provoca uma pressão do grupo para que o adolescente também faça uso dessas substâncias (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2001; BRUSAMARELLO et al., 2008; SUDBRACK; DALBOSCO, 2005). No Brasil, o álcool e a maconha são as substâncias psicoativas mais utilizadas entre os adolescentes (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Foi bem assim, eu tinha sete anos e uma vez eu fui no centro com a minha vó, né? Eu era pequenininho. Aí eu vi aqueles cara mais velho, sabe ali no chafariz, no centro? Daí eles tavam tudo ali, daí toda vez que eu vinha pro centro, eu marcava o caminho do ônibus. Daí uma vez eu quis fugir de casa e vim a pé. Daí eu fui, me envolvi no meio deles, eu tava usando maconha direto e tinha que roubar pra comprar (Participante 2).

Claro, daí eu comecei a fumar maconha, eu e meu irmão, com ele⁸⁵. Daí me deu uma pauladona⁸⁶ de tanto fumá maconha e gostei. Daí comecei a fumar direto maconha, né? Daí ele começou a fumar crack, daí ele falou: “ei piá dá uns pega no crack pra ti ver é xarope⁸⁷, é mais xarope do que a paulada da maconha”⁸⁸. Daí eu comecei a dá uns pega no crack, daí comecei a assaltá e fazê coisarada, assaltava com ele e o meu irmão (Participante 1).

As vez eu dizia pro meu pai, quando eu saia pra rua, as vez, em dia de semana, que eu conseguia um serviço, eu falava pro meu pai: “ah me empresta dinheiro pra eu comprá uma coisa pra mim”⁸⁹. Ele perguntava “comprá o que?”⁹⁰. Eu falava que era só pra jogar vídeo game e coisa, aí eu chegava mal em casa, de tanto usar droga (Participante 5).

⁸⁵ Amigo.

⁸⁶ Reação física.

⁸⁷ Gíria utilizada quando pretende-se dizer que algo é muito bom.

⁸⁸ Simulando a voz do amigo.

⁸⁹ Simulando sua própria voz.

⁹⁰ Simulando a voz do pai.

A Organização Mundial de Saúde apontou que 10% da população localizada em centros urbanos fazem uso abusivo de substâncias psicoativas independente do nível de escolaridade, sexo, idade e classe social (BRASIL, 2002). O uso abusivo dessas substâncias é um dos grandes problemas de saúde pública da contemporaneidade (OLIVEIRA, 2006) e associa-se à prática de atos infracionais. Esses fenômenos são complexos e devem ser analisados a partir da articulação de diferentes aspectos - individuais, comunitários, econômicos, psicossociais, entre outros (SUDBRACK; CARRETEIRO, 2001).

O uso de drogas se configura como o encontro de um produto e um sujeito, dentro de um determinado momento sociocultural. Deve ser compreendido dentro do universo relacional de cada um (OLIVENSTEIN, 1985). Assim, compreender as relações e os comportamentos, de um modo mais abrangente, torna-se necessário. Nos relatos apresentados anteriormente percebe-se que os jovens fazem o uso de drogas com pessoas que exercem um papel significativo em suas vidas, o primeiro relato refere-se a uma criança que fugiu de casa na busca de outros adolescentes os quais visualizava quando frequentava o centro da cidade com sua avó. No relacionamento do Participante 2 com esses jovens mais velhos que ele, ocorria o uso de substâncias psicoativas. Desde o dia relatado pelo adolescente em que saiu de casa aos sete anos de idade, após ter memorizado o caminho do ônibus até o centro, o jovem não voltou mais para sua casa e viveu nas ruas com o grupo que encontrou nesse local, e que lhe ofereceu drogas. Assim o jovem começou a praticar atos infracionais como furtos e roubos para poder comprar as drogas, esse aspecto evidencia-se quando o adolescente menciona que “tinha” que roubar. Inclusive, de acordo com a ficha institucional com os dados do adolescente, o ato infracional que originou a sua internação de privação de liberdade foi uma grande sequência de furtos.

O relato do Participante 1 expõe a iniciação do uso de drogas do jovem e de seu irmão mais novo junto a um amigo que lhes oferece a droga. Os adolescentes iniciam o uso de drogas ilícitas a partir da maconha e avançam para o uso do crack. O relato mostra que o amigo experimentava novas drogas e apresentava essas substâncias para os dois irmãos que experimentavam e seguiam fazendo o uso da substância psicoativa apresentada.

Já o relato do Participante 5 mostrou que, mesmo sem saber, o próprio pai do jovem sustentava o seu uso de drogas. Esse relato sugere uma ausência de monitoramento dos pais em relação às atividades do filho, já que o adolescente revelou que chegava em casa, ainda sob os efeitos da substância psicoativa.

Isso não significa que essas pessoas foram as principais responsáveis pelo uso de drogas desses jovens, uma vez que esse é um fenômeno multifatorial e não pode ser reduzido

à análise de apenas um aspecto, porém esses indivíduos exerceram uma influência significativa para a iniciação ou a manutenção do uso dessas substâncias. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade da compreensão das relações interpessoais, com os pais e pares, para que seja possível compreender a utilização das substâncias psicoativas e como essas se articulam com os atos infracionais. O uso dessas substâncias psicoativas está relacionado ao processo de socialização desses indivíduos, uma vez que o uso da maconha, por exemplo, sofre interferência de fatores como influência do grupo e fácil acesso às drogas no contexto comunitário (SCHENKER; MINAYO, 2005). Pelos relatos, pode-se supor que, dificilmente, os entrevistados fazem o uso de drogas individualmente. Na maioria das vezes, os amigos ou familiares estão presentes nestes momentos.

Além disso, como se pode observar, o uso de drogas esteve diretamente ligado à prática de atos infracionais, o que significa uma transgressão dupla, uma vez que para o Participante 2, a obtenção da droga demanda a prática de um delito. Bucher (1992) destaca que esse é um ciclo vicioso, no qual o ato infracional é funcional à utilização de drogas e essa, por sua vez, facilita a realização do mesmo.

Ah, eu roubava apartamento e gastava tudo em droga. Não roubava sozinho, roubava sempre com alguém. Daí, depois que gastava tudo em droga, a gente roubava de novo (Participante 2).

O risco implicado na utilização de substâncias psicoativas está explicitado no seguinte relato:

O meu avô era viciado, alcólatra, o meu pai não, meu pai toma uma gelada⁹¹ só de vez em quando. Ei, meus primo tomam umas bira⁹² né, as tia também, né? É de família. Todas as confusão que me meti eu tava sempre no álcool⁹³. Briga e coisarada, tudo eu tava no brilho⁹⁴ (Participante 1).

Penso só maldade na cabeça, eu pego um cano na cinta ou um facão, alguma coisa, subo pro centro com eles⁹⁵, tudo loco da cabeça de trago⁹⁶ e droga pra fazê umas treta⁹⁷ (Participante 3).

Eu nunca tive internado, mas uma vez tive ataque cardíaco de tanto fumá pitico, eu quase morri. O médico falou que se demorasse mais um pouquinho pra me levar pro hospital, eu tinha morrido. Bei, minha cabeça parecia que ia explodi. Agora eu não

⁹¹ Cerveja.

⁹² Bebida.

⁹³ Alcoolizado.

⁹⁴ Alcoolizado.

⁹⁵ Grupo de amigos.

⁹⁶ Bebidas.

⁹⁷ Confusão.

gosto nem do cheiro, né? Os piá vêm fumá perto de mim, as vez, e eu mando vazá⁹⁸ (Participante 1).

Pitico é o nome dado para a mistura de farelos de crack ao cigarro de maconha, o que gera maiores malefícios aos usuários. A secretaria Estadual da Saúde (SES) apresentou uma estimativa de que dos 55 mil usuários de crack, uma parcela considerável desenvolveu o vício através do pitico (BRASIL, 2002).

A próxima fala de um adolescente também aborda a questão da drogadição, mas a partir de uma perspectiva diferente. A internação hospitalar é comparada à situação privação de liberdade. O adolescente descreve as vantagens da segunda situação sobre a primeira. O jovem considera que o tempo da internação hospitalar é insuficiente para resolver o problema das drogas, assim o maior tempo exigido na privação da liberdade pode auxiliar que o jovem “esqueça” as drogas. Além disso, a situação da privação da liberdade oferece certa proteção, uma vez que sua vida está exposta a riscos nos seus contextos sociais imediatos.

Lá⁹⁹ ele vai ficar só 21 dias, não vai esquecer direito da droga. É muito pouco, falei pra ele matá, eu disse pra ele matá um aí na rua, que é melhor do que ficar lá chineleando¹⁰⁰, se judiando dele mesmo, fumando essas porcaria aí. É pra derrubá um contra¹⁰¹ lá e vim pra cá¹⁰². Então tem que derrubá um contra e vim pra cá. Ora ficá lá de bobera, chineleando, arriscando tomar um tiro de alguém (Participante 1).

A situação de privação de liberdade, em alguns casos, apresenta uma linha tênue entre punição e proteção, pois as medidas socioeducativas apresentam características de caráter punitivo e coercitivo, ao mesmo tempo em que apresentam características de caráter pedagógico e protetivo, a partir da perspectiva da proteção integral (VOLPI, 1997). A proteção integral garante o direito de acesso à informação e às oportunidades de superação da condição de exclusão em que se encontra. Além disso, é fundamental a garantia do envolvimento familiar e comunitário, apesar a privação de liberdade (VOLPI, 1997). O tratamento para dependentes químicos é realizado através da internação compulsória, após indicação médica e avaliação com profissionais da saúde (FORTES, 2010). O objetivo da internação é intervir e controlar uma situação crítica de drogadição, para que a segurança do paciente e de outras pessoas seja garantida, até porque se o paciente for um adolescente deve-

⁹⁸ Gíria designada para o verbo sair.

⁹⁹ O entrevistado refere-se ao hospital.

¹⁰⁰ Nesse caso, o termo chineleando significa prejudicando-se.

¹⁰¹ Matar um inimigo.

¹⁰² CASE.

se destacar que a adolescência é uma fase peculiar de desenvolvimento biológico, emocional e social (BRASIL, 1990).

Entretanto, apesar do objetivo de intervir e controlar uma situação crítica, a internação compulsória não deixa de ser um confinamento do paciente em relação ao convívio social, o que por sua vez, restringe drasticamente a autonomia do indivíduo. A internação compulsória pode ser entendida como uma epistemologia de estátuas (SANTOS, 2002). Essa nomenclatura se deve à ideia de que as instituições se organizam de modo a esperar que a sociedade adapte-se às suas demandas institucionais, ao invés dessa atender as demandas da sociedade. Assim inexistente a articulação entre os diversos setores envolvidos na problemática e a internação compulsória funciona apenas para vigiar e controlar os adolescentes atendidos pelo serviço (SANTOS, 2002).

Discutir sobre a internação compulsória implica considerar que, após anos de reforma psiquiátrica, essa intervenção pode parecer um retrocesso no que diz respeito do campo da saúde mental, uma vez que a internação compulsória pode estar mais a serviço de uma higienização social do que uma intervenção efetiva em saúde mental (SANTOS, 2002). Nesse sentido, o adolescente que recebe esse tipo de intervenção encontra-se afastado de sua comunidade e da sociedade de uma forma mais ampla, o que interfere diretamente no vínculo com seus pares, tão importantes nessa fase de seu desenvolvimento.

Nessa segunda categoria, a ideia de riscos foi evidenciada de forma significativa, uma vez que foram apresentados relatos sobre situações de risco que os entrevistados vivenciaram em grupo, como brigas e uso de substâncias psicoativas. Porém, cabe observar que tanto os fatores de risco quanto os de proteção não se apresentaram do mesmo modo aos jovens. Por isso, eles não provocam as mesmas respostas. Esses fatores se articulam a outras variáveis de forma dinâmica e complexa. Nesse sentido, alguns fatores que se configuram como risco para algumas pessoas em determinada situação, podem ser de proteção para outras pessoas (ASSIS et al., 2006; YUNES, 2003). O sentido do termo risco, aqui utilizado, refere-se a situações negativas que geram o aumento da possibilidade do indivíduo desenvolver problemas físicos, sociais ou emocionais (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

No caso dos entrevistados da pesquisa, as adversidades ocorridas em suas vidas estão diretamente relacionadas a inúmeros outros riscos. A prática do ato infracional não aconteceu em função de um único fator, ao contrário, um conjunto de elementos e adversidades presentes na vida dos adolescentes contribuiu para essa prática (CUNHA, 2000; GALLO; WILLIAMS, 2005; GARBARINO, 1999; SHOEMAKER, 1996; SILVA; HUTZ, 2002).

Percebe-se por um lado que os adolescentes descreveram experiências agradáveis nas suas relações de amizade, nas quais vivências agradáveis e sentimentos de cumplicidade estavam presentes. Por outro, os jovens relataram situações nas quais o uso de substâncias psicoativas, a presença da violência e outros fatores de risco foram vividos no contexto grupal.

Enfim, foram apresentadas descrições de experiências positivas/agradáveis e negativas/riscos com os pares ao longo do desenvolvimento dos entrevistados. Bem como foi discutido o papel dos familiares na exposição desses jovens a vulnerabilidade ao portarem-se como pares que oferecem riscos. Além disso, foi abordada a questão do uso de substâncias psicoativas e seus riscos. Entretanto, é fundamental destacar que perceber uma relação de amizade como positiva ou negativa implica considerar o contexto no qual a relação se estabelece, para tanto deve-se observar quem são e como são os pares desses adolescentes. Assim, evita-se o equívoco de classificar, precipitadamente, uma relação de amizade como protetiva apenas pelo fato de promover bem-estar ao adolescente. Do mesmo modo, uma relação de amizade não deve ser entendida como “não saudável” por desenvolver-se através de vivências de risco.

A relação de amizade compreende inúmeros fatores como as características individuais, do grupo de amigos, atividades compartilhadas, valores e objetivos em comum e contexto da amizade, por exemplo. Quando o objetivo é pensar se a amizade exerce um papel protetivo ou não, é imprescindível considerar o conjunto que envolve a interação entre os pares, do que analisar apenas uma característica individual e isolada.

Outra forma de lançar-se ao risco é o cerne da próxima categoria, intitulada “*Contras: os adolescentes e seus inimigos*”, que procurou mostrar o quanto as vivências entre os amigos podem ser perigosas devido à grande influência da necessidade de desafiar os inimigos, para reforçar a ligação e união entre os componentes do grupo de pares.

5.3 Categoria 3 - Contrás: os adolescentes e seus inimigos

Essa terceira categoria apresenta o quanto pode ser importante para o grupo a ação de desafiar os inimigos, uma vez que essa ação pode reafirmar as relações de amizade dentro do próprio grupo de pares. Essa categoria agrupou depoimentos que mostraram como a afirmação da masculinidade e a disputa por poder podem influenciar nas relações de amizade estabelecidas, a ponto de um amigo tornar-se inimigo ou do ato de namorar determinada jovem significar a aquisição de rivais. Os depoimentos ainda descrevem situações nas quais

os adolescentes desafiam ou defendem-se de ameaças de seus inimigos. Frequentemente, os adolescentes mencionam a gíria “contra” para referirem-se aos seus inimigos, assim, constantemente narram situações de embate com seus rivais. Desse modo, na fala “*Ele é meu contra*” (Participante 2), a palavra contra significa inimigo.

Essa categoria, difere da primeira categoria, na medida em que são discutidas as relações de inimizade e desavenças com os inimigos e como essas se desenvolvem. As relações de inimizade também se mostraram fluídas e instáveis, uma vez que são descritas situações nas quais amigos acabaram se tornando inimigos, quase que de forma instantânea, como mostra o relato a seguir:

Nós fomo lá curti, vê qual é que é lá daquela banda¹⁰³, se iam vim os contra¹⁰⁴ ou não, daí eu fiquei sereno, mas quando vi, do nada, um que era amigo meu virou contra né (Participante 1).

Eu já perdi as conta né, mas a primeira briga mais séria foi quando eu dei duas facada num loco lá. O loco era amigo meu, eu tava pegando uma guria né, daí esse loco, pegava a mesma guria que eu, eu não sabia né. Daí virou meu contra (Participante 1).

Esses relatos evidenciam o caráter efêmero, ou seja, a volatilidade e a descartabilidade das relações de amizade que esses jovens vivenciam, como já descrito na primeira categoria. Provavelmente essa não é uma característica exclusiva dos adolescentes em conflito com a lei, mas típica do período da adolescência, que por sua vez, é reflexo da cultura contemporânea (KEHL, 2004). Da mesma forma que as relações de amizade são facilmente desenvolvidas, elas são rapidamente desfeitas e até podem se constituir em uma relação diversa da primeira - a situação de inimizade. Nesse sentido, cabe traçar um paralelo com o estilo de vida consumista contemporâneo que determina que as pessoas sejam tratadas como objetos de consumo, classificadas a partir da quantidade de prazer que proporcionam. Os amigos passam a ser companheiros nas atividades de consumo e de busca por prazer, de modo que quando essa dinâmica não ocorre mais, logo a amizade é desfeita. É possível fazer uma comparação com uma negociação comercial na qual as moedas de troca são a felicidade e o prazer proporcionados pelo momento. Assim, quando esses sentimentos não existem mais, a sociedade é desfeita. Contudo, muitas vezes, não se trata simplesmente de dissolver uma relação de amizade, mas de transformá-la em uma relação de inimizade. Aquele jovem que antes era considerado amigo, torna-se inimigo. São desenvolvidos embates físicos, que colocam os adolescentes em situações de risco evidente. Bauman (2004) ressalta que a

¹⁰³ Daquele lugar.

¹⁰⁴ Inimigos.

transformação dos laços humanos (nesse caso, os de amizade), em objetos a serem descartados, pode promover uma dificuldade em investir em relações. Nesse sentido, acabam sendo priorizados relacionamentos breves, de pouca durabilidade que não demandam maior comprometimento.

A sociedade contemporânea, caracterizada por indivíduos centrados em si e que buscam prazeres e sensações, estimula experiências e relações carregadas de novos prazeres, ainda mais intensos e não experimentados anteriormente. A esses indivíduos da contemporaneidade, Bauman (1998) nomeia de “coleccionadores de experiências e sensações”. Ao pensar sobre essas relações a partir dessa perspectiva é possível visualizar o exacerbado fluxo de produtos e imagens disponíveis, além da valorização de uma cultura de consumo, na qual os objetos e os relacionamentos estão prontos para uso imediato (BAUMAN, 1999). Esse contexto de individualismo sugere que vinculações mais profundas entre as pessoas podem ser hostis e perigosas (BAUMAN, 1999). Almeja-se, portanto, intensidade máxima e compromisso mínimo nas relações (BAUMAN, 1998).

Nesse cenário, o adolescente é convocado a relacionar-se conforme os valores que são regidos socialmente: brevidade nos relacionamentos, satisfação imediata de desejos e busca constante por novas sensações. Esses valores são aplicados aos relacionamentos de amizade, assim, caso o amigo não satisfaça os desejos ou não se encaixe nesses requisitos, basta findar a relação, pois existe uma oferta muito grande de novos amigos no “mercado”. Além disso, quando esses requisitos não são atendidos, a relação de amizade pode até tornar-se inimizade.

Ao abordar as relações de inimizade de adolescentes em conflito com a lei, não se pode esquecer de mencionar a relação estabelecida por esses jovens com a polícia, considerada um dos principais inimigos pelos mesmos. A figura do policial é carregada de significados relacionados ao poder, limite e lei. Esses elementos geram conflitos para esses adolescentes, que apresentam dificuldades em adaptarem-se às regras. Jovens, autores de ato infracional, frequentemente relatam inquietações e conflitos com a polícia, como mostram os seguintes trechos:

Eu me anojo da polícia, são tudo uns praguedo que só qué dá-lhe pau no cara (Participante 2).

Ah, quero dizer que tem muito policial corrupto aí, porque esses tempo a BOE entrô lá na casa dum cara lá e enxertaram um monte de pedra de crack no loco, e cocaína e maconha (Participante 6).

Numa perspectiva psicanalista, essas relações conflituosas entre adolescentes autores de ato infracional e a polícia tendem a ser compreendidas como uma tentativa do jovem

buscar por autoridade e limites fora do contexto familiar. Isso porque figuras representativas da autoridade, como a da polícia, por exemplo, ocupam um lugar simbólico de substituto da figura do pai. Isto é, a polícia substitui a pessoa que ocupa o papel de dar limites (SUDBRACK, 1992). A autoridade buscada fora do âmbito familiar possivelmente tem relação com as dificuldades encontradas pela família em interditar as ações transgressoras do filho, que representariam um apelo à lei, insuficiente na organização familiar.

É fundamental que a família consiga prover limites e afeto aos seus filhos diante de seus atos importunos (ou transgressores), desde o início do desenvolvimento. O adolescente que incomoda e pratica atos infracionais demanda por reconhecimento social (WINNICOTT, 1987). Assim, se esses atos forem ignorados pela família ao longo do desenvolvimento, o jovem ampliará cada vez mais a proporção de seus atos, sendo que, em alguns casos, apenas as grades da prisão proverão o limite desejado pelo indivíduo (WINNICOTT, 1987).

Os entrevistados relataram que a figura do inimigo parece fortalecer os laços de união dentro de um determinado grupo de jovens, uma vez que os adolescentes se unem para combater quem em suas gírias é nomeado de “contra”. Ao desafiar o inimigo o jovem obtém reconhecimento e poder dentro desse grupo, além de afirmar sua masculinidade em relação aos seus rivais.

Tenho forças de contra¹⁰⁵, bei se contar tudo, não sei se não se vai a uns trinta e poucos, mas não vou cobrá tudo né, mas se eles virem eu não vô dá arrego¹⁰⁶ pra eles, vô chamá no cartucho¹⁰⁷ (Participante 1).

Ei eu já tinha umas dez tentativa de homicídio e os piá nunca davam parte de mim né? Daí eu nunca fui preso por essas tentativa, mas daí teve uma tentativa que eu fiz que o piá deu parte de mim, daí eu vim preso por causa disso, né? Eu acho que eles¹⁰⁸ não davam parte porque eles não eram cagueta¹⁰⁹, porque se caguetassem iam sofrer o pênalti¹¹⁰ depois. Não davam parte, mas depois eles sempre vinham contra mim, né? E eu esperava mesmo eles virem contra, fazê a cobrança (Participante 1).

Observa-se um histórico de muitas brigas e confusões. O Participante 1 não sabe informar quantos inimigos tem, apenas menciona que são muitos. Alguns dos inimigos, que foram vítimas de atos praticados pelo adolescente, não praticaram ações de retaliação contra o jovem, porém segundo ele, está sempre pronto a reagir, caso isso ocorra. Situação similar é encontrada quando relatou ter praticado dez tentativas de homicídios, sendo que as vítimas

¹⁰⁵ Muitos inimigos.

¹⁰⁶ Facilitar.

¹⁰⁷ Atirar com arma.

¹⁰⁸ Vítimas das tentativas.

¹⁰⁹ Pessoa que denuncia os outros.

¹¹⁰ Arcar com as consequências.

não registraram boletim de ocorrência. Para o jovem, esses outros adolescentes irão cobrar de alguma forma o que implica em uma espera permanente por cobranças e encontros com os inimigos, que podem ocorrer a qualquer momento. A ideia de cobrança em que os inimigos irão cobrar de uma forma tão agressiva quanto o ato praticado pelo jovem remete à Lei de Talião que em latim significa *lex talionis* (*lex*: lei e *talio*, de *talis*: tal, idêntico) e constitui-se como uma impetuosa paridade na resposta ao crime ou prejuízo recebido, é a lei de *retaliação*. Talvez isso explique o fato de que não foram registrados os boletins de ocorrência, uma vez que simbolicamente, a queixa é registrada apenas no papel e pode parecer não surtir o efeito de vingança por uma conduta que os desagrada. O modo que os entrevistados revelaram agir diante de agressões é através de outras agressões, como no relato a seguir:

Daí ele me apontô o cano assim pra mim e eu disse: se for atirá, atira pra matá, se eu ficá vivo, eu vô atrás de ti e eu que te mato (Participante 3).

A retaliação é uma das mais antigas leis existentes e é frequentemente mencionada através do provérbio *olho por olho, dente por dente*. Assim, em muitos contextos, pode se configurar como uma exigência social de vingança em nome da honra pessoal, familiar ou comunitária (DUARTE, 2009).

Desse modo, na ideia de fazer justiça com as próprias mãos, os adolescentes entrevistados sabem que seus inimigos tentarão se vingar, por isso geralmente estão portando facas e armas para se defenderem. Revelam preocuparem-se com o momento de suas saídas da instituição para exercer atividade externa, nos finais de semana, uma vez que é um momento em que os adolescentes estão desarmados e extremamente vulneráveis aos ataques dos inimigos.

Eu fico meio espiado¹¹¹, mas eu ando sempre com oitão¹¹² na cinta ou pelo menos uma faca, né? Mas quando eu saio daqui¹¹³, eu saio meio espiado assim né, qualquer coisa eu largo no pátio correndo, ah dou um jeito, corro no mato, fico caidinho ali no meio, né? Quando vê pára um aí na frente de carro do nada, né? O cara tá saindo e se livra do cara né, que nem muitas vez fazem no presídio né, meu primo morreu assim (Participante 1).

O jovem, que relatou o trecho acima, comparou a situação de saída para as atividades externas com as saídas dos apenados que cumprem pena no presídio. Para o participante mortes na saída do presídio são muito comuns, uma vez que na saída dos apenados da instituição os inimigos ficam escondidos esperando a pessoa sair para atacar. Foi assim que

¹¹¹ Desconfiado.

¹¹² Revólver.

¹¹³ CASE.

morreu um primo do adolescente, ao sair do presídio. A ideia de vingança e de fazer justiça com as próprias mãos também está expressa no seguinte relato, revelando o ciclo da violência:

Nós¹¹⁴ passava trabalho as vez, daí a minha coroa¹¹⁵ deu vinte pila pra ele¹¹⁶ comprá umas carne, umas coisa, mantimento lá no mercado e daí ele se sumiu com vinte pila e nunca mais apareceu. Daí, eu peguei ele no carnaval, eu e outro piá pegamo ele no carnaval de 2010, bei quebramo a pau de facão, lá perto da Avenida Liberdade, um pouco pra cá. Quase matemo ele, ele tava juntando latinha assim, até me deu pena, mas eu: “tá eu vou cobrar esse loco” e eu meio bêbado né? Daí o piá agarrou ele e eu dei vários facãozaço nele (Participante 1).

Esses tempo quase amputô o braço dele de tanto facãozaço que eu tinha dado, daí ele melhorô bem do braço e deu na guria do meu irmão né, quando eu tava fechado no A¹¹⁷, tá daí meu irmão tava meio bêbado né, daí tava o que eu dei os facãozaço e o irmão dele e um amigo dele, daí os piá derrubaram ele¹¹⁸ com uma paulada né, deram nele por causa de mim né, achando que eu tava na rua, que eu ia descer lá para eles me pegarem né. Vou cobrar eles, como eles vão fazer isso com meu irmão sendo que é eu que devo pra eles?(Participante 1).

As passagens acima explicitam o quanto a busca por vingança e por fazer justiça com as próprias mãos pode ser perigosa, ao mesmo tempo em que os desafios e embates aos rivais podem oferecer riscos aos que estão próximos. No primeiro relato do Participante 1, um adolescente que era seu amigo e morou por um mês em sua casa, acabou decepcionando o entrevistado que sentiu-se traído pelo amigo. Em um contexto de dificuldades financeiras, a mãe do entrevistado pediu que o seu amigo fosse ao mercado e lhe forneceu vinte reais para que comprasse mantimentos para a casa, porém o amigo do entrevistado fugiu com o dinheiro e nunca mais voltou para a casa do jovem. Assim, sentindo-se traído, o adolescente quis vingar-se do amigo que enganou sua família. A cena de vingança foi repleta de violência de modo que o jovem recebeu muitas facadas do entrevistado. Na segunda cena narrada pelo Participante 1, os inimigos fizeram o irmão do jovem como chamariz para atacá-lo. Inclusive, a namorada de seu irmão sofreu as penalidades referentes ao fato do adolescente ter quase amputado o braço do inimigo.

Assim sendo, nesses dois relatos é possível observar que a retaliação é percebida como uma forma de garantir a honra, tanto do adolescente, como de sua família. A ideia de retaliação como uma exigência social ficou evidente quando o entrevistado afirma ter sentido “até pena” do outro jovem que arcava com as consequências de sua ação. Sugerindo que talvez achasse exagerado agir com tamanha agressividade, porém ainda assim era necessário.

¹¹⁴ O adolescente e sua família.

¹¹⁵ Mãe.

¹¹⁶ Amigo que morava em sua casa pelo período de um mês.

¹¹⁷ Quando estava em cumprimento de medida de privação de liberdade no setor A.

¹¹⁸ Irmão do adolescente.

Esse sentimento de pena não o impediu de aplicar sua vingança ao jovem que traiu o entrevistado e sua família.

Os relatos também mostram que fazer parte da família de adolescentes envolvidos com a criminalidade também oferece riscos quanto às retaliações dos rivais, uma vez que podem ser alvo desses ataques.

O primeiro tiro foi eu que dei no filho do loco que matou meu pai. Nós tava num posto, de carro, cada um tava com um oitão¹¹⁹ na cintura assim. E o loco tava com uma 380¹²⁰ desse tamanho assim no banco do carro. O loco tava escorado na parede, tomando uma cerveja de latinha e eu cheguei assim e POW, atirei na barriga dele, ele caiu assim ele falou: “pelo amor de Deus não me mata, não me mata”, aí chegou o meu irmão e deu POW, POW, POW. Depois os cara que foram no velório dele falaram que não abriram nem o caixão que a cara ele não tinha mais (Participante 3).

Esses dias mesmo nós tomamo uns tiro né, uns contra passaram de cavalo lá pela frente da baía¹²¹ desse amigo meu e deram três tiros pro nosso lado, nesse dia eu tava armado, né? Daí eu me escondi atrás do muro e os cara se esconderam atrás duma cerca lá, daí nós armado só cachorreando¹²² atrás deles, daí eles largaram o cavalinho e não voltaram mais (Participante 1).

Dupas (2005) observa que as configurações contemporâneas apresentam os sentimentos de instabilidade, medo e incerteza, e geram a ideia de que qualquer pessoa pode trazer prejuízo ao indivíduo, representando um inimigo em potencial. Além disso, esses sentimentos estimulam os sentimentos narcisistas e uma busca demasiada pela individualidade, o que acarreta em uma significativa desvalorização da solidariedade e do respeito ao outro. O autor acrescenta que o desempenho individual acaba sendo um dos critérios mais rígidos em relação ao sucesso ou fracasso das pessoas, de modo que essas passam a ser capazes de lutar arduamente para alcançarem seus objetivos. Em alguns momentos, essa luta para conseguir o que almejam ultrapassa até os limites éticos, uma vez que a exacerbação dos sentimentos narcísicos parece isentar o indivíduo do cumprimento de normas. Assim sendo, esses aspectos se organizam de tal modo que fomentam a intolerância e a agressão ao outro (DUPAS, 2005).

A ação de desafiar rivais está fortemente ligada à questão de identidade masculina e está diretamente relacionada com fatores culturais, assim sofre as influências de aspectos estruturais como raça e classe social, por exemplo (CONNEL, 2002). Além disso, o autor destaca que as inúmeras articulações entre identidade masculina, cultura e fatores estruturais

¹¹⁹ Revólver.

¹²⁰ Arma.

¹²¹ Casa.

¹²² Ameaçando, atirando.

desencadeiam em inúmeras formas de masculinidade, apesar de existir sempre uma forma que se sobressai das demais e assume a forma de modelo a ser seguido.

O modelo de masculinidade que interessa a esse estudo é o que impera no contexto dos adolescentes autores de ato infracional. Esse é caracterizado pela prerrogativa de infligir a violência a outros indivíduos, geralmente outros adolescentes os quais são vistos como oponentes. Assim, esse modelo de masculinidade, em que outro adolescente é percebido como oponente, exerce influência direta nos índices de vitimização (GROPPO, 2000). Cabe observar que o índice de vitimização é visivelmente crescente entre a década de 1998 e 2008, uma vez que no início desse período o índice de vitimização juvenil era de 220 (2,2 homicídios de jovens por cada homicídio de não jovem) e em 2007, houve um aumento para 256, isto é, um aumento de 16,2% no índice de vitimização juvenil (WAISELFSZ, 2012).

Minayo e Souza, no ano 1999, já destacavam que os jovens brasileiros das periferias das cidades, com baixa escolaridade e pouca qualificação escolar eram os maiores atingidos pela violência. Essa realidade ainda se mostra presente e muitas das características desses jovens são compatíveis com os participantes da presente pesquisa uma vez que os mais vulneráveis à mortes por homicídio são jovens.

Welzer-Lang (2001) aponta que a violência seria privilegiada em espaços de sociabilidade masculina. O autor observa que em lugares monossexuados como pátios de colégios, clubes, bares e, principalmente, em prisões, existe a necessidade de aceitação no grupo através do mimetismo. Mimetismo é o nome dado ao processo de imitação de comportamentos do grupo para ser aceito entre os iguais. No contexto desse estudo, o mimetismo é permeado por violência, assim os comportamentos imitados são caracteristicamente agressivos.

Bourdieu (1999) destaca que pessoas e instituições são representadas por valores masculinos que são naturalmente marcados por características agressivas. Assim, cabe destacar que, de modo geral, as instituições apresentam atividades caracterizadas por violência em sua organização. Essa violência é praticada entre os institucionalizados, uns sobre os outros. A reprodução do exercício da masculinidade através da violência, acaba voltando-se contra os próprios adolescentes. Assim, a adequação a esse modelo de masculinidade, baseado na violência, pode acarretar em extrema vulnerabilidade aos jovens, que podem ser incentivados a praticarem desafios violentos entre si (BOURDIEU, 1999).

Nesse estudo, discute-se que as relações devem ser consideradas a partir do contexto em que elas se desenvolvem. Diante disso, considerando que a masculinidade permeada pela violência também é uma forma de relação, essa também deve ser compreendida a partir do

contexto no qual está inserida (família, comunidade, grupo de pares etc.) (NASCIMENTO et al., 2009). As variáveis contidas nesses contextos não estão limitadas diretamente a um grupo específico de jovens, como os entrevistados, por exemplo, mas abrangem as características históricas e culturais que envolvem o exercício da masculinidade (NASCIMENTO et al., 2009).

Isso quer dizer que a masculinidade está relacionada ao modo de socialização entre os indivíduos que, por sua vez, é dominado por papéis e posições sociais diferentes entre os gêneros. Além disso, a valorização de alguns aspectos como a coragem, a dominação, a honra e a força física pode naturalizar o uso da violência como uma característica dos homens para reafirmar a sua masculinidade (NASCIMENTO et al., 2009). Assim sendo, “ser macho” implica no envolvimento com atos de violência, na exposição às situações de risco e na adoção de práticas autoritárias que provocam relacionamentos conflituosos ou agressivos entre os sujeitos (NASCIMENTO et al., 2009; ALVIM; SOUZA, 2005).

Os modelos culturais de gênero podem naturalizar algumas formas de expressão da masculinidade através da violência e tal naturalização pode até ser compreendida como uma manifestação biologicamente estabelecida (GOMES, 2008). O autor destaca que a masculinidade calcada na violência, deve ser percebida como construção histórica e social, principalmente entre os jovens pertencentes a contextos em que a violência é utilizada como prova de masculinidade pelos grupos. Bourdieu (2002) ainda acrescenta que a associação entre ser homem e a prática da violência propriamente dita, seria entendida como o direito de usar a violência.

O processo de construção da masculinidade é social, e se expressa por meio de diferentes formas de competição masculina e de valorização do corpo como veículo de poder. A socialização dos indivíduos dentro desse quadro de referência se desenvolve a partir da busca espontânea pelo risco, na qual a identidade masculina demanda por uma busca de poder adquirido através de disputas. É possível observar que a expressão da masculinidade pode estar propensa a atos violentos (CECCHETTO, 2004).

Como se pode perceber nos relatos que narram cenas de vingança, esses comportamentos violentos acabam expondo os jovens a inúmeras formas de violência, nesse sentido não é por acaso que os índices de violência entre os jovens apresentam significativo crescimento, uma vez que esses jovens são, ora vítimas, ora agressores (OMS, 2002; BARROS et al., 2001). Os relatos dos adolescentes demonstraram que um dos principais motivos que provocaram as ameaças e brigas com os inimigos foram as mulheres. Isto é, os

jovens brigaram entre si, adquiriram rivais e colocaram-se em risco para garantir poder e respeito diante das jovens, que pretendiam conquistar.

Levei uma facada aqui e uma aqui no rosto só por causa dessa guria desgraçada, a guria se separou dele na mesma noite, e eu tava dentro de um baile, eu já tava meio no brilho¹²³, assim sabe? A mina¹²⁴ se veio pra cima de mim e já era, começemo a se beijar, daí dentro de um baile tomei uma facada aqui e aqui na cabeça (Participante 3).

Todos os dias o piá passava por mim e falava: “é, perdeu tua namorada pra mim”¹²⁵. Aí foi que eu não aguentei, no dia dos pais, tô dando uma banda, daí esse piá passou por mim e eu falei: “bah, vai se agora que eu vô chamá esse loco na bala¹²⁶, daí eu fui lá, me anojei e dei uns tiro (Participante 6).

Essas falas reforçam as ideias discutidas nessa categoria, que abordou as disputas e lutas para afirmar a virilidade e masculinidade. Dessa forma, é possível observar que as figuras femininas são os principais motivos de rivalidade entre os entrevistados. Algumas mulheres sentem-se atraídas por adolescentes envolvidos com a criminalidade, por sentirem-se protegidas e pela fantasia de poder relacionada à imagem masculina, que representam (ZALUAR, 1993).

No imaginário social é possível identificar concepções sobre os jovens autores de ato infracional, que expressam força, coragem, poder e virilidade, aspectos extremamente valorizados quando o modelo de masculinidade dominante é o permeado por violência (PERALVA, 2000). Desse modo, a ideia de liberdade que esses jovens transmitem, através do porte de armas e do acesso às drogas, constitui a imagem de poder e coragem. Essa imagem pode incentivar figuras femininas a buscarem proteção (ZALUAR, 1993; PERALVA, 2000; NASCIMENTO et al., 2009; ALVIM; SOUZA, 2005).

A adolescência representa questionamento dos padrões sociais instituídos. As jovens podem se envolver com os adolescentes em conflito com a lei pelo desejo de transgredir as leis e normas, ou mesmo por considerarem que esse envolvimento representa uma tentativa de obter autonomia. Dessa forma, os jovens provocam deslumbramento e tornam-se objeto de desejo por simbolizarem o rompimento das leis e os valores transmitidos socialmente. Nesse sentido, os relatos apresentados nessa categoria revelaram que a associação entre jovens e a necessidade de assegurar a masculinidade podem implicar em práticas violentas, que geram riscos à saúde dos adolescentes, em função das adversidades relacionadas ao modelo de

¹²³ Alcoolizado.

¹²⁴ Garota.

¹²⁵ Simulando a voz do outro adolescente que o provocava.

¹²⁶ Atirar com arma.

dominação pelo mais forte. Assim, para que a masculinidade seja de fato reconhecida perante o grupo, os adolescentes expõem-se a riscos e comprometem sua própria saúde e a segurança, inclusive de quem está próximo.

5.3.1 Os contras no contexto institucional

Ao traçar um paralelo com o contexto institucional, também é possível observar as principais características de afirmação da masculinidade percebidas fora da instituição como desafios aos inimigos, disputas e brigas que acarretam situações de risco aos envolvidos no conflito. Porém, as forças institucionais também interferem na forma de manifestação desses combates de modo que em relação aos inimigos, também se aplica a ideia de que o contexto institucional se organiza como uma sociedade dentro de outra, com algumas similaridades, porém com suas peculiaridades.

É que cada um tem seu grupo aqui, né? Aqui no B¹²⁷ são quatro grupo, é por seleção dos dormitório. Do um ao dez, do dez ao dezenove, do dezenove ao início de novo. É que do início é os novato, os do final já tão há mais tempo. Se for um parente até tem uma chance de participar de um grupo maior né. Aí ele divide dormitório. Por exemplo, chega um primo meu e é a primeira vez que cai, aí ele puxa dormitório¹²⁸ comigo, mas ele continua sendo como no sistema do menor (Participante 5).

Todo mundo se respeita, só muda quem é novato e quem é mais velho na casa. No A¹²⁹ é um grupo só, por exemplo, quando sai rixa entre o A e o B a gente¹³⁰ se une todo. A gente conversa e tudo, né? Mas quando tive que brigá não tem de amigo, vai sê tudo inimigo (Participante 5).

Quando o cara é duque¹³¹, fazem ir pro seguro¹³², né? Se não ir pro seguro os piá matam. Descobrem, dão um jeito, falam com os técnico, daí os técnico caguetam¹³³ o cara. E daí já era, pede seguro. Por exemplo tem um na cela que é duque né, aquele lá não sobe¹³⁴ de jeito nenhum porque tá no seguro, né? Se subir toma pau¹³⁵ (Participante 1).

Ele estropô uma guriazinha de 5 anos, tem que matá mesmo. Se subi ele toma pela cabeça, ei safado não se cria né. É muito grave isso daí. Safado é Duque sem

¹²⁷ O setor B é o dos adolescentes com possibilidade de atividade externa.

¹²⁸ Puxar dormitório significa dividir dormitório.

¹²⁹ O setor A é o dos adolescentes sem possibilidade de atividade externa.

¹³⁰ O adolescente é do setor B.

¹³¹ Gíria designada para quem pratica crimes sexuais.

¹³² Ir pro seguro significa solicitar à administração institucional a transferência para um dormitório localizado em lugar não acessível ao grande grupo de jovens, no qual o adolescente permanece isolado para preservar sua integridade física.

¹³³ Revelar a verdade.

¹³⁴ Subir para o setor onde o convívio com os outros adolescentes é inevitável.

¹³⁵ Apanha.

vergonha, Dom Ruan¹³⁶ é quem toma a mulher dos cara, daí não se cria né (Participante 1).

Pode-se perceber que as similaridades entre o contexto institucional e o extra-institucional estão no modo de como o poder e o reconhecimento diante do grupo podem se organizar a partir da lei do mais forte. Entretanto, a peculiaridade do contexto institucional está no fato de que os embates físicos são mais restritos, pois a instituição preza pela segurança dos jovens. Dessa forma, são realizadas intervenções para que as brigas não aconteçam, embora essas não sejam raras nesse contexto.

De modo geral, todos os adolescentes entrevistados, todos relataram situações em que as figuras do policial e do Juiz estabeleciam uma posição de poder em relação aos jovens, inclusive a própria cena de apreensão, já demonstra esse aspecto. Os sentimentos em relação à figura do policial, já demonstrados fora do contexto institucional, se mantêm dentro da instituição, porém nesse contexto, o Juiz pode ser o principal inimigo dos jovens, por ser ele quem determina sobre a progressão ou regressão da medida.

Daí o Juiz me deu uma mijada¹³⁷ né, “O que que tu queria com faca na cintura bebendo, em sarau e de noite ainda”¹³⁸?, “Bah Seu¹³⁹, eu tava mal, tava abalado”¹⁴⁰, “Ah é, tu vai ver abalado, tu vai ficar um tempinho lá¹⁴¹, tu vai te desabalar¹⁴²”(Participante 1).

Em Novembro eu vô pro CASEMI, depois tem mais oito mês¹⁴³ ainda, o Juiz me falou anteontem que antes de terminar esse curso¹⁴⁴ ele não vai me largar¹⁴⁵, beí, e o tempo do curso é de um ano (Participante 3).

A figura do socioeducador também pode portar características de um oponente ou inimigo, pelo fato de que o trabalho desse é caracterizado por cobrar respeito e impor limites aos jovens. Exemplos dessas ações são: chamar a atenção quanto à disciplina, chavear as celas ou colocar algemas para a realização de alguns procedimentos, quando necessário.

Eu me abalei e chamei tudo de sem vergonha, os técnico¹⁴⁶ aí, eu botei a boca neles (Participante 1)

¹³⁶ Dom Juan é o adolescente que se envolve com mulheres comprometidas.

¹³⁷ Chamou a sua atenção.

¹³⁸ Simulando a voz do Juiz.

¹³⁹ Referir-se a um homem como “Seu” demonstra respeito, algo referente ao termo Senhor.

¹⁴⁰ Simulando a própria voz.

¹⁴¹ No CASE.

¹⁴² Simulando a voz do Juiz.

¹⁴³ Período de semi liberdade a ser cumprido.

¹⁴⁴ Curso de padeiro.

¹⁴⁵ Conceder a progressão da medida para meio aberto.

¹⁴⁶ Socioeducadores.

Eu fui pro curso e pedi enfermagem¹⁴⁷, eu tava mal, tava com sono (risos). E daí a professora do curso falou que: “É, tu vai ficar com uma falta no curso”. Daí eu subi e a Dona Joana¹⁴⁸ veio e me deu medida¹⁴⁹ (Participante 2).

No contexto institucional, a disputa por mulheres não se configura como o principal motivo de rixas. Essa disputa fica em segundo plano, uma vez que elas não estão fisicamente presentes nesse universo. As mulheres (exceto as profissionais que trabalham na instituição) estão presentes apenas em dias de visita. Porém, essas mulheres geralmente são mães, avós, namoradas, assim não é comum a disputa por mulheres no contexto institucional. Mesmo que haja interesse de um dos adolescentes pela namorada que visita algum jovem, existe uma forte reprovação do grupo em relação aos “Dom Ruans”, termo atribuído a quem busca conquistar as mulheres já comprometidas. Em contrapartida, as disputas de território são o cerne das principais brigas na instituição, uma vez que essas geralmente ocorrem entre os dois setores. Assim as disputas são territoriais, de um modo geral, porque ocorrem entre o setor A e o setor B. O poder entre os adolescentes se distribui basicamente da seguinte forma, o adolescente que está institucionalizado por um período maior será um dos mais respeitados pelo grupo, ao passo que o adolescente que cometeu ato infracional relacionado a algum crime sexual será o mais desrespeitado e sofrerá as maiores penalidades infligidas pelo grupo de pares.

É fundamental contextualizar os diferentes aspectos que permeiam as relações entre juventude, masculinidade e violência, de modo que inúmeros fatores (individuais, históricos, culturais, econômicos, psicossociais entre outros) devem ser considerados nesse universo multifacetado e sócio-histórico (NASCIMENTO et al., 2009). Assim, história, cultura e economia exercem influência na dinâmica das relações entre os sujeitos e as instituições.

Enfim, o conjunto de resultados apresentados pelos entrevistados ao longo dessas três categorias contribuiu para o entendimento de aspectos relacionados às relações de amizade entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade e seus pares. A partir da perspectiva dos próprios jovens, foi possível compreender as características das pessoas com quem estabelecem relações de amizade, em qual contexto essas interações acontecem e se desenvolvem e como se organizam as estratégias de apoio entre si. Além disso, foi possível observar como são experienciadas as relações com os amigos e como essas recebem influências das relações com os inimigos. O conjunto de resultados foi analisado em paralelo com o contexto institucional de modo que fosse possível identificar as similaridades e diferenças, tanto dentro, quanto fora da instituição. Dessa forma,

¹⁴⁷ Solicitou atendimento da enfermagem.

¹⁴⁸ Nome fictício de uma socioeducadora.

¹⁴⁹ Medida disciplinar.

mostra-se pertinente salientar que pensar sobre a complexidade das relações em grupo e adolescência requer que sejam consideradas inúmeras características, como as estruturais, culturais, psicológicas, institucionais entre outras, uma vez que se trata de uma relação multifacetada.

CONCLUSÕES

O conjunto de resultados desse estudo apresentou considerações sobre as relações de amizade dos adolescentes em conflito com a lei, mais especificamente dos que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. As relações de amizade se sobressaem na adolescência, porque esse é o período do desenvolvimento caracterizado por uma maior busca de vivências e experiências entre os pares, porém a institucionalização de adolescentes que cometem atos infracionais provoca a fragilização dessas relações, tão importantes para o processo de construção de identidade.

A partir dos relatos dos participantes foi possível perceber que as regras que prevalecem no grupo de pares carregam expectativas sociais. O grupo garante direitos e deveres ao indivíduo, direito de receber suporte dos pares e dever de oferecer suporte a esses quando necessário. Os adolescentes imitam seus iguais, adotam seus hábitos e atitudes, inclusive o modo de vestir, com o intuito de se aproximarem do modelo vigente para serem populares e aceitos socialmente.

O caráter fluido das relações de amizades identificadas nesse estudo foi um aspecto que chamou a atenção. A partir dos resultados pode-se concluir que tanto o início como o término das relações de amizade são fluídos e extremamente efêmeros para esses adolescentes. Nesse sentido, essas relações parecem ser um reflexo do modo como a sociedade se organiza na contemporaneidade, pautada na volatilidade e descartabilidade de pessoas e objetos. Esses aspectos ficaram ainda mais evidentes quando os entrevistados relataram sobre o afastamento dos amigos no período que mais precisam de apoio, o de privação de liberdade.

Vale lembrar que, de uma forma mais abrangente, as relações de amizade são geradoras de saúde porque protegem a saúde dos indivíduos diante das experiências negativas, através do apoio social propiciado. As relações de amizade dos adolescentes se fragilizam a partir do momento da privação de liberdade pelo fato de não haver uma articulação satisfatória entre instituição e comunidade, assim os adolescentes estabelecem vínculos apenas com os adolescentes ou socioeducadores com quem convivem institucionalmente. Essa dinâmica acaba oferecendo apenas as relações dentro da instituição diante do rompimento de vínculos proporcionado pela internação. Se por um lado, estabelecer relações de amizade dentro do contexto institucional pode ser benéfico para a geração de saúde psíquica aos adolescentes durante um período de adversidade, como o do cumprimento de medida, por outro lado, romper os vínculos com as pessoas com quem estabeleciam relações

de amizade fora do contexto institucional pode ser prejudicial a esses jovens, uma vez que os adolescentes perdem as referências que possuíam antes da internação, justamente num período de crise.

Além disso, o estudo viabilizou perceber que as situações de conflito vivenciadas pelos entrevistados podem servir como oportunidades para avaliar o quanto pode-se contar com os amigos, uma vez que as estratégias de apoio oferecidas pelas pessoas com que estabelecem relações de amizade tendem a fortalecer ou enfraquecer os laços de amizade. Os laços de amizade são fortalecidos quando o adolescente recebe o apoio esperado ou os laços são enfraquecidos, e até desfeitos, quando o adolescente não recebe o apoio esperado diante de uma adversidade.

A investigação sobre as relações de amizade desses jovens permitiu concluir que suas relações são permeadas por experiências prazerosas entre os pares e por expressões de cumplicidade dentro do grupo. Além disso, essas relações também são permeadas por situações de risco vividas em grupo por meio de brigas e uso de substâncias psicoativas.

Os resultados do estudo demonstraram que as relações de amizade estabelecidas pelos adolescentes entrevistados também podem oferecer prejuízos por expor os jovens a riscos. A exposição aos riscos é retroalimentada pela sensação de virilidade, poder e pelo respeito diante do grupo de pares. A vivência e a percepção do risco se configuram dentro de uma rede de relações e são produzidas através das interações do grupo. As vivências de risco junto ao grupo de pares proporcionam lugar e identidade social dentro de uma determinada cultura.

A partir das falas dos adolescentes foi possível entender como os familiares significativos podem oferecer riscos aos jovens, através de seu envolvimento com a criminalidade e com o uso de drogas. As narrativas reforçam a ideia de que algumas características das relações familiares favorecem a prática de atos infracionais, como por exemplo, a baixa coesão familiar, a ausência de monitoramento das atividades dos filhos e, principalmente, o envolvimento de familiares e dos próprios pais em atos antissociais. Essas características foram identificadas nas famílias dos participantes desse estudo.

Da mesma forma, foi possível perceber que as famílias que apresentam históricos de uso de drogas e antecedentes criminais exercem forte influência sobre os adolescentes quanto ao abuso de substâncias. Nesse sentido, o uso abusivo de drogas também deve ser compreendido de modo relacional, isto é, a partir da associação entre aspectos individuais, comunitários, econômicos e psicossociais.

A presente investigação também permitiu concluir que, na adolescência, o afastamento natural do núcleo familiar e a aproximação de outros jovens com afinidades entre si, o uso de

drogas é uma prática comum e realizada em conjunto com o grupo de pares como forma de socialização, uma vez que na maioria das vezes, os amigos estão presentes nesses momentos. Assim o uso de substâncias psicoativas torna esses jovens cada vez mais vulneráveis à prática de atos infracionais.

Essa vulnerabilidade à prática de atos infracionais, além de atingir a integridade física, também atinge a integridade psíquica, emocional e simbólica desses jovens, o que, certamente, exerce influência sobre suas relações de modo geral, incluindo as de amizade. Assim, nesse contexto de vulnerabilidades são construídas e vivenciadas as relações de amizade que, inclusive são rompidas devido ao processo de internação, aumentando o conjunto de vulnerabilidades a que esses adolescentes são expostos, justamente em um momento de infortúnio, que é o de cumprimento de medida.

O estudo também viabilizou a compreensão de que dentro do contexto institucional, de privação de liberdade, também foram observadas as características das relações de amizade apresentadas fora da instituição. Porém, nesse caso, as peculiaridades do universo institucional requerem diferentes modos de manifestação dessas características.

Esse processo suscita que a instituição se apresente como uma sociedade dentro da outra, com suas similaridades e particularidades. As similaridades dizem respeito à afinidade entre si, apreço pelo grupo e apoio mútuo, já as particularidades estão relacionadas com as formas encontradas pelos jovens para vivenciarem essas amizades dentro desse contexto específico.

Algumas das particularidades estão nas formas de oferecerem apoio entre si em um contexto que oferece limitações que dificultam o contato físico ou o acesso à objetos que poderiam servir como ferramenta para apoio mútuo. Assim, trocas entre objetos pessoais, comidas, além de entrega de recados, cartas ou presentes produzidos em oficinas de cestaria, para seus familiares são apenas alguns exemplos de como os adolescentes podem oferecer suporte entre si dentro do contexto institucional.

Um dos significados mais especiais apresentados pelos resultados do estudo permite concluir que os jovens organizam-se dentro de seus grupos a partir das características das fratrias. Assim, os adolescentes valorizam as vivências com seus amigos e comparam seus laços de amizade com os laços familiares para mostrar a dimensão de suas relações. Pode-se concluir que os adolescentes “elegem” irmãos que apresentam afinidades como objetivos, crenças, gostos e ideais que, por sua vez, compõem o conjunto de elementos que fazem parte de seus modelos de identificação.

As fratrias proporcionam o sentimento de pertencimento a uma determinada sociedade ou coletividade, assim sentir-se pertencente à comunidade institucional torna-se imprescindível no momento da internação, uma vez que é possível que o adolescente já não se sinta pertencente à sociedade de um modo geral, a qual apresenta o funcionamento capitalista, devido às suas escassas possibilidades de poder aquisitivo.

Nesse sentido, as vulnerabilidades relacionadas ao contexto de exclusão, o qual os jovens são pertencentes, aliadas ao rompimento das relações de amizade com seus pares extra institucionais, potencializam a busca por reconhecimento proporcionado pelos pares presentes na instituição. Essas relações com os pares institucionais também se rompem no momento em que o jovem finaliza o cumprimento de sua medida e, curiosamente, retorna ao contexto em que encontra suas relações anteriores, rompidas pela privação de liberdade. Assim, esses jovens vivenciam uma sucessão de rompimentos de relações de amizade em um período em que as relações entre os pares são fundamentais para a construção da identidade.

Desse modo, foi possível perceber que o regime de irmãos possibilita encontrar vinculações horizontais que se constituem através da construção de saber entre os semelhantes. Por isso entende-se que quando essa fraternidade supera o vínculo entre irmãos e essa relação é chamada de irmandade eleita, pois estes irmãos são escolhidos entre si.

Apesar do cerne dessa investigação ser as relações de amizade dos adolescentes em conflito com a lei, torna-se impossível não abordar suas relações de inimizade, justamente porque essa temática emergiu nas entrevistas de forma bastante significativa. A pesquisa viabilizou perceber que lutar contra os inimigos é um dos principais elos de ligação entre os pares, uma vez que desafiar os oponentes parece reforçar o vínculo entre os amigos. Para tal ocorrem provas de valentia, apoio e cumplicidade, ao mesmo tempo em que ao desafiar os rivais o adolescente obtém reconhecimento dentro do grupo, além de afirmar sua masculinidade em relação aos seus oponentes. Os relacionamentos com os contras demandam embates físicos que proporcionam riscos evidentes e, por sua vez, fortalecem os laços de união dentro do grupo. Porém, esses riscos representam vulnerabilidade no sentido que se estendem e atingem as pessoas mais próximas, como entes queridos, devido às retaliações e ataques dos rivais.

O estudo permitiu concluir que a ideia de volatilidade e descartabilidade já apresentada para o estabelecimentos das relações de amizade também está presente nas relações de inimizade, de modo que a relação instituída com o inimigo reproduz a fluidez característica das relações com os amigos. Essa fluidez é expressa através da dinâmica sutil entre o fato de que,

em alguns momentos, os jovens são amigos e tão logo tornam-se inimigos, ou então, quando oponentes que rivalizam entre si, tornam-se amigos.

Do mesmo modo, no contexto institucional, também se estabelecem relações de inimizade, no qual a afirmação da masculinidade é demonstrada através de desafios, disputas e brigas com os contras. Nesse contexto, as rivalidades entre os dois setores se evidenciam como uma das principais disputas territoriais vivenciadas por esses adolescentes durante o período de internação. Foi possível perceber que, dentro do contexto institucional, o poder é distribuído a partir da lei do mais forte, assim, o jovem que demonstra maiores expressões de masculinidade é o mais respeitado. Nesse sentido, jovens que estão institucionalizados por um período maior de tempo, adquirem mais respeito diante do grupo, bem como os adolescentes que cometeram atos infracionais com maiores requintes de violência. Contudo, os adolescentes que praticaram crimes sexuais são repreendidos e desrespeitados pelo grupo, não obtendo reconhecimento de seus pares dentro da instituição. Assim, a ideia de risco proporcionado pelos conflitos também se emprega, considerando as peculiaridades do universo institucional.

Enfim, de modo geral, foi possível concluir que tanto as relações de amizade, quanto as de inimizade e, inclusive, as expressões de masculinidade devem ser compreendidas dentro de um contexto mais abrangente. Esse contexto abrangente, que permeia o universo das relações interpessoais, não envolve apenas características individuais (idade, sexo, temperamento) e familiares (número de componentes na família, formas de práticas educativas dos pais ou se o modelo é mono parental), mas também envolve características históricas e culturais, como o modo de organização social, crenças e valores vigentes.

O estudo foi realizado com todos os adolescentes que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, que se disponibilizaram a participar e que autorizaram o uso de suas informações no momento em que as coletas iniciaram-se. Assim, buscou-se observar todos os cuidados metodológicos necessários para que a pesquisa fosse realizada com êxito. Porém, todo o processo investigativo, independente do método escolhido, apresenta limitações, uma vez que a própria escolha do objeto de estudo já requer um recorte da realidade investigada. Esse estudo apresenta algumas limitações as quais influenciam a generalização dos resultados. Uma das limitações diz respeito ao número de participantes e ao contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida. Assim, não é possível generalizar esses resultados para outros espaços porque as relações de amizade sofrem inúmeras influências da cultura. Esses resultados refletem o universo dos adolescentes entrevistados em cumprimento de medida socioeducativa do CASE-SM. Portanto, as conclusões obtidas não devem ser generalizadas a

outros adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em outras instituições de privação de liberdade porque é provável que esses jovens apresentem vivências diferentes. Nesse sentido, o poder de generalização é limitado ao contexto do estudo.

Outra limitação dessa pesquisa está relacionada ao uso da máquina fotográfica que, apesar de ter sido uma ótima ferramenta para o estudo, acarretou em um atraso significativo nas coletas de informação que estavam previstas para ocorrerem em um período máximo de quatro semanas. A coleta de informações para esse estudo ocorreu por um período de aproximadamente três meses. Esse atraso foi provocado por inúmeras questões institucionais e de logística na realização da pesquisa, um exemplo dessas questões foi a dificuldade de acessar os participantes por incompatibilidade de horários para realizar as coletas, uma vez que os adolescentes possuem atividades ao longo do dia que dificultam encontrar um horário viável para as entrevistas. Algumas das atividades são: escola, oficinas em turno inverso à escola, recebimento de atendimentos dos técnicos, audiências, visitas de familiares, período de recreação em que tomam sol no pátio, jogos de futebol, vôlei, filmes (também em turno inverso à escola) entre outras. Assim, a incompatibilidade de horários dos adolescentes para participar das entrevistas, apesar da grande disponibilidade de horários da entrevistadora, ocasionou a realização de algumas entrevistas no turno da noite. Outro exemplo foi a inexistência de espaço físico para as entrevistas, já que a chave da sala que foi cedida para a pesquisa foi perdida pelos funcionários e, depois, quando foi encontrada, a sala entrou em reformas. Nesse meio tempo, as entrevistas eram realizadas em salas emprestadas por outros funcionários por pequenos períodos de tempo, de modo que algumas entrevistas deveriam ser realizadas em até 20 minutos, que era o tempo em que o técnico não utilizaria a sala.

Certamente, essas dificuldades interferiram nos resultados, uma vez que muitas entrevistas tiveram que ser interrompidas em momentos em que os adolescentes faziam importantes revelações, pois já estava no horário de devolver a sala para o técnico que havia cedido sua sala por um tempo limitado. Assim, buscava-se retomar com o adolescente essas informações importantes em outro momento em que a entrevista fosse possível. Apesar das entrevistas não terem sido realizadas em um setting ideal com a garantia de datas e horários pré-agendados e de entrevistas com tempo de duração que pudessem oferecer ao entrevistado a possibilidade de falar sem ser interrompido, o resultado final foi bastante rico, uma vez que esses aspectos foram apenas o reflexo das dificuldades encontradas nos contextos institucionais, principalmente os socioeducativos.

Diante disso, as entrevistas foram realizadas conforme devem ser realizadas as intervenções no contexto socioeducativo, buscando as formas possíveis de trabalho diante do

que é acessível ao profissional. Buscar parcerias de trabalho e apoio de outros profissionais está entre os aspectos imprescindíveis dentro das instituições, sem isso, as entrevistas não teriam acontecido.

Assim todos os obstáculos para acessar os adolescentes foram apenas o reflexo de algumas dificuldades de realização de trabalhos no contexto socioeducativo, porém o resultado da pesquisa também mostra que, apesar das dificuldades, é possível acessar os adolescentes e desenvolver um trabalho adequado, seja ele qual for, independente de sua natureza, se de atendimentos psicológicos ou de pesquisa, por exemplo.

Um outro exemplo de dificuldade encontrada na realização do estudo foi o desaparecimento das máquinas dentro da própria instituição (sob responsabilidade dos socioeducadores), por duas semanas sem que fosse possível chegar a um esclarecimento mais efetivo sobre o que ocorreu nesse período. Cabe observar que, de fato, foi acordado com o chefe de equipe que as máquinas seriam colocadas pelos socioeducadores nos armários respectivos de cada adolescente (as máquinas possuíam etiquetas com os nomes dos participantes), uma vez que o acesso a essa parte da instituição era restrito aos funcionários. Porém, no momento de recolher as máquinas para levar as fotografias para revelação, elas não estavam nos armários. Assim, os socioeducadores iniciaram buscas e ligações telefônicas entre os setores para encontrar informações sobre o destino das máquinas. Alguns socioeducadores os quais eram questionados sobre as máquinas afirmavam que os adolescentes não haviam retornado da atividade externa com essas e até sugeriam que eles pudessem ter vendido para comprar drogas no final de semana, por exemplo. Afirmavam ser inviável que os jovens “devolvessem” as máquinas. Então, a funcionária da portaria realizava ligações telefônicas para o setor dos dormitórios dos jovens e os socioeducadores entravam em contato com os adolescentes que afirmavam terem retornado da atividade externa com suas máquinas. Um desses funcionários inclusive afirmou: *“olha, eles estão dizendo que as máquinas estão aqui, mas tu vai acreditar neles? Se eles fossem honestos não estariam aqui.”* Diante desse impasse, acordou-se com o chefe de equipe um encontro com os adolescentes no dia seguinte para falar pessoalmente sobre as máquinas. Nesse encontro os adolescentes continuavam afirmando que as máquinas estavam na instituição, confirmando a ideia da pesquisadora que acreditava nos jovens, não por serem mais honestos ou menos honestos, como o funcionário mencionou, mas pelo fato da proximidade entre adolescentes e pesquisadora viabilizar que falassem que não haviam trazido as máquinas ou que tivessem vendido, se assim fosse. Vale lembrar que as máquinas já eram deles desde o início da pesquisa.

A busca pelas máquinas continuava e prolongou-se por duas semanas quando finalmente foram encontradas. As máquinas estavam na sala da direção, onde ficam os pertences de valor dos adolescentes, como celulares, por exemplo. Alguns socioeducadores entenderam que as máquinas eram de valor e transferiram para essa sala sem informar aos socioeducadores que haviam acordado que as máquinas ficariam nos armários dos adolescentes. A questão é que nesse período, a direção da instituição havia recebido a pesquisadora em sua sala e mostrado que não haviam máquinas naquele local, assim, ainda não se sabe o que aconteceram com as máquinas ao longo dessas duas semanas. Enfim, esse processo mostra uma série de situações que denunciaram as dificuldades de comunicação e as forças institucionais sobre todos os sujeitos que entram nesse contexto.

O que também acarretou em atraso foi o fato de que os adolescentes recebiam medida disciplinar devido a suas condutas e isso implicava na perda da saída no final de semana. Ao ser impedido de sair o adolescente não registraria suas fotografias para a realização da entrevista na semana seguinte. Enfim, todo o conjunto desses e de outros aspectos serviram como empecilho e atrasaram ainda mais o processo da coleta das informações.

Apesar das limitações identificadas, considera-se que a pesquisa realizada permitiu compreender as relações de amizade entre os adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. Assim, a perspectiva dos próprios adolescentes, que contribuíram com suas experiências, viabilizou a construção desse estudo.

Futuras investigações poderiam utilizar amostras mais amplas e que acompanhassem os adolescentes por um período maior através de um estudo longitudinal, que avaliasse as relações dos jovens com seus pares no início, meio e fim do processo de cumprimento da medida. Uma alternativa seria produzir uma investigação com todos os adolescentes da instituição que estivessem em atividade externa, outra sugestão seria traçar um paralelo entre os jovens em atividade externa e os sem atividade externa para comparar suas percepções sobre seus amigos.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender as relações de amizade estabelecidas pelos adolescentes em conflito com a lei e espera-se que o presente estudo tenha apresentado contribuições quanto a essa temática. Infelizmente, a maioria dos atendimentos aos jovens ainda é iniciada apenas depois do cometimento dos atos infracionais.

A prevenção à infração juvenil não é um dos principais focos de atenção e dificilmente lembrada pela sociedade geral. Entretanto, trabalhar no sentido preventivo apresenta-se mais benéfico e proveitoso tanto para os jovens, como para a sociedade. Intervenções que visam a promoção de ambientes protetivos poderiam influenciar positivamente em relações mais

protetivas que, por sua vez, podem contribuir para a diminuição do envolvimento em atos infracionais.

No período do cumprimento de medida, a instituição se configura como um suporte social mais organizado para os adolescentes, inclusive a qualidade desses vínculos, entre o adolescente e os socioeducadores, pode propiciar apoio social e segurança diante dos enfrentamentos dos problemas. Assim, as relações protetivas, que podem ser desenvolvidas dentro do contexto institucional, podem ocorrer entre os jovens e os socioeducadores, uma vez que a literatura (TODIS et al., 2001) aponta que esse tipo de vinculação apresenta efeitos positivos.

O episódio de busca pelas máquinas desaparecidas na instituição explicitou claramente que existem os socioeducadores que não acreditam nas diretrizes do trabalho socioeducativo, uma vez que mostram uma postura que julga os adolescentes e que desconsidera qualquer possibilidade de ressocialização, como as ideias expressas no relato do socioeducador que afirmou que se fossem honestos, os jovens não estariam cumprindo medida. Porém, também existem os socioeducadores que apostam em possibilidades e acreditam que podem surgir resultados positivos de intervenções nesse contexto, foram esses os profissionais que auxiliaram nas buscas das máquinas fotográficas, que cederam suas salas para as realizações das entrevistas, que entravam em contato quando sabiam que um adolescente estaria “disponível” no final da tarde e que inclusive, colaboraram com a pesquisa doando máquinas fotográficas analógicas e filmes para revelação das fotografias. São esses socioeducadores que podem oferecer vinculações que provocam efeitos positivos nos adolescentes em cumprimento de medida e que podem desempenhar efetivamente o papel de educadores quando a rede de apoio social se reduz drasticamente.

Apresentar os resultados desse estudo para os socioeducadores da instituição que autorizou a presente pesquisa poderá promover uma discussão rica sobre a importância do grupo para a constituição dos jovens, principalmente os institucionalizados. Igualmente será possível suscitar a reflexão desses profissionais sobre suas próprias práticas, uma vez que muitos dos socioeducadores reclamam que os adolescentes parecem “ser uma pessoa” quando são atendidos individualmente e parecem ser “outra pessoa” quando estão em grupo. Individualmente os jovens mostram-se mais calmos e receptivos, já em grupo, parecem ser mais difíceis de lidar por mostrarem-se agitados e contestadores. Com certeza, compreender os aspectos que produzem essas diferenças pode contribuir com o trabalho dos socioeducadores no manejo com os adolescentes por eles atendidos.

Quanto ao trabalho a ser desenvolvido pela instituição, cabe destacar que a participação da comunidade no cumprimento das medidas que podem ser realizadas em meio aberto é fundamental. Devem-se priorizar ações que favoreçam a reinserção dos jovens autores de atos infracionais em suas comunidades e não propor apenas o encarceramento desses adolescentes e a privação do convívio comunitário como alternativa de intervenção aos adolescentes do contexto socioeducativo (GONÇALVES; GARCIA, 2007).

Somente assim, é possível contemplar o que está previsto no ECA e no SINASE que propõem que as intervenções devem estimular a busca de autonomia e o posicionamento ativo do jovem, de modo que esses aspectos contribuam positivamente para a construção de sua identidade. Tratando-se de identidades e reconhecimento social, entende-se que devam ser viabilizadas chances de inclusão em ações que proporcionem visibilidade e reconhecimento (como trabalho e geração de renda), para que a autoria de atos infracionais não seja a única alternativa ao alcance dos adolescentes em conflito com a lei.

Tanto as relações de amizade, quanto a autoria de atos infracionais devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva relacional. Desse modo, sofrem influências históricas, culturais e psicossociais e estão envolvidas na busca desses jovens por identidade e reconhecimento social. Dentro do grupo de pares o jovem sente-se pertencente a uma comunidade e recebe reconhecimento dentro dessa pequena sociedade, esses aspectos são imprescindíveis ao longo do desenvolvimento do adolescente. Por esses motivos, conclui-se que a biografia de um adolescente em conflito com a lei não está restrita a um caminho percorrido individualmente, mas a sociedade também é responsável pelo traçado desse trajeto e nesse sentido a infração juvenil também é um sintoma social. A influência dos pares e das relações de amizade, portanto, não pode ser vista de uma maneira simplista. A afiliação a grupos identificados com a criminalidade corresponde apenas à parte de um percurso percorrido por esses jovens, no qual diversos fatores se combinam, aumentando a probabilidade do estabelecimento de uma relação de conflito com a lei.

Enfim, quando o adolescente autor de atos infracionais deixar de ser percebido como um problema e passar a ser entendido como resultado das configurações sociais contemporâneas, é possível que esse seja tratado como prioridade. Enquanto isso não ocorre, os adolescentes seguem servindo como prioridade apenas para o seu grupo de pares. Além disso, os profissionais e estudiosos interessados por esse universo seguem buscando e construindo conhecimentos à procura de aportes para o entendimento dos diversos fatores que tornam a relação entre os adolescentes e seus pares tão complexa e instigante.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, R. E., SANTO, J. B., BUKOWSKI, W. M. The presence of a best friend buffers the effects of negative experiences. **Developmental Psychology**, v. 47, n. 66, p. 1786-1791, 2011.
- ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicol. Teor. Prat.**, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.
- ANG, R. P.; HUAN, V. S. Predictors of recidivism for adolescent offenders in a Singapore sample. **Criminal Justice and Behavior**, v. 35, n. 7, p. 895-905, 2008.
- ARENDT, H. **A Dignidade da Política**: ensaios e conferências. 3. ed., Trad. H. Martins, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARGYLE, M.; HENDERSON, M. The rules of relationships. In: DUCK, S.; PERLMAN, D. (Eds.). **Understanding personal relationships**. London: Sage, 1985. p. 63-84.
- ARGYLE, M. **The psychology of happiness**. New York: Taylor & Francis, 2001.
- ARPINI, D. M. **Violência e exclusão** - adolescência em grupos populares. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ASHER, S. R., PARKER, J. G.; WALKER, D. L. Distinguishing friendship from acceptance: Implications for intervention and assessment. In: BUKOWSKI, W.; NEWCOMB, A.; HARTUP, W. (Orgs.). **The company they keep**: Friendship in childhood and adolescence. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 366-405.
- ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Artmed/UNICEF, 2006.
- BALANDIER, G. **O dédalo**: para finalizar o século XX. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BALANDIER, G. **"Pais e filhos, primogênitos e caçulas"**. Antropo-lógicas. Trad. Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2004.

BARROS, M. D. A.; XIMENES, R.; LIMA, M. L.C. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Revista de Saúde Pública**. v. 35, n. 2, p. 142-149, 2001.

BAUER, M. W.; GAKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. C.A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Globalização** - As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAZON, M. R. **Psicoeducação**. Teoria e Prática para a Intervenção junto a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Psicossocial. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

BECEYRO, R. **Ensayos sobre Fotografia**; arte y libros, Cidade do México, 1980.

BELL, R. **Worlds of friendship**. Beverly Hills: Sage, 1981.

BELL, S.; COLEMAN, S. **The anthropology of friendship**: Enduring themes and future possibilities, 1999.

BERNDT, T. J. Exploring the effects of friendship quality on social development. In: BUKOWSKI, W.M. NEWCOMB, A.; HARTUP, W. (Eds.). **The company they keep**: Friendship in childhood and adolescence. Cambridge: University, 1996. p. 346-365.

BERNDT, T. J. Friendship and friend's influence in adolescents. **Current Direction in Psychological Science**, 1, 156-159, 1992.

BERSCHIED, E.; REGAN, P. **The psychology of interpersonal relationships**. UpperSaddle River: Pearson, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia Cabília. Portugal: Celta, 2002.

BRANCO, B. M., WAGNER, A.; DEMARCHI, K. A. Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p. 125-132, 2008.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A. Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Apr. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. **Caderno 5**. Por uma política nacional de saúde para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade. Brasília: Grupo de Trabalho Saúde e Justiça, 2002.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196 de 16 de outubro de 1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília-DF: CONANDA, 1990.

BRENDGEN, M.; VITARO, F.; BUKOWSKI, W.M. Deviant friends and early adolescents emotional and behavioral adjustment. **J Res Adolesc.** v.10, p.173-189, 2000.

BRITO, L. Encruzilhadas do sistema socioeducativo. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 75-89, 2003.

BROWN, B. B. Peer groups and peer cultures. In: FELDMAN, S.S.; ELLIOTT, G.R. (Eds.). **At the threshold**: The developing adolescent. Cambridge: Harvard University Press, 1990. p. 171-196.

BRUSAMARELLO, T.; SUREKI, M.; BORRILE, D. et al. Consumo de drogas: concepções de familiares de estudantes em idade escolar. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.). v. 4, n. 1, fev. 2008.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BUKOWSKI, W. M.; MOTZOI, C.; MEYER, F. Friendship as process, function, and outcome. In: RUBIN, K.H.; BUKOWSKI, W.M.; LAURSEN, B. (Eds.). **Handbook of peer interactions, relationships, and groups.** New York: Guilford, 2009. p. 217-231.

BUKOWSKI, W. M., NEWCOMB, A. F.; HARTUP, W. W. Friendship and its significance in childhood and adolescence: Introduction and comment. In: BUKOWSKI, W.M.; NEWCOMB, A.F.; HARTUP, W. (Eds.). **The Company they keep: Friendships in childhood and adolescence.** Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1996. p. 1-18.

BULACCIO, B. Família e a clínica da drogadição. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 8 (Suplemento), p. 459-468, 1992.

CARVALHO, M. C.; GOMIDE, P. I. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 263-275, 2005.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CEOLIN, L. **A construção dos vínculos afetivos e sociais do adolescente em conflito com a lei.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

COLE, T.; RADAC, J. J. A lay theory of relational satisfaction with best friends. **Journal of Social and Personal Relationships**, v.13, n.1, p. 57-83, 1996.

CONNEL, RW. **On hegemonic masculinity and violence:** response to Jefferson and Hall. **TheoreticalCriminology**, v. 6, n. 1, p. 89-99, 2002.

CONNORS, M. M. Risk perception, risk taking and risk management among intravenous drug users: implications for Aids prevention. **Social Science and Medicine**, v. 34, n. 6, p. 591-601, 1992.

COSTA, C.; ASSIS, S. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 74-81, 2006.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNHA, J. M. A saúde do Adolescente no contexto da ação socioeducativa. In: BRITO, L. M. (Ed.). **Jovens em Conflito com a Lei**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p.127-140.

DAVIS, C.; TANG, C.; K. O. J. The impact of peer, family and school on delinquency. **Internationalizing Social Work Education**, v. 47, n. 4, p. 489-502, 2004.

DAVOGLIO, T. R.; GAUER, G. J. C. Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com provação de liberdade. **Contextos Clínico**, v. 4, n. 1, p. 42-52, 2011.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 347-382, 2000.

DELL'AGLIO, D. D.; BENETTI, S. P. C.; DERETTI, L.; D'INCÃO, D. B.; LEON, J. S. Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. **Paidéia**, v. 15, n. 30, p. 119-129, 2005.

DERRIDA, J. **Politics of Friendship**. Trad. G. Collins. New York: Verso, 1997.

DINIZ, D.; CORREA, M. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, 2001.

DUARTE, M. G.; SOUZA, L. K. O que importa em uma amizade? A percepção de universitários sobre amizades. **Interpersona: An International Journal on Personal Relationships**, v. 4, p. 271-290, 2010.

DUARTE, M. A Lei de Talião e o princípio de igualdade entre crime e punição na Filosofia do Direito de Hegel. **Revista Eletrônica Estudos Helegianos**, Ano 6, n. 10, p. 75-85. jun. 2009.

DUCK, S.; PERLMAN, D. (Eds.). **Understanding personal relationships**. London: Sage, 1985.

DUNKER, C.; NETO, F. O ineditismo na adolescência: originalidade, igualdade, repetição. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v.7, n. 3, p. 56-66, 2004.

DUPAS, G. Tensões contemporâneas entre público e privado. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 124, Apr., 2005.

ELIACHER, C. Todos vítimas? A propósito dos maus tratos à criança. In: ALTO, A.S. (Org.), *A Lei e as leis: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2007. p. 163-172.

ELLIOTT, D. S.; HUIZINGA, D.; AGETON, S.S. *Explaining delinquency and drug use*. Beverly Hills, CA: Sage, 1985.

FEHR, B. **Friendship processes**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p.157-166, 2004.

FORTES, H. M. Tratamento compulsório e internações psiquiátricas. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infantil**, Recife, 2010.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 7, n. 1, p. 87-97, 2005.

GARBARINO, J. **Lost Boys**. Why our sons turn violent and how we can save them. New York: The Free Press, 1999.

GARCIA, A. Psicologia da amizade na infância: Uma revisão crítica da literatura recente. **Interação em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 285-294, 2005.

GARCIA-PRETO, N. Transformação do sistema familiar na adolescência. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 223-247.

GARDNER, T.; DISHION, T.; CONNELL, A. Adolescent self-regulation as resistance: resistance to antisocial behavior within the context of deviant peers. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 36, p. 273-284, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J. R. Ética profissional é compromisso social. **Mundo Jovem**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

GOLDSMID, R. Complexo fraterno: constituição do sujeito e formação do laço social. **Psicol.clin.** v. 22, n. 1, p. 232-232, 2010.

GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, set. 2007.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUILHEM, D.; OLIVEIRA, M.; CARNEIRO, M. Bioética, pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 13, n. 1, 2005.

HEILBORN, M. L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 29-57.

KANCYPER, L. **El complejo fraterno**: estudio psicanalítico. Buenos Aires: Lumen, 2004.

KAPLAN, H. B.; JOHNSON, R. J.; BAILEY, C.A. Deviant peers and deviant behavior: Further elaboration of a model. **SocPsychol**, v. 50, p. 277-284, 1987.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: VANUCHI, P.; NOVAES, R. (org). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

KEHL, M. R. Existe uma função fraterna? In: KEHL, M.R. **Função fraterna**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. p. 31-41.

KEIJSERS, L.; BRANJE, S. J. T.; VANDERVALK, I. E.; MEEUS, W. Reciprocal effects between parental solicitation, parental control, adolescent disclosure, and adolescent delinquency. **Journal of Research on Adolescence**, v. 20, p. 88-113, 2010.

KIMONIS, E. R.; FRICK, P. J.; BARRY, C. T. Callous-unemotional traits and delinquent peer affiliation. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 72, p. 956-966, 2004.

KRAPPMANN, L. Amicitia, drubja, shin-yu, philia, freundschaft, friendship: On the cultural diversity of a human relationship. In: BUKOWSKI, W.M.; NEWCOMB, A.F.; HARTUP, W.W. (Eds.). **The company they keep: Friendships in childhood and adolescence**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1996. p. 19-40.

LAURSEN, B. Closeness and conflict in adolescent peer relationships: interdependence with friends and romantic partners. In: BUKOWSKI, W.M.; NEWCOMB, A.F.; HARTUP, W.W. (Orgs.). **The company they keep: friendship in childhood and adolescence**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 186-210.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1997.

LISBOA, C.; KOLLER, S. H. Amizade e vitimização: Fatores de risco e proteção no contexto do grupo de iguais. **Psico**. Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 71-94, 2003.

LOEBER, R.; FARRINGTON, D. P.; STOUTHAMER-LOEBER, M.; MOFFITT, T. E.; CASPI, A. Development of male offending: Key findings from the first decade of the pittsburgh youth study. **Studies on Crime and Crime Prevention**, v. 7, p. 141-171, 1998.

LOTZ, R.; LEE, L. Sociability, school experience, and delinquency. **Youth & Society**, v. 31, n.2, p. 199-2, 1999.

MAEDA, E.; RITCHIE, L. D. The concept of shinyuu in Japan: A replication of and comparison to Cole and Bradac's study on U.S. friendship. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 20, n. 5, p.579-598, 2003.

MENDELSON, M. J.; ABOUD, F. E. Measuring friendship quality in late adolescents and young adults: McGill Friendship Questionnaires. **Canadian Journal of Behavioural Science**, v.31, n. 2, p. 130-132, 1999.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública. **CienSaudeColet**, v. 1, n. 4, p.7-32, 1999.

MONAHAN, K. C.; STEINBER, G. L.; CAUFFMAN, E. Affiliationwithantisocialpeers, susceptibilitytopeerinfluence, andantisocialbehaviorduringthetransitiontoadulthood. **DevelopmentalPsychology**, v. 45, n. 6, p. 1520-1530, 2009.

NASCIMENTO, E. F. do; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F.de S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 14, n. 4, p. 1151-1557, 2009.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. **Estud.psicol.** Natal, v. 7, n. 2, July, 2002.

NEIVA-SILVA, L.; LISBOA, C.; KOLLER, S. H. Bioética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco: dilemas sobre o consentimento e a confidencialidade. **DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. v. 17, n. 3, 2005.

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, C. J. O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo Estado brasileiro. In: BRAVO, M.I. (Org.). **Saúde e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 179-95.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; CAMILO, A. A.; ASSUNÇÃO, C. V. Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: Relação com pares e negociação de diferenças. **Temas em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 61-75, 2003.

OLIVENSTEIN, C. **A clínica do toxicômano**: a falta da falta. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

OMER, H. **Autoridade sem violência**: O resgate da voz dos pais. Belo Horizonte: Artesã, 2002.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. OMS, Genebra, 2002.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.

OSGOOD, D. W.; WILSON, J. K.; O'MALLEY, P. M.; BACHMAN, J. G.; JOHNSTON, L. D. Routine activities and individual deviant behavior. **American Sociological Review**, v. 61, p. 635-655, 1996.

PATTERSON, G. R.; DE BARYCHE, B. D.; RAMSEY, E. A developmental perspective on antisocial behavior. **Am Psychol**. v. 44, p. 329-335, 1989.

PATTERSON, G. R.; DISHION, T. J. Contributions of families and peers to delinquency. **Criminology**, v. 23, p. 63-79, 1985.

PERALVA, A. **Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, S. E. F. N.; SUDBRACK, M. F. O. O "olhar" do jovem em conflito com a lei sobre a relação entre o ato infracional e a drogadição na adolescência. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2, 2005, São Paulo. **Proceedings online...** 2005.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência&Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, p. 1185-1192, 2007.

REGNERUS, M. D. Friend's influence on adolescent theft and minor delinquency: A developmental test of peer-reported effects. **Social Science Research**, v. 31, p. 681-705, 2002.

ROMANELLI, G.; PRIETO, D. I. C. Adolescentes do sexo feminino: a família, grupo de pares e relações afetivas. **Paidéia**, v. 12, n. 22, p. 57-68, 2002.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Psicologia. USP**, v. 10, n. 2, p. 205-217, 1999.

ROUCHY, J. C. Identificação e grupos de pertencimento. In: ARAÚJO, J. N.; CARRETEIRO, T.C.O. (Orgs.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001. p.123-140.

RUMAN, E. **Estudo da recuperação da auto-estima e reintegração de identidade para mulheres em processo de reabilitação, ou não, portadoras, ou não, de deficiência física e ou mental, utilizando a fotografia como instrumento de intervenção psico-social**. São Paulo (mimeo), 1999. 5p.

SAIDÓN, O. Las redes: pensar de outro modo. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.). **Redes lenguaje de losvívulos**: Hacialareconstrucción y elfortalecimiento de lasociedad civil. Buenos Aires: Paidós, 1995. p. 203-207.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIN-WILLIAMS, R. C.; BERNDT, T. J. Friendship and peer relations. In: FELDMAN, S. S.; ELLIOTT, G. R. (Eds.). **At the threshold**: The developing adolescent, 1990. p. 277-307.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 10, p. 707-17, 2005.

SEGOND, P. Família e transgressão. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, 8 (Suplemento), p. 433-446, 1992.

SELOSSE, J. La réparation dans lê champéducatif. In: PAIN, J.; VILLERBU, L. M. (Orgs.). *Adolescence, violencesetdéviances (1952-1995)*. **Vigneux**: ÉditionsMatrice, 1997, p.76-85.

SHOEMAKER, D. J. **Theories of delinquency**. An examination of explanations of delinquent. Nova York: Oxford University Press, 1996.

SILVA, D. F. M.; HUTZ, C. S. Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção. In: HUTZ, C. S. (Org). **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 151-185.

SIQUEIRA, A. C.; ELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOARES, L. E. et al. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, E. R. Quando viver é o grande risco-aventura. **Cadernos de Saúde Pública** v.17, n. 6, p. 1291-1292, 2001.

SOUZA, L.; K. HUTZ, C. S. (Org.). Amizade em contexto: desenvolvimento e cultura. In: LISBOA, C. "**Quem tem um amigo nunca está sozinho?** Ou antes só do que mal acompanhado? Relações de amizade: fatores de risco e proteção". São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

_____. Amizade na adultez: Fatores individuais, ambientais, situacionais e diádicos. **Interação em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 77-85, 2008a.

_____. Relacionamentos pessoais e sociais: Amizade em adultos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 257-265. 2008b.

_____. **A qualidade da amizade**: Adaptação e validação dos questionários McGill. *Aletheia*, v. 25, p. 82-96, 2007.

SUDBRACK, M. F. O. Da falta do pai à busca da lei: o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 8 (Suplemento), p. 447-457, 1992.

_____. O.; CARRETEIRO, T. C. O. **Drogas, juventude e complexidade**: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais de jovens de contextos desfavorecidos e construção de uma metodologia preventiva - estudo em duas capitais brasileiras (Brasília e Rio de Janeiro). Brasília, 2001.

SUDBRACK, M. F. O.; DALBOSCO, C. Escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2, 2005, **Anais...** São Paulo, 2005.

TACCA, F. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. **Psicol. Soc.** [online]. v. 17, n. 3, p. 9-17, 2005.

TAVARES, B. F.; BERIA, J. U.; LIMA, M. S. Drug use prevalence and school performance among teenagers. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, 2001.

TEIXEIRA, M. L. T. **As histórias de Ana e Ivan**: Boas Experiências em Liberdade Assistida. São Paulo: Fundação Abrinq, 2003.

TODIS, B.; BULLIS, M.; WAINTRUP, M.; SHULTZ, R.; D'AMBROSIO, R. Overcoming the Odds: Qualitative Examination of resilience Among Formerly Incarcerated Adolescents. **Excepcional Children**, v. 68, n. 1, p. 119-139, 2001.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: Construção teórica-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.

VALDÉS, M.; SERRANO, T.; RODRIGUEZ, J.; ROIZBLATT, A.; FLORENZANO, R.; LABRA, J. F. Características del funcionamiento familiar que predicen conductas de riesgo en adolescentes y sus familias. **Cuad.Méd.Soc**, v. 38, n. 4, p. 14-21, 1997.

VAN LIER, P. A. C.; KEIJSERS, L. HAWK, S. T.; KOOT, H. M.; BRANJE, S.; SCHWARTZ, S.; FRIJNS, T, MEEUS, W. **Forbidden Friends as Forbidden Fruit**: Parental Supervision of Friendships, Contact with Deviant Peers, and Adolescent Delinquency *Child Development*. p. 651-666, 2012.

VITARO, F., BRENDGEN, M.; Tremblay. Influence of deviant friends on delinquency: Searching for moderator variables. **Journal of Abnormal Child Psychology**, n. 28, p. 313-325, 2000.

VOLPI, M. **Adolescente e Ato Infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>. Acesso em: 30 jan.2013.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev Est Feministas**. v. 2, p. 460-482, 2001.

WILLS, T. A.; DISHION, T. J. Temperament and adolescent substance use: a transactional analysis of emerging self-control. **Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology**, v. 33, p. 69-81, 2004.

WINDLE, M.; MASON, W. A. General and specific predictors of behavioral and emotional problems among adolescents. **J of Emotional and Behavioral Disorders**. v.12, n. 1, p.:49-61, 2004.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Tudo começa em casa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

YUNES, M. A. M. Psicologia Positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, 8 (n. especial), p. 75-84, 2003.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Ed.). **Resiliência e Educação.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

ZALUAR, A. **Mulher de bandido:** crônica de uma cidade menos musical. *Estudos Feministas*, n. 1, p. 135-142, 1993.

ZAPPE, J. G. **Adolescência, ato infracional e processos de identificação:** um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade. 2011. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

ZIMERMAN, D. E. Grupos espontâneos: as turmas e gangues de adolescentes. In: ZIMERMAN, D. E.; OSORIO, L.C. et al. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Autorização Institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
 PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias
 ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3^o andar.

Termo de Autorização Institucional

Projeto: Relações entre pares: a perspectiva de um grupo de adolescentes em conflito com a lei.

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a), de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente projeto intitulado: “Relações entre pares: a perspectiva de um grupo de adolescentes em conflito com a lei”.

Serão sujeitos desse estudo adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM) em período de atividade externa. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa nas dependências do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM), bem como autorizo a utilização das informações coletadas por essa em apresentações em eventos acadêmicos e/ou publicações em artigos e revistas científicas, mantendo-se o cuidado em não identificar os participantes, o local e a cidade em que a pesquisa foi realizada, indicando apenas que se trata de um estudo em um Centro de Atendimento Socioeducativo de uma cidade do RS. Entendo que o Departamento de Psicologia da UFSM manterá em sigilo a identidade dos participantes, sendo que as informações coletadas serão arquivadas na referida instituição, sob responsabilidade da pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias.

Santa Maria, ____ de _____ de 2012.

Coordenador(a) do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM)

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias
ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3^o andar.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Relações entre pares: a perspectiva de um grupo de adolescentes em conflito com a lei.

Prezado adolescente,

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer e descrever como são estabelecidas as relações com os pares entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo da cidade de Santa Maria (CASE-SM). Tal objetivo se fundamenta na necessidade de investigar as vivências e percepções a partir do olhar dos próprios adolescentes a respeito das relações estabelecidas com os pares, tanto dentro do contexto institucional, como fora da instituição.

Participarão desse estudo adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no centro de atendimento socioeducativo (CASE-SM) em período de atividade externa. A percepção dos participantes acerca da temática apresentada será coletada a partir da realização de entrevistas semiestruturadas montadas a partir de fotografias tiradas pelos próprios adolescentes durante a atividade externa. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise qualitativa. As identidades dos participantes serão mantidas em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os adolescentes participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isso lhe traga prejuízo. Considerando tanto o

recurso autofotográfico, quanto a técnica de entrevista semiestruturada pode-se dizer que não é objetivo do estudo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para os participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações, durante a realização das entrevistas, de desconforto psicológico, a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, fará o encaminhamento do participante. Os benefícios para os participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras e pela reflexão oportunizada no momento da realização das entrevistas e da observação. Todo material dessa pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização das entrevistas.

Agradecemos a colaboração dos participantes na realização dessa atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias e a pesquisadora Cristiane Rosa dos Santos que podem ser contatadas pelo telefone: (55) 3220 9231. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – sala 702 – Camobi – Santa Maria – telefone (55) 32209362.

Data: ____ / ____ / ____.

Participante.

Responsável pelo projeto.

Anexo C – Termo de Confidencialidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de Confidencialidade

Título do projeto: Relações entre pares: a perspectiva de um grupo de adolescentes em conflito com a lei.

Pesquisador responsável: Ana Cristina Garcia Dias

Instituição/Departamento: UFSM/Psicologia

Telefone para contato: 55 32209305 ou 32209231

Local da coleta de informações: Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM).

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujas informações serão coletadas através de entrevistas gravadas realizadas no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria. Concordam, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Departamento de Psicologia, sala número 318 por um período de cinco anos sob a responsabilidade do Prof.(a) Pesquisador (a) Ana Cristina Garcia Dias. Após esse período, as informações serão destruídas. Esse projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em/...../....., com o número do CAAE

Santa Maria, ____ de _____ de 2012.

Ana Cristina Garcia Dias
Professora Associada do Departamento de Psicologia da UFSM

Mestranda em Psicologia da Saúde pela UFSM

Anexo D – Termo de Consentimento para divulgação de fotografias



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DIVULGAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Eu _____ aceito participar da pesquisa “RELAÇÕES ENTRE PARES: A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI”. Declaro que as pesquisadoras Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias (Orientadora do Projeto) e Cristiane Rosa dos Santos (Mestranda em Psicologia UFSM) me explicaram todas as questões sobre o estudo que vai acontecer. Compreendi que não sou obrigado a participar da pesquisa, eu decido se quero participar ou não.

As pesquisadoras me explicaram também que a pesquisa tem por objetivo conhecer como são estabelecidas as relações com os pares entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo da cidade de Santa Maria (CASE-SM).

Fui informado que a pesquisa será realizada a partir de entrevistas gravadas e pelas fotografias tiradas por mim durante a atividade externa e que essas fotografias farão parte do conjunto de material a ser utilizado para pesquisas e publicações posteriores nas áreas envolvidas.

Entendi que minha identidade não será revelada e será garantida a confidencialidade dos dados. Fui informado (a) que a qualquer momento e sem qualquer ônus, posso solicitar a interrupção do uso dessas imagens para novas pesquisas, ficando então somente autorizado o uso das mesmas para acreditação das pesquisas já executadas. Assim, eu autorizo a utilização das imagens fotográficas produzidas por mim para a produção de trabalhos científicos.

O adolescente declara que:

- a) leu todo o conteúdo desse consentimento informado;
- b) compreendeu e está de acordo com o que será efetuado;

c) foi explicado a finalidade e o uso dessas imagens, bem como a possibilidade de interromper sua utilização em pesquisas subsequentes;

d) consequentemente autoriza e concede consentimento:

Assinatura do adolescente

Data __/__/__

Assinatura do Pesquisador Responsável

Data __/__/__

Avenida Roraima, 1000 - Prédio da
Reitoria - 2º andar - Sala Comitê de Ética Cidade Universitária - Bairro Camobi 97105-900 -
Santa Maria – RS Tel.: (55)32209362 (55)32209362 - Fax: (55)32208009 e-mail:
comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

Anexo E – Roteiro da entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Instrumento de Coleta de Informações

Roteiro da entrevista semiestruturada

Sobre as fotografias:

1. Escolher nomes para as fotografias.
2. Em que situações as fotografias foram registradas? Como se sentiu ao bater as fotografias?
3. Qual fotografia tem mais a ver com você? Por que? Em que situação essa fotografia foi registrada?
4. Qual fotografia lembra alguém especial? Por que?
5. Quem são as pessoas que estão na fotografia? Conte alguma história que viveram juntos.
6. Que lugares são estes que foram fotografados? Conte alguma história que aconteceu nesse lugar.
7. Qual fotografia mostra coisas boas que lembram seus amigos? Por que?
8. Qual fotografia mostra coisas ruins que lembram seus amigos? Por que?
9. O que você acha de seus amigos ou das pessoas com quem convive? Por que?

Sobre o adolescente:

1. Com quem você mora? Você tem filhos?
2. Que pessoas são importantes para você? E quais foram importantes e já morreram?
3. Quais pessoas você mais gosta? Tanto família, quanto amigos entre outros. Por que?
4. Quais pessoas você menos gosta? Tanto família, quanto amigos entre outros. Por que?
5. Você tem namorada? Como se conheceram? Como é a relação de vocês?
6. Fale um pouco de você (Como você é? O que as pessoas dizem de você?)
7. Como foi sua vida até agora? Conte um pouco de sua história.

8. Qual o motivo de sua internação?
9. O que você tem a dizer sobre a sua medida de internação?
10. Como foi o seu primeiro dia na instituição? Qual foi a melhor coisa que aconteceu na internação? Qual foi a pior coisa que aconteceu na internação?
11. O que você faria novamente em sua vida? Por que?
12. Você se arrepende de alguma coisa em sua vida? De que? Por que?
13. Como você acha que será a sua atividade externa? (ou , como está sendo sua atividade externa?) Quem você quer encontrar lá fora? E quem não quer encontrar? Por que?
14. Você acha que alguma coisa mudou na relação entre você e algumas pessoas devido a sua internação? Com quem? Por que?
15. Você vê alguma diferença em relação ao estabelecimento de amizades aqui dentro em relação a lá fora? Se sim, quais são as diferenças?
16. Você já conhecia alguém que também está internado aqui, antes de você entrar na instituição? Notou alguma diferença da relação aqui dentro e como era lá fora?
17. Como é para fazer amizades aqui dentro?
18. Existem algumas regras de convívio na instituição criadas pelos adolescentes?
19. Qual regra você acha que deveria ser criada? E por que?
20. Existe mais alguma coisa que você gostaria de falar que não foi perguntado aqui na entrevista?